

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**ESPAÇO E POLÍTICA: O PCB E SUAS AÇÕES NO TERRITÓRIO
BRASILEIRO (1922-1964)**

LUCIANO PATRICE GARCIA LEPERA

UBERLÂNDIA/MG

2015

LUCIANO PATRICE GARCIA LEPERA

**ESPAÇO E POLÍTICA: O PCB E SUAS AÇÕES NO TERRITÓRIO
BRASILEIRO (1922-1964)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L595e Lepera, Luciano Patrice Garcia, 1961-
2015 Espaço e política : o PCB e suas ações no território brasileiro (1922-
1964) / Luciano Patrice Garcia Lepera. - 2015.
 143 f. : il.

Orientador: Mirlei Fachini Vicente Pereira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Partido Comunista Brasileiro - Teses. 3.
Movimentos sociais - Brasil - Teses. 4. Território nacional - Brasil -
Teses. I. Pereira, Mirlei Fachini Vicente. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1



LUCIANO GARCIA PATRICE LEPERA

**ESPAÇO E POLÍTICA: O PCB E SUAS AÇÕES NO
TERRITÓRIO BRASILEIRO (1922-1964)**

Professor Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira - UFU

Professor Dr. Marcos Kazuo Matushima - UFTM

Professor Dr. Túlio Barbosa - UFU

Data: 25 / 03 de 2015

Resultado: APROVADO

A minha mãe, Neuza Mendes Garcia, com muito amor, pelo seu exemplo de dedicação e desprendimento, à memória de meu saudoso pai Luciano Lepera, por sua conduta integra e coerente em defesa dos interesses populares, à minha amada filha Bianca, de quem muito me orgulho, com o pedido de desculpas pela pouca presença e por meus erros na sua infância e adolescência, os tempos eram duros e eu muito jovem.

Finalmente, dedico também este trabalho aos meus netos, o primogênito João Pedro e o caçula José Guilherme, que sabem o quanto os amo, com a esperança de que possa estar contribuindo para a formação deles, que já demonstram serem pessoas do bem, honestos e solidários.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira, pela oportunidade, orientação e paciência, aos funcionários, discentes e docentes do Instituto de Geografia da UFU pela aprendizagem e pelas amizades construídas, aos Profs. Drs. Túlio Barbosa e Sérgio Luiz Miranda pelas críticas e sugestões quando da qualificação desta dissertação, aos também Profs. Drs. Raphael Alberto Ribeiro, Márcia Andréia Ferreira Santos de Souza e José Fernando Camacho e aos mestrandos Sâmara Roberta Lacerda Pacheco, Laís Ribeiro Silva e Glaycon Vinícius Antunes de Souza pelos debates, pelas conversas e ajudas que me prestaram em diferentes momentos da realização deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a partir da trajetória de vida do Partido Comunista Brasileiro (PCB), conhecer transformações ocorridas no território e na sociedade brasileira desde o período da fundação desta agremiação política (1922) até o golpe de Estado de 1964 que institui longa ditadura militar no Brasil. Nela se verifica que, com os imigrantes, notadamente no final do século XIX e início do século XX, chegaram ao Brasil as ideias anarquistas e socialistas. O Brasil era um país eminentemente agrário e no decorrer do período estudado passa por processo de urbanização e industrialização, tendo grandes transformações em seu espaço. A nascente classe operária brasileira busca formas de luta e resistência e, em 1922, sob influência da Revolução Russa de 1917, veteranos combatentes de inúmeras lutas sociais fundam aquele que é o partido político de mais longa vida no país, o PCB. Quase a totalidade da vida do Partido, no recorte de tempo desta dissertação, o mesmo é mantido na ilegalidade, do que decorrem uma série de problemas. Ao longo de sua existência o PCB adota diferentes políticas, ora de viés sectário, ora de caráter de formação de frente democrática. Em função de diferentes políticas e conjunturas, usufrui o Partido de épocas de grande respaldo popular, notadamente em grandes centros urbanos, áreas de concentração operária e de conflitos pela terra. Após o golpe militar de 1964, quando a burguesia brasileira ratifica sua opção por um capitalismo dependente das grandes potências e autoritário com seus trabalhadores, o PCB, por uma série de motivos, tem em muito diminuída sua expressão no cenário político nacional.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro; movimentos sociais; território brasileiro.

ABSTRACT

This research proposes the study of the trajectory of the *Brazilian Communist Party* (PCB) and its transformations in the territory and society, since the period of its foundation (1922) to the *coup d'État* of 1964 - that established a long military dictatorship in the country. With the immigrants, especially in the late 19th century and early 20th century, the anarchist and socialist ideas arrived in Brazil. The Brazil was a predominantly agrarian country and, during the period studied, goes through an urbanization and industrialization process, with major changes in their space. The rising of Brazilian worker class seeks forms of struggle and resistance. In 1922, under the influence of the Russian Revolution (1917), many combat veterans of social struggles founded the one that is the political party of longest life in the country, the PCB. Almost all of the party's life - in the temporal cut adopted in this research -, the PCB has kept in illegality, which derives several problems. All over its existence, the PCB adopts different policies, sometimes with a sectarian inclination, sometimes with a character of democratic formation. Due to the different policies and conjectures, the party has times of great popular support, especially in large urban centers, with workers concentrations and land conflict. After the military *coup d'État* in 1964, when the Brazilian bourgeoisie ratified its choice for a capitalism that is dependent of the great powers and authoritative with their workers, the PCB, with a variety of reasons, has greatly diminished his expression on the national political scene.

Keywords: Brazilian Communist Party; social movements; Brazilian territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Os fundadores do PCB	12
Figura 2. A Marcha do Povoamento e o surgimento das cidades (1822)	20
Figura 3. Primeiro de Maio de 1919 no Rio de Janeiro.....	31
Figura 4. Greve Geral em São Paulo, 1917	33
Figura 5. Comemoração do “1º de Maio” na Praça da Sé em São Paulo, 1919	36
Figura 6. Dirigentes do P.C. dos Anarquistas.....	37
Figura 7. Obra de arte resultante do movimento da Semana de Arte Moderna de 1922.....	40
Figura 8. Material de Propaganda do BOC, 1928	51
Figura 9. Lançamento do Bloco Operário e Camponês (BOC).....	53
Figura 10. Representação das instâncias de poder do PCB	57
Figura 11. Confraternização de Prestes com moradores de cidade pela qual passou a Coluna.....	62
Figura 12. A marcha da Coluna Prestes	63
Figura 13. Invasão da cadeia do Cambuci.....	71
Figura 14. Integralistas se concentrando na Praça da Sé	74
Figura 15. Integralistas em fuga da Praça da Sé.....	76
Figura 16. Estandarte apreendido no Rio de Janeiro em 1934	79
Figura 17. Comunistas Assassínando à Traição	83
Figura 18. Ação Conjunta.....	109
Figura 19. “San Tiago Retorna do Oriente com Mala Cheia”.....	112

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Eleitos do PCB para Assembleia Nacional Constituinte (1945)	94
Mapa 2. Eleitos do PCB para Assembleias Legislativas (1947)	98
Mapa 3. Eleitos do PCB (em outras legendas) para Assembleias Legislativas (1962)....	110
Mapa 4. Eleitos do PCB para a Câmara Federal (1962).....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Imigração estrangeira no Brasil 1884-1933.....	23
Tabela 2. Brasil: exportação de mercadorias (% do valor dos oito produtos principais sobre o valor total da exportação)	24
Tabela 3. A Evolução Populacional das Cidades Brasileiras (1872-1900)	26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1. O BRASIL DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX: O TERRITÓRIO E AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DAS IDEIAS COMUNISTAS	18
1.1 Os estrangeiros, a expansão do fenômeno de urbanização e o início da industrialização.....	24
1.2 Anarquismo, Socialismo e Comunismo no Brasil.....	27
1.3. Repercussões da Revolução Bolchevique no Brasil.....	32
1.4 Comunismo num território de grandes transformações: a fundação do PCB em 1922	38
1.5. O processo de reconhecimento do PCB pela Internacional Comunista	44
1.6. A clandestinidade do Partido e seus problemas.....	47
1.6.1 A saída legal para a representação parlamentar de um “partido clandestino”: O Bloco Operário e Camponês.....	49
1.6.2 Debates e dissidências	54
1.7 O III congresso do PCB.....	58
1.7.1 Luís Carlos Prestes: O “Cavaleiro da Esperança”.....	60
CAPÍTULO 2. DA REVOLUÇÃO DE 1930 A 1945	65
2.1. O Brasil Novo que o PCB não enxergava	68
2.1.1 Fim da política do café com leite e início da Era Vargas	69
2.1.2 A Batalha da Praça da Sé e a Aliança Nacional Libertadora.....	74
2.1.3 A A.N.L. e a Revolução de 1935.....	76
2.1.4 Repressão e o” Plano Cohen”	83
2.2 O Estado Novo e as consequências ao PCB	84
CAPÍTULO 3. DA DEMOCRACIA AO GOLPE MILITAR DE 1964	91
3.1 A Breve democracia	92
3.1.1 A Guerra Fria, a tradição autoritária brasileira e a cassação do registro do PCB	97
3.2 A eleição de Vargas e o novo contexto de ação do PCB	101
3.2.1 O suicídio, a reação popular e o IV Congresso do PCB.....	104
3.3 A breve “liberdade” política que antecede o Golpe Militar	105
3.4 O golpe militar.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	123
ANEXOS	132

INTRODUÇÃO

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é, entre os existentes na atualidade, o mais antigo partido político do Brasil, tendo sido fundado no mês de março de 1922, naquele que foi seu Primeiro Congresso, realizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), nos dias 25 e 26 do referido mês e na vizinha cidade de Niterói, (RJ) no dia 27. Os nove delegados presentes representavam setenta e três militantes, na imensa maioria de origem anarquista, forjados nas duras lutas sociais do autoritário Brasil do início do século XX.

Oriundos, além do Rio de Janeiro e Niterói, os delegados partidários representavam as cidades de São Paulo (SP), Cruzeiro (SP), Recife (PE) e Porto Alegre (RS). A estes núcleos originais, devem-se acrescentar os comunistas de Juiz de Fora (MG) e Santos (SP), que mesmo não podendo enviar seus representantes ao congresso de fundação do partido, eram parte integrante de sua estrutura inicial. As informações são dadas por Astrojildo Pereira, em sua obra “Formação do PCB” (PEREIRA, 1976).

A sigla adotada na época e usada até a atualidade, PCB, não demonstra sua denominação inicial - Partido Comunista do Brasil - que no próprio nome demonstrava a intenção de ser a Seção Brasileira da Internacional Comunista, vinculada à Terceira Internacional.

O país à época passava por grandes transformações, sendo 1922, não coincidentemente, não só o ano de fundação do PCB, mas, também, ano em que ocorre a Semana de Arte Moderna, em fevereiro, na capital paulista, e sublevações militares que tiveram sua maior visibilidade na chamada Marcha dos 18 do Forte de Copacabana, ocorrida no Rio de Janeiro, em julho do mesmo ano.

A enorme longevidade do PCB, o seu pioneirismo em incluir os trabalhadores de todos os matizes na política institucional do país e a ferocidade com que foi combatido pelo Estado e pelas elites brasileiras, o credencia ao intuito deste trabalho que é avaliar a fundação e atuação de um partido de esquerda no país, a ação do PCB no território brasileiro, a sua criação como Partido Político e sua expressão territorial. Cremos que a análise da expressão territorial do PCB poderá ser alcançada com a investigação de ações e fatos como seus candidatos eleitos; comitês e diretórios criados nos países, bem como pela análise da oposição às ideias políticas de esquerda no Brasil que levam até a extinção formal do partido em 1947 e a sua atuação clandestina até a instalação da ditadura militar em 1964.

A crescente classe operária e a pequena burguesia brasileira, em especial nos grandes centros urbanos, buscavam canais de organização e expressão de seus interesses, após os intensos movimentos reivindicatórios do início do século XX, transformando-se em personagens cada vez mais atuantes na luta política. O PCB tornou-se um importante, talvez o mais expressivo, canal de manifestação daqueles que até então não tinham como participar do jogo político. Isto é bem demonstrado por Gildo Marçal Brandão:

Num país onde a atividade política foi sempre uma prerrogativa de elite, onde a classe dominante utilizou vários partidos ao longo do tempo e, de fato, fez do estado o seu verdadeiro partido, o comunista é um dos raros sobre os quais se pode dizer que se trata de uma formação social permanente no sentido de Gramsci, ou seja, uma atividade política que nasce enraizada na economia, uma paixão organizada de modo permanente, uma forma política que é índice da entrada de massas na vida política – elementos que estão na base de sua longevidade e capacidade de sobrevivência. (BRANDÃO, 1997, p. 26).

Entre os nove delegados que participaram da fundação do PCB, de acordo com Astrojildo Pereira (1976), sete eram nascidos no Brasil, um espanhol e outro proveniente da Síria. No que diz respeito a suas profissões, dois eram alfaiates, dois funcionários públicos, sendo os demais, um vassoureiro, um gráfico, um jornalista, um eletricista e um barbeiro (Figura 1).

Sintetizando nossos propósitos, a problemática desta pesquisa compõe-se no conhecimento das enormes transformações ocorridas no território e na sociedade brasileira no século XX, a partir da trajetória dos movimentos sociais, especificamente da formação de um partido de esquerda no país, o Partido Comunista Brasileiro, buscando-se, com isso, a compreensão de nossa sociedade, partindo de olhar diferente daquele dos vencedores e tentando construir as análises sob a ótica de setores da imensa maioria da população, que ainda nos tempos atuais não tem representado no aparelho estatal brasileiro seus legítimos interesses.

Impera no Brasil um desconhecimento sobre a atuação dos comunistas e sua interação com as transformações no espaço apropriado, inclusive nos meios acadêmicos. Isso é fruto de um verdadeiro apagamento e/ou adulteração da História feitos, inicialmente, pelos representantes do capital no Brasil e, posteriormente, também pelas chamadas “novas esquerdas”, visando, no segundo “personagem”, sua legitimação enquanto pioneiros em organização da sociedade a partir de bases ditas populares. Tal fator é um obstáculo a ser

superado, e serve de motivação para a forma que se pretende dar aos estudos que aqui são propostos.

Figura 1. Os fundadores do PCB¹



Fundadores do PCB: de pé, Manuel Censón, Joaquim Barbosa, Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta, Luís Peres, José Elias da Silva; sentados: Hermogêneo Silva, Abílio de Nequete e Cristiano Cordeiro.

Fonte: SEGATTO; PAULO NETTO; RAMOS NETO; AZEVEDO; SACCHETTA, 1982, p. 13.

O território é a categoria geográfica a ser trabalhada nesta pesquisa, entendido como espaço apropriado sobre o qual o poder se exerce (pelo Estado e por diferentes segmentos da sociedade), entendendo espaço geográfico como: “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2004, p. 63).

¹ Na Figura 1 é importante registrar, não só no caso desta foto, mas também no de outras utilizadas adiante, que em finais do século XIX e por boa parte do século XX era costume da sociedade trajar-se, cotidianamente, de forma atualmente considerada “social”, ou seja, no caso dos homens, de terno. Nos dias de hoje, tal tipo de vestimenta, no clima tropical brasileiro, só é utilizada rotineiramente em ambientes de tribunais de justiça ou rituais de algumas igrejas neopentecostais, ambos, na maioria das vezes, exemplos clássicos de extremo conservadorismo. Tais esclarecimentos visam evitar que as fotos sejam entendidas como algo diferente do que realmente são, ou seja, manifestações populares.

Sobre território e espaço, vale considerarmos também o apontado por Gomes (1991), relacionando estes conceitos geográficos com ser humano e sociedade:

Se nós entendermos que o ser humano é dialeticamente natural/social, social/natural, o que subentende se reproduzir, simultaneamente, como sociedade e como natureza, (pois ele é o agente histórico da transformação do mundo material/espiritual), fica relativamente fácil considerar esta realidade objetiva uma como totalidade que representa o território da relação homem-meio, e em cujo âmbito se insere o espaço produzido, objeto de estudo da ciência geográfica (GOMES, 1991, p.16).

Souza (2009, p. 59) também ressalta que o elemento definidor do território é, “[...] em primeiríssimo lugar, o *poder*”. (Destaque do autor). Mas, ao tratar do vínculo existente entre poder e território, o referido autor comenta que “O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso”. (SOUZA, 2009, p.66).

Afirma Souza (2001, p.78), que “O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” . Neste sentido, o que está em questão na conformação de um território é “[...] quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço”. (SOUZA, 2001, p.79). Portanto, é importante considerar que o processo de formação do território envolve “[...] o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço (espaço que, simultaneamente, também é, enquanto substrato material e ‘lugar’, uma referência e um condicionador das práticas de poder)” (SOUZA, 2009, p.60).

Vai se tornando evidente que nesta dissertação, além da categoria território, estaremos utilizando de outra fundamental para o conhecimento geográfico que é a de espaço. Recorremos a Henri Lefebvre (2006) para que se melhor entenda a visão de espaço com a qual trabalharemos:

Cada espaço foi colocado antes da chegada do ator, sujeito individual e coletivo, porque sempre membro de um grupo, de uma classe, que procura apropriar-se desse espaço. Essa existência pressuposta condiciona a presença, a ação, o discurso desse “sujeito”, a competência e a performance: e, porém, sua presença, sua ação, seu discurso a negam, supondo-a: ele a aprova enquanto obstáculo, como objetalidade resistente, às vezes implacavelmente dura, como nos casos de muro de concreto, difíceis de modificar um pouco que seja, e como no de excesso de regulamentos draconianos que impedem tocá-la de uma maneira que as modifique. Portanto, uma textura do espaço não propicia tão-somente lugar a atos sociais sem lugar e sem laço com ela, mas a uma prática

espacial determinada por ela: a um uso coletivo e individual. Portanto, a um encadeamento de atos que não se reduzem a uma prática significante, ainda que eles a envolvam. No curso desses atos, a vida e a morte não são pensadas, nem estimuladas, tampouco ditas: acontecem. O tempo, no seio do espaço, consome, devora o ser vivente: sacrifício, gozo ou sofrimento. Ora, o espaço abstrato, aquele da burguesia ou do capitalismo, enquanto ligado à troca (de bens e mercadorias, de palavras, escritas e faladas etc.) mais que qualquer outro implica consensos. É preciso acrescentar que nesse espaço a violência não fica sempre latente e oculta? É uma de suas contradições: entre a segurança aparente e a violência que ameaça sem cessar explodir e, às vezes, aqui ou ali, explode. (LEFEBVRE, 2006, p. 54).

Nosso esforço será o de compreender as ações do Partido Comunista Brasileiro como parte da sociedade de classes, o Brasil como parte de um todo (mundial), ainda que com características próprias (nacionais, uma formação social ou socioespacial específica) e, também, com particularidades regionais, não podendo ser compreendidos, o país ou o partido, isoladamente, mas, sim, entendendo suas características gerais e ao mesmo tempo suas peculiaridades, que acabam por colaborar na formação de um contexto maior.

A busca de compreendermos a formação espacial brasileira nas dinâmicas decorrentes de diferentes momentos da luta de classes de nosso país deverá ser feita em concordância com a ideia exposta por Lefebvre (2006), de que a luta de classes é também produtora de espaço, como demonstrado na citação abaixo:

Ela intervém na produção do espaço, produção do qual as classes, frações e grupos de classes são os agentes. A luta de classes, hoje mais que nunca, se lê no espaço. Para dizer a verdade, só ela impede que o espaço abstrato se estenda ao planeta, literalmente apagando as diferenças; só a luta de classes tem uma capacidade diferencial, a de produzir diferenças que não sejam internas ao crescimento econômico considerado como estratégia, “lógica” e “sistema” (diferenças induzidas ou toleradas) (LEFEBVRE, 2006, p. 52).

Desde que existe o capitalismo e, portanto, a luta de classes, o espaço é transformado na luta por sua apropriação, gerando a riqueza para poucos e pobreza para muitos, como demonstra Lefebvre (2013), sintetizando Marx, ao informar que:

... Marx constatou que o progresso técnico, o poder exercido sobre a natureza, a liberação do homem com relação à natureza e o enriquecimento geral da sociedade “moderna”, ou seja, capitalista, traziam consigo uma contradição consequente: a servidão, o empobrecimento de uma parte cada vez mais numerosa dessa sociedade – a saber, o proletariado (LEFEBVRE, 2013, p.13/14).

Dentre os principais procedimentos metodológicos, além de pesquisa bibliográfica em obras acadêmicas oriundas da área de humanidades, tais como História, Sociologia, Ciência Política, Economia, Antropologia, e da própria Geografia, buscaremos compreender o Brasil por intermédio de memorialistas, biografias, panfletos, jornais, revistas, fotos, gravuras e documentos partidários, caracterizando assim, a utilização de ampla gama de diferentes tipos de fontes.

Num estudo que trabalha com as ideias de território e espaço, poder e atuação política, não poderíamos deixar de acionar conceitos caros também ao conhecimento histórico.

Numa visão crítica da História são fundamentais a ideia de processo e a noção de totalidade. Nessa mesma perspectiva, Emília Viotti da Costa, na obra de Moraes e Rego (2002), afirma que

O abandono da noção de totalidade e da idéia de processo, a falta de conexão entre a micro e a macrohistória, enfraquecem as interpretações e dificultam a elaboração de uma síntese. Acumulam-se dados desconexos, perde-se a visão do conjunto. A historiografia descola-se dos problemas da sociedade e se perde em minúcias, tornando irrelevante o trabalho do historiador que vira um antiquário, um colecionador de casos (COSTA, 2002, p.38).

Assim, buscamos, com a realização deste trabalho, compreender a emergência de um pensamento comunista no território brasileiro, e as lutas dos comunistas congregados no PCB ao mesmo tempo como parte e inseridas numa conjuntura de país e mundo, fugindo das limitações decorrentes de posturas metodológicas nas quais os acontecimentos não estejam conectados a um processo maior.

Ao estudarmos as territorializações ocorridas nas lutas por uma sociedade mais justa e livre da exploração do Homem pelo Homem, a História tem uma contribuição inestimável, que Fontana (1998) soube tão bem explicitar:

O papel da história, o papel de uma compreensão renovada do passado, há de ser vital, porque servirá para revelar as legitimações em que se apóia a aceitação do presente, e, sobretudo, porque há de permitir-nos reconstruir uma linha de progresso que possa projetar-se até o tipo de futuro que desejamos alcançar. Já que, se o que entendemos por socialismo é essencialmente a eliminação das formas de exploração próprias do capitalismo - e não só uma fase superior da industrialização -,

a linha que conduza do presente ao socialismo não pode fundamentar-se numa visão do passado como ascensão do estado do homem caçado-coletor à eclosão da industrialização moderna, mas, sim, que deve agregar a essa seqüência, como linha dominante, uma melhor compreensão das lutas e das aspirações dos homens do passado em seu esforço para liquidar as diversas formas de exploração e estabelecer uma sociedade igualitária (FONTANA, 1998, p. 264-265).

Ora, esta concepção de história de modo algum pode ser considerada deixando de lado o peso ou, melhor dizendo, a própria condição do espaço geográfico ou do território como um quadro de referência para a realização da vida social e, assim, da própria história das sociedades. É a partir desta compreensão que concordamos com Milton Santos (2004), quando reconhece a geografia como uma ciência histórica, apontando para a indissociabilidade entre tempo e espaço. O espaço, o território, não se constrói ou existe sem a sociedade, sem a vida social (são mesmo indissociáveis), tampouco se realiza sem levar em conta o tempo. “É desse modo que se pode dizer que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações” (SANTOS; SILVEIRA; 2001, p. 248).

Ainda sobre as relações entre geografia e história, importante reproduzirmos trecho de obra de Antonio Carlos Robert Moraes (MORAES, 2005):

Interessa-nos aqui delinear uma visão dialética e histórica do temário clássico da geografia humana, qual seja, a relação entre a sociedade e seu espaço. Daí a necessidade de compor uma teia de fundamentos teóricos que sustentem a posição assumida: ver a geografia humana, em si, como uma modalidade de história (MORAES, 2005, p.39).

É a partir destes posicionamentos que pretendemos realizar a análise aqui proposta, visando elucidar o papel da sociedade, do espaço e da história para a afirmação dos ideais de esquerda no Brasil, a sua organização partidária (através da atuação do PCB) e, quiçá, também o esmaecimento das ideias de esquerda, com a imposição de um pensamento conservador e o imperativo dos projetos neoliberais.

Meu interesse no estudo do PCB justifica-se também em função de minha história de vida. Nascido em família de comunistas do interior do estado de São Paulo, convivi desde pequeno com relatos de militância de avos, tios, primos e pais, que tiveram participação ativa, a partir do início da década de 1930, em muitos dos movimentos sociais de sua época.

Tive tios dirigentes sindicais, integrantes de direções pecebistas municipais e estaduais, lideranças de bairro e vereadores em diferentes legislaturas. Minha mãe foi fundadora e membro da primeira diretoria da Federação Paulista de Mulheres e meu pai, vereador em Ribeirão Preto, SP, exerceu mandato de deputado estadual de 1958 a 1962, quando foi reeleito mesmo com a candidatura impugnada por ser do PCB. Enquanto ele recorria da impugnação judicialmente, ocorre o golpe militar de 1964 e o mesmo tem prisão preventiva decretada, tendo ficado foragido por ano e meio. Depois de revogada a prisão preventiva, responde a processos na justiça militar e têm seus direitos políticos cassados por dez anos.

Ingressei no PCB ainda ilegal, em 1979, militei em diferentes áreas tais como a sindical (trabalhadores rurais, gráficos e metalúrgicos), cultural (cineclube, cultura latino-americana), estudantil (movimentos secundarista e universitário), e em campanhas tais como a da anistia (integrando subseção do Comitê Brasileiro pela Anistia) e das "Diretas Já".

Integrei direção municipal e estadual universitária partidária. Enquanto durou a ilegalidade do PCB, atuamos no MDB (e posterior PMDB), ocupando cargo na diretoria paulista da juventude deste partido. Trabalhei como assessor de vereador pecebista por alguns anos, fui filiado ao PCB a partir de sua legalização (1985) e nele permaneci até a cisão da qual nasce o PPS (1992), o qual integrei por curto tempo, logo me desfiliando. Sem filiação partidária, continuo militando em movimentos sociais.

Por volta do ano de 2001, iniciei estudos sobre o PCB, mas os interrompi por mais de uma vez em função de diferentes fatores, retomando-os a partir de 2013.

**CAPÍTULO 1. O BRASIL DO FINAL DO SÉCULO XIX E
INÍCIO DO XX: O TERRITÓRIO E AS CONDIÇÕES DE
EMERGÊNCIA DAS IDEIAS COMUNISTAS**

A conquista, ocupação, e formação do território brasileiro envolvem uma história longa e, de certo modo, também “lenta”, praticamente nos três primeiros séculos após o descobrimento. As dificuldades da interiorização no Brasil podem ser entendidas principalmente a partir do modelo de colonização adotado pela metrópole portuguesa ao não encontrar, nos novos domínios, indícios da presença de riquezas minerais como ouro, prata e pedras preciosas como demonstra Antônio Carlos Robert Moraes:

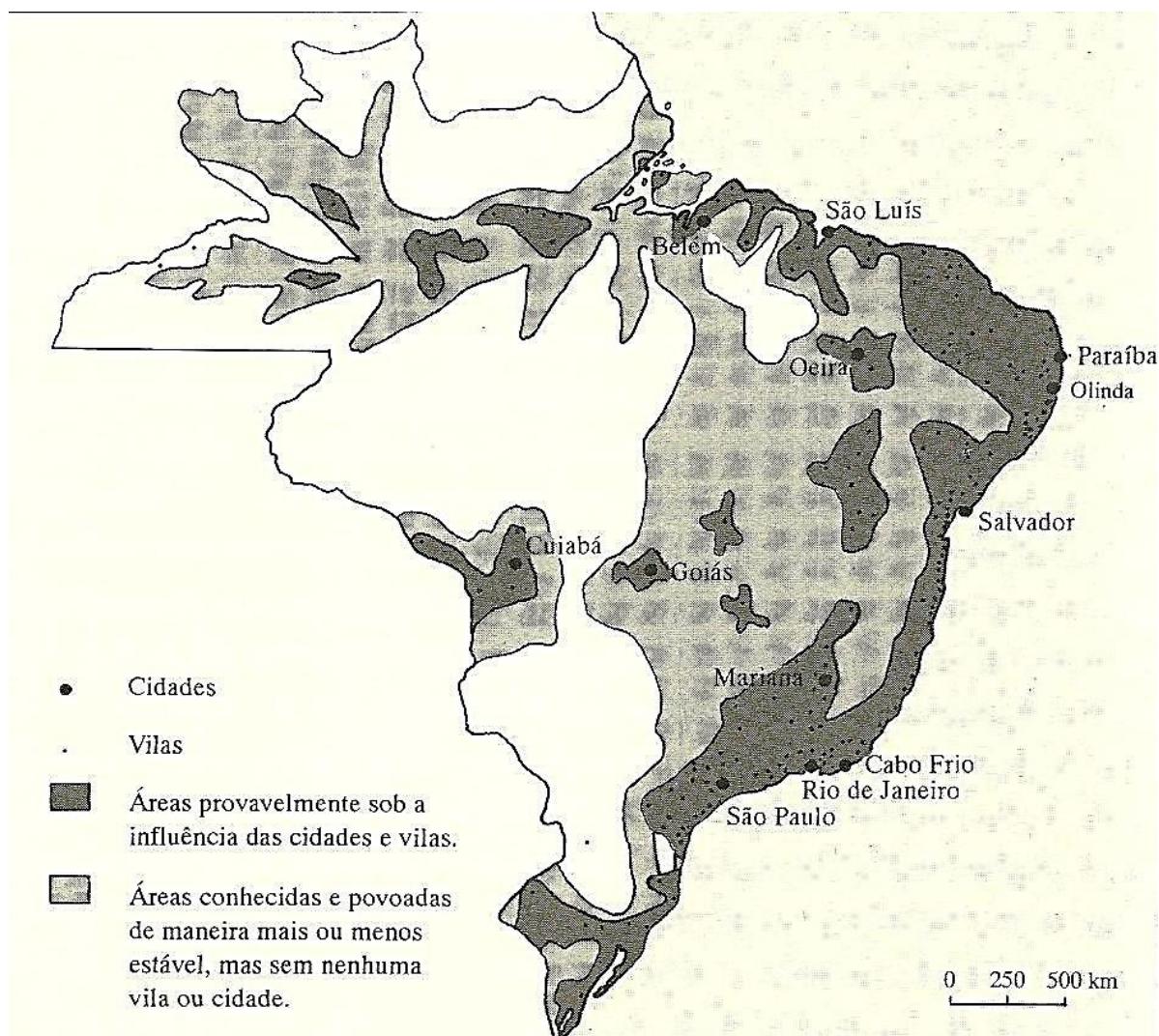
Na verdade, este novo território não oferecia atrativos imediatos visíveis para o conquistador lusitano. Não havia os estoques metálicos entesourados, como na América hispânica, que estimulassem uma rápida ocupação. Também não havia os lucrativos produtos e a animada rede de comércio encontrados no Índico. As populações com que se defrontaram os portugueses – independente da polêmica acerca de sua densidade – eram demasiado rudes em face mesmo dos reinos africanos com que eles entabulavam relações (MORAES, 2000, p. 290).

Durante séculos a ocupação do território brasileiro pelo colonizador se deu muito mais na zona costeira do país, havendo poucas frentes “civilizatórias” que se afastavam do litoral, e quando isso ocorria, na maioria das vezes era se utilizando de rios navegáveis. Na Figura 2, visualiza-se bem a extensão territorial não ocupada no país.

No período colonial as cidades e os espaços produtivos que esboçavam as primeiras organizações regionais (pouco ou nada integradas entre si) ligavam-se sobretudo à metrópole (Portugal), sendo pouco expressivo o fluxo entre os núcleos urbanos brasileiros, podendo-se então comparar esta situação com a de diferentes ilhas de um mesmo arquipélago. Tal situação permite autores como Santos e Silveira (2001, p. 31) reconhecer a existência, até o final do século XIX, de um “Brasil arquipélago” que resulta de uma mecanização incompleta e de incipiente integração.

Se de início a atividade econômica predominante era a de escambo com os nativos, na busca do Pau Brasil, posteriormente estruturou-se extensas plantações de cana-de-açúcar que alimentavam os engenhos, sendo a vida do país muito mais rural do que urbana. Diversos e renomados autores (PRADO JUNIOR, 2000; FURTADO, 1989; NOVAIS, 1981; GORENDER, 1978) reconhecem esta predominância do campo no período colonial.

Figura 2. A Marcha do Povoamento e o surgimento das cidades (1822)



Fonte: AZEVEDO, 1970 apud SCARLATO, 2003, p. 421.

No final do século XIX, a nascente república brasileira, buscando substituir a mão de obra escrava de origem africana e também visando o branqueamento de nossa população, incentiva a vinda de imigrantes europeus. Além de muitos camponeses fugindo da fome, imigraram para o Brasil operários e veteranos militantes de movimentos sociais.

Como nos reporta Caio Prado Junior (PRADO JUNIOR, 1970), o Brasil em 1889 tinha 14 milhões de habitantes, já contava com quase 9.000 quilômetros de estradas de ferro em funcionamento e outros 1.500 em construção. As linhas regulares de navegação fluvial já alcançavam algo próximo a 50.000 km de extensão, destacando-se rotas diversas tais como as das bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Amazonas, Prata, entre

outras. O advento técnico do navio movido a vapor muito desenvolveu tanto a navegação marítima, quanto a fluvial, isso por um lado muito facilitou o transporte de pessoas e produtos entre o Brasil e outros países, mas por outro lado, obstaculizou o desenvolvimento de caminhos internos no país, como demonstrado abaixo:

Embora a população se distribuisse, sobretudo ao longo da faixa costeira, é por terra preferentemente, em virtude da dificuldade de navegação a vela e deficiência de portos naturais, que começavam a se articular os diferentes setores do país. O emprego do vapor facilitará e avantajará de tal forma a navegação marítima, que esta desbancará completamente aquelas comunicações terrestres que começavam a se estabelecer e desenvolver. Serão abandonadas, ou quase, e o país voltará ao primitivo sistema dos primeiros tempos do completo isolamento, por via interior, dos diferentes núcleos esparsos ao longo do litoral, que se ligarão doravante unicamente pela via marítima (PRADO JUNIOR, 1970, p. 197).

O mesmo autor (PRADO JÚNIOR, 1970) informa-nos ainda que nas comunicações, além dos cabos submarinos transoceânicos que ligavam o Brasil a diferentes partes da Europa e América, as capitais e cidades mais importantes do país eram servidas por quase 1.000 quilômetros de linhas telegráficas, já no final do século XIX.

Outra variável que nos parece interessante à pesquisa é a situação que resulta do término da escravidão no Brasil e o consequente aumento do fluxo de imigrantes.

Ainda no tempo colonial, como nos conta Prado Junior (1970), objetivos políticos e militares (ocupação de áreas de fronteira consideradas sob perigo de ocupação estrangeira) motivaram a metrópole portuguesa a buscar famílias de colonos, sobretudo do arquipélago de Açores, para consolidarem partes da fronteira no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Tal procedimento também teria ocorrido no Pará, porém com número bem menor de imigrantes. Pequenos lotes de terra eram distribuídos, agrupados em núcleos quase que autônomos.

Na segunda metade do século XVIII, verificava-se nas fábricas brasileiras a convivência do trabalho escravo com o livre, como bem demonstram Hardman e Leonardi (1982). Estes autores também nos informam que, em função de lei de 1852, era proibido o uso de escravos para a construção de ferrovias e daí:

Durante mais de trinta anos, a partir desta data, milhares de quilômetros de estradas de ferro foram construídos por operários livres, no interior de uma sociedade que ainda mantinha o regime escravista. Estes operários

trabalhavam ao longo de todo o Brasil, pois poucas eram as Províncias que chegaram ao fim do Império sem possuir pelo menos uma ferrovia (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 110).

Com estas ferrovias surgiram os primeiros núcleos proletários no Brasil. Além dos ferroviários, os referidos autores apontam como primeiras categorias proletárias no país, os têxteis, gráficos, portuários, estivadores e operários da construção civil.

O grande crescimento da cultura do café no interior do estado de São Paulo e o fim da escravidão levou a um crescimento enorme no fluxo imigratório. Agora era um outro tipo de colonização, os imigrantes não recebiam lotes de terra, mas sim, iam diretamente para as grandes fazendas de café.

Como nos relata Prado Junior (1970), a Itália nesse período passava por grandes perturbações políticas e sociais e nos Estados Unidos, iniciava-se uma política de restrição a imigração, a combinação destes dois fatores levou ao fato de que, por muitos anos, fosse de italianos o maior contingente de imigrantes destinados às lavouras de café que se estabeleceram principalmente no interior do estado de São Paulo.

Outro fator que influiu na busca de imigrantes para povoar o Brasil foi a chamada busca do branqueamento da população do país. O aculturamento de indígenas e a introdução de milhões de escravos negros trazidos do continente africano ocasionaram o fato de que a população de pele branca não era majoritária no Brasil.

Em 1890, segundo Lia Osório Machado (MACHADO, 2005), a população brasileira, que era de 14 milhões de habitantes, era composta em mais de 60% por negros e mulatos. Se a esses números acrescentássemos os indígenas, constataríamos serem os brancos franca minoria populacional.

A questão étnica era muito discutida na época e em função de pretensa superioridade branca, buscava-se o branqueamento da população e por isso era na Europa que se buscavam os fluxos imigracionais para o povoamento do Brasil.

Na Tabela 1 se verificam as quantidades de imigrantes brancos e também de japoneses chegados ao Brasil na virada do século XIX para o século XX.

Tabela 1. Imigração estrangeira no Brasil 1884-1933

NACIONALIDADES	EFETIVOS DECENAIOS				
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22 778	6 698	33 859	29 339	61 728
Argentinos	1 225	2 523	4 013	3 136	6 540
Austríacos	13 684	32 456	22 961	6 285	8 814
Belgas	2 657	171	1 128	981	742
Espanhóis	103 116	102 142	224 672	94 779	52 405
Franceses	7 977	2 517	8 572	5 392	5 609
Holandeses	1 026	1 044	3 456	842	1 111
Húngaros	-	-	1 699	1 221	4 954
Ingleses	2 870	825	6 710	3 964	3 829
Italianos	510 533	537 784	196 521	86 320	70 177
Iugoslavos	-	-	-	905	21 681
Japoneses	-	-	11 868	20 398	110 191
Lituânicos	-	-	-	1 931	26 077
Norte-americanos	649	2 664	2 949	1 898	2 556
Poloneses	370	1 050	-	3 073	33 957
Portugueses	170 621	157 542	384 672	201 252	233 650
Romenos	-	-	248	4 396	33 404
Russos	40 584	2 886	48 100	8 096	7 953
Sírios	93	602	3 826	1 145	14 264
Suecos	1 385	697	1 862	2 581	2 585
Suíços	93	602	3 826	1 145	14 264
Turcos	3	6 522	42 177	19 255	10 227
Uruguaios	477	1 527	1 785	1 336	2 556
Diversos	1 146	2 422	3 858	5 245	19 906
Total	883 668	862 110	1 006 617	503 981	737 223

Fonte: IBGE, Séries estatísticas e retrospectivas, vol. 1, 1986.

Os grandes fazendeiros de café, ainda segundo Machado (2005), buscavam mão de obra para suas lavouras, e que o governo bancasse as despesas de buscá-la na Europa:

Os grandes fazendeiros colocaram a questão da raça e do meio tropical em termos mais grosseiros. Não há dúvida de que as doutrinas de superioridade racial foram sendo absorvidas pelos círculos dirigentes do Império e, mais tarde, da República, porém subordinadas a políticas internas deliberadas. A principal era solucionar com rapidez e o mínimo de investimento (privado) o aumento do estoque de mão de obra. (MACHADO, 2005, p.330-331).

1.1 Os estrangeiros, a expansão do fenômeno de urbanização e o início da industrialização

Como já visto anteriormente, a corrente imigratória tinha tendência de se encaminhar para as lavouras paulistas, além das de Minas Gerais e Rio de Janeiro ou, em núcleos coloniais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tornando-se assim, os imigrantes, na maioria dos casos, os principais responsáveis pela produção dos produtos agrícolas exportados (vide Tabela 2) que eram de suma importância para a economia brasileira da época (essencialmente agroexportadora).

Tabela 2. Brasil: exportação de mercadorias (% do valor dos oito produtos principais sobre o valor total da exportação)

Decênio	Total	Café	Açúcar	Cacau	Erva-mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e Peles
1821-1830	85,8	18,4	30,1	0,5	—	2,5	20,6	0,1	13,6
1831-1840	89,8	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841-1850	88,2	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851-1860	90,9	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861-1870	90,3	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871-1880	95,1	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881-1890	92,3	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891-1900	95,6	64,5	6,6	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4

Fonte: Comércio do Brasil, n. 1, C. E. e n° 12-A, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda apud SILVA, 1953, p. 8.

O enorme fluxo imigratório não influenciou apenas a zona rural brasileira. Muitos imigrantes deslocam-se do campo para a cidade, além daqueles que originalmente haviam optado pela vida citadina.

Esta presença estrangeira é relatada por Emilia Viotti da Costa, (COSTA, 1985):

Em 1890, a população do Distrito Federal [Rio de Janeiro] alcançava 522.000 habitantes, aproximadamente, dos quais 124.000 eram estrangeiros, isto é, cerca de 25% da população. (...). Em 1872 os estrangeiros compunham 12% da população de Porto Alegre, 11% da população de Curitiba, 8% em São Paulo. A tendência em direção ao final do século foi ascendente. Em São Paulo a população estrangeira passaria a 22% do total em 1890 (COSTA, 1985, p. 212).

Ainda em referência à forte presença dos imigrantes na população dos estados que os receberam, a autora acima referida relata:

Em 1890, encontravam-se no Brasil 351.345 estrangeiros, dos quais 35,4% no Distrito Federal. São Paulo, Minas e o Distrito Federal concentravam 70% da população estrangeira radicada no Brasil; 17,5% concentravam-se no Rio Grande do Sul. Em 1900, o número de estrangeiros recenseados no Brasil atingia 1.256.806, correspondendo a 7,26% da população total. Nesse ano o Estado de São Paulo aparece como o que possui maior população alienígena (529.187 estrangeiros), e, a seguir, o Distrito Federal com 210.515, Minas Gerais com 141.647, e Rio Grande do Sul com 140.854. A população estrangeira concentrada nesses estados abrange 80% da existente em todo o país, concentrando-se em São Paulo quase 50% (COSTA, 1985, p. 212-213).

Com a instauração da república e o fim da escravidão, mesmo tendo o predomínio da cultura agroexportadora, é reconhecida pela historiografia que o Brasil experimentou um crescimento industrial, principalmente, a partir da década de 1880. Em cinco anos (1890-1895) 425 fábricas foram fundadas e segundo censo de 1907 o país constata a existência de 3.258 estabelecimentos industriais. No total são 15.841 operários, pouco de mais de 33% estavam no Rio de Janeiro, 16% em São Paulo e 15% no Rio Grande do Sul. São Paulo passa a ter posição de destaque, desbancando o Rio de Janeiro a partir da década de 1920, pós Primeira Guerra Mundial. (PRADO JUNIOR, 1970; FAUSTO, 1983).

O desenvolvimento paulista deveu-se ao café, que recebeu mão de obra estrangeira e segundo Cano (1983):

O capital cafeeiro no Oeste paulista não se restringiu apenas à órbita da produção primária: vazou, construindo estradas de ferro, bancos, indústria, comércio e, até mesmo, uma extraordinária agricultura mercantil produtora de alimentos e de matérias-primas. Dessa forma, o capital cafeeiro ampliou cada vez mais as bases da acumulação em São Paulo, proporcionando amplo leque de alternativas de inversão para os lucros que podiam vazar da cafeicultura e dos negócios vinculados ao café. Por outro lado, assalariando sua mão-de-obra, criou amplo mercado de bens de consumo para a indústria que então dava seus primeiros passos. Além disso, ao constituir seu mercado de trabalho com oferta abundante de trabalho, possibilitou também a criação de um mercado de trabalho urbano do qual se serviu principalmente a indústria paulista (CANO, 1983, p. 248).

Em relação ao processo de crescente urbanização do território brasileiro, também importante o que registra Santos (1994):

Se o índice de urbanização pouco se alterou entre o fim do período colonial até o final do século 19 e cresceu menos de quatro pontos nos trinta anos entre 1890 e 1920 (passando de 6,8% a 10,7%), foram necessários apenas vinte anos, entre 1920 e 1940, para que essa taxa triplicasse passando a 31,24%. A população concentrada em cidades passa de 4.552.000 pessoas em 1920 para 6.208.699 em 1940 (SANTOS, 1994, p.22)

Na Tabela 3, verifica-se a evolução da população das principais cidades do Brasil, e fundamentalmente, percebe-se no impressionante crescimento de São Paulo, e a importância que a referida localidade acabaria conquistando no cenário nacional.

Tabela 3. A Evolução Populacional das Cidades Brasileiras (1872-1900)

1872		1900	
Cidade	População	Cidade	População
Rio de Janeiro	274 972	Rio de Janeiro	691 565
Salvador	129 109	São Paulo	239 820
Recife	106 671	Salvador	205 813
Belém	61 997	Recife	113 106
Niterói	47 548	Belém	96 560
Porto Alegre	43 998	Porto Alegre	73 674
Fortaleza	42 458	Niterói	53 433
Cuiabá	35 987	Manaus	50 300
São Luís	31 604	Curitiba	49 755
São Paulo	31 385	Fortaleza	48 639

Fonte: SCARLATO, 2003, p. 426.

A utilização da mão de obra europeia passa a ser a principal fonte mantenedora das demandas abertas pelo surto industrial.

Dos 3.390.000 imigrantes que entraram no Brasil entre 1871 e 1920, os italianos constituíam mais de 1.373.000. Os portugueses, 901.000 e os espanhóis, 500.000. A maioria dos imigrantes procurou residência em São Paulo, cujo governo estadual, controlado pela classe dos agricultores, foi o mais ativo na criação de subsídios à imigração (MARAN, 1979, p. 13).

Ainda sobre os estrangeiros:

Segundo o censo de 1893 realizado na capital de São Paulo, os estrangeiros constituíam 54,6 da população total e um índice ainda maior da força de trabalho, dos 10.241 trabalhadores classificados como artesãos (os operários de construção civil devem ter sido incluídos nessa categoria) 85,5% nasceram no exterior. Na manufatura, 79% eram imigrantes; nos transportes e setores afins, 81%; no comércio, 71,6%. Excluindo as pesquisas no setor agrícola, os estrangeiros constituíam 71,2% da força de trabalho total da cidade (MARAN, 1979, p. 16-17).

É inegável que os braços estrangeiros que realizavam, no Brasil desta virada de século, os trabalhos nas lavouras de café, nas atividades urbanas como a construção civil ou ainda o crescente trabalho industrial, eram oriundos de países em que o capitalismo se encontrava muito mais avançado, onde o trabalho industrial era tecnicamente mais desenvolvido, e, portanto, onde possivelmente as ações de organização política e social no contexto do trabalho eram também muito maiores.

É assim que podemos levantar a hipótese de que o ingresso de vasto contingente de imigrantes europeus, a crescente urbanização e o consequente aumento do contingente de proletários urbanos figuram como o potencial “fermento” para a mobilização política dos trabalhadores em torno de ideais anarquistas, socialistas e comunistas no país.

1.2 Anarquismo, Socialismo e Comunismo no Brasil

Faz-se oportuno, antes de adentrarmos diretamente na formação e atuação do Partido Comunista Brasileiro, empreender um mergulho de como as leituras anarquistas, socialistas de diversos matizes e marxistas propriamente ditas, foram, aos poucos, trazidas para o Brasil e, refletir acerca da trajetória da classe trabalhadora no país. Também é interessante verificarmos que, no Brasil, o comunismo acabou conquistando a grande maioria daqueles que se consideravam anarquistas.

A defesa de inúmeros intelectuais estava em torno da simpatia republicana, do evolucionismo e do positivismo. A solidariedade em relação ao trabalhador era mais em virtude da miséria e do atraso material em que o Brasil se encontrava. Vale aí destacar que com a recente abolição da escravatura, com a instauração da república, não se defendia a contradição do Estado burguês, ao contrário, o reverenciava. O debate girava em torno da humanização do trabalho e a da diminuição dos bolsões de misérias, todos eles, numa perspectiva republicana.

As ideias de anarquismo e socialismo chegaram ao Brasil através de revistas, livros e depoimentos de pessoas vindas da Europa e, naturalmente, não encontravam grande repercussão no território. A Comuna de Paris ocorre dezessete anos antes do fim da escravidão e dezoito antes do fim de nossa era imperial. Numa sociedade baseada no trabalho escravo e governada por aristocracia rural não floresceriam os mesmos pensamentos que, à época, convulsionavam a França.

Em função do conservadorismo vigente no Brasil e da eficiente propaganda feita pelo governo francês, a Comuna é tratada como obra de sanguinários pela quase totalidade da imprensa brasileira e por pronunciamentos de pessoas do governo. Existem, porém, alguns registros de simpatizantes com a Comuna, mas, em geral, a obra de Marx era desconhecida no Brasil, inclusive pelos que, à época, eram considerados intelectuais. Um bom panorama sobre isto se pode ter em “História das Idéias Socialistas no Brasil”, de Leandro Konder (2010).

Os anarquistas, também chamados “socialistas libertários”, que tiveram enorme participação na Comuna de Paris, no Brasil, como no mundo todo, subdividiam-se em diversas correntes e tendências, tendo como identidade comum entre elas o repúdio ao modo de produção capitalista e a defesa de uma sociedade sem classes sociais. Tinham em Kropotkin, Malatesta, Bakunin e Reclus, entre outros, suas principais referencias teóricas, como demonstra também Leandro Konder (KONDER,2010).

No Brasil, entre muitos expoentes anarquistas, pode-se citar Edgard Leuenroth e José Oiticica, que além de escreverem na imprensa ácrata, foram destacados militantes da causa que defendiam.

Os anarquistas “puros” tinham o foco de suas práticas em agitações doutrinárias e nas chamadas “ações diretas”, atos que tivessem grande repercussão, que chamassem atenção de toda a população, como atentados a bomba e coisas do tipo.

Os anarcossindicalistas, também chamados anarquistas “impuros”, como o próprio termo explica, tinham sua prática fundada em enorme atuação junto ao movimento sindical, muitas vezes fazendo parte de direções de sindicatos de trabalhadores. O fator fundamental de identificação destas duas formas de pensar e agir residia na absoluta rejeição à política partidária como instrumento de superação da sociedade capitalista.

O socialismo teve menor influência entre os trabalhadores no Brasil, mas é importante citar Carone (1984), que registra diversas organizações socialistas, tais como Partido Operário ou Partido Socialista Brasileiro (1890), Partido Operário de São Paulo

(1890), Partido Operário Brasileiro (1893), Centro Operário da Bahia (1894) e várias outras. Em geral, possuíam um caráter reformista, mesclando socialismo utópico com várias outras correntes de pensamento, tais como o cristianismo (catolicismo e espiritismo) e a maçonaria. Por inúmeras razões, estas entidades tiveram vida curta, por mais que tenham tido importância em lutas e justas reivindicações da embrionária classe operária de nosso país.

Embora a participação do movimento operário europeu fosse notável desde a segunda metade do século XIX, com a Comuna de Paris, a influência marxista, como será abordado adiante, só seria acentuada após a Revolução Russa de 1917 (ROIO, 2003). A Internacional Comunista, movimento organizado pela Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), surgida com a intenção de mobilizar a classe operária das diversas partes do mundo, apresentando a tese de que “os trabalhadores não têm pátria”, trecho da obra “Manifesto Comunista” de Karl Marx, que só teria visibilidade no Brasil a partir da sua terceira edição, ocorrida em 1919 (MORAES FILHO, 2003).

Como visto anteriormente, foi predominante o trabalho imigrante logo após a abolição da escravatura e foi este contingente que se organizou para a criação do movimento operário no Brasil. Os sindicatos mais importantes do Rio de Janeiro e São Paulo foram dominados pelos imigrantes, situação esta que culminou nas greves operárias de 1917 (São Paulo) e 1918-19 (Rio de Janeiro) (MARAM, 1979).

O que se viu no Brasil no final do século XIX foi uma abordagem, do ponto de vista marxista, bastante superficial, uma mistura de perspectivas positivistas e abolicionistas ligadas às camadas médias urbanas e militares.

Segundo nos relata Evaristo Moraes Filho (MORAES FILHO, 2003), é notório o fascínio que as teorias marxistas alcançaram entre alguns dos intelectuais brasileiros no final do século XIX, como é o caso do jurista brasileiro Lúcio de Mendonça. Em seu livro datado de 1901, intitulado “Horas do bom tempo”, defende que:

O comunismo enobrece, santifica o trabalho, suprimindo o intuito egoístico de acumulação da propriedade, que desaparece, como desnecessária, e suprimindo a ambição de dinheiro, de moeda, que, na economia da Comuna, deixa de existir por inútil e sem significação, pois a moeda é um título de dívida, um representativo de trabalho acumulado e economizado, e nada disto se compadece com o regime comunista (MENDONÇA, 1872, apud MORAES FILHO, 2003, p. 24-25)

Euclides da Cunha teve bastante simpatia com o marxismo, compôs movimento social em favor dos trabalhadores, publicou artigos em comemoração ao dia do trabalhador. “A vida e a obra de Euclides sempre se inclinaram por um profundo sentido de renovação, de espírito de justiça social, de denúncia contra a miséria e a exploração do homem pelo homem” (KONDER, 1959 apud MORAES FILHO, 2003, p. 33). Porém, associado às perspectivas positivistas e evolucionistas, suas concepções sobre o marxismo eram bastante superficiais e ingênuas, como podemos perceber nestes escritos:

Seja qual for este regime por vir, traduza-se ele pela proteção constante do indivíduo pela sociedade, como pensa Spencer, ou pelas inúmeras repúblicas, em que se diferenciará o mundo, segundo acredita Auguste Comte – ele será, antes de tudo, perfeitamente civilizador. Que se passe sem lutas este dia notável. O socialismo, que tem hoje uma tribuna em todos os parlamentos, não precisa de se desenhar nas revoltas desmoralizadas da anarquia (CUNHA, 1892, apud MORAES FILHO, 2003, p. 31).

Figuras militantes à causa operária como Vicente de Souza Silvério Fontes, Carlos Escobar, Sóter de Araújo, se organizaram, em 1889, em torno da confecção do “Manifesto Socialista ao Povo Brasileiro”, bastante influenciado pela obra de Marx, “O Manifesto do Partido Comunista”.

Em 1895 é criado em Santos, cidade do litoral paulista que realizava então os trabalhos de exportação do café, demandava expressiva quantidade de braços para o trabalho no porto e de certo modo também expressava a vitalidade do capital mercantil/financeiro da época (vide a localização, em Santos, da bolsa do Café, instalada num suntuoso edifício junto ao porto), surge, não por acaso, a publicação quinzenal “A Questão Social”, jornal de grande relevância que mais tarde contribuiria para a organização dos operários em nível nacional (a realização de congressos, passeatas, panfletagens, entre outros). Tal periódico foi importante também na divulgação de obras e análises marxistas, tal como textos referentes às lutas operárias.

Em 1906 houve a realização do primeiro Congresso Operário, fato decisivo que resultaria na criação da Confederação Operária do Brasil (COB), em 1908. Antes, em 1892 houve uma tentativa de organização, mas que não se tivera alcançado o sucesso desejado. De base anarquista, a COB era formada “(...) por cerca de 50 associações sindicais do Rio, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, etc.” (PEREIRA, 1976). Assim, são nos estados mais acionados pelas atividades produtivas, onde as cidades possuem maiores

efetivos populacionais e também onde o trabalho urbano-industrial aparece, de certo modo, “antecipadamente”, que se criam as condições históricas e geográficas para a emergência de associações de trabalhadores e sindicais, capazes de inserir as ideias políticas revolucionárias.

Exatamente na dificuldade de enfrentar os patrões e a represália policial, é que se viu a necessidade de materialização de um movimento operário mais amplo, que não se restringisse aos sindicatos, muitas vezes comandados pelos próprios patrões, muito longe de atenderem as reivindicações dos trabalhadores. Além disso, tal organização contribuía significativamente para a articulação do movimento operário com segmentos fora do país. Isso implicava, obviamente, em aprendizado na condução das resistências trabalhistas e a luta contra o capitalismo.

Cabe observar, também de um modo mais geral, que já o movimento revolucionário popular mexicano de 1910/1912, o advento da república portuguesa de 1910 e bem assim a extraordinária revolução chinesa de 1911, repercutiam entre nós como um estímulo vivo ao espírito combativo do nosso povo, tantas vezes posto à prova no passado, e ainda num passado relativamente bem próximo, como foi o movimento contra a vacina obrigatória em 1904 e o da revolta dos marinheiros da esquadra nacional em 1910 (PEREIRA, 1976, p. 38).

Figura 3. Primeiro de Maio de 1919 no Rio de Janeiro



Fonte: <<http://www.anarkismo.net/article/14962>>. Acesso em: 12/06/2014.

Na Figura 3, pode-se observar a concentração de trabalhadores em manifestação pública comemorativa do Dia Internacional do Trabalho, na Praça Mauá, no RJ. Percebe-se o enorme contingente populacional participante do evento na então capital do país.

1.3. Repercussões da Revolução Bolchevique no Brasil

Foram enormes as repercussões da Revolução Russa de 1917 no Brasil e em especial na organização das lutas populares.

O mundo de então vivia aquela que deveria ser a última das guerras, ou seja, a Primeira Guerra Mundial, que já se encontrava, em 1917, em seu terceiro ano. A enorme mortandade nos campos da Europa levava a motins e deserções militares, revoltas de populares contra os recrutamentos, greves operárias e obviamente a grande fortalecimento de campanhas pacifistas levadas a cabo por anarquistas e socialistas no chamado velho continente. No Brasil também crescia o movimento pacifista, e, contraditoriamente, as pressões anti germânicas, face aos afundamentos de navios brasileiros pelos submarinos alemães como demonstrado abaixo:

O afundamento seguido de navios nacionais, como o Tijuca e o Lapa, desencadeou violências por toda a parte. Em Porto Alegre atearam fogo ao Clube Germânia e a uma fábrica de gasosas de propriedade do Sr. Vítor Fisher, onde se encontrou, inclusive, uma “guitarra” e muito dinheiro falso segundo a imprensa divulgou. No Recife, depredaram a Herm Stoltz. No Rio, o quebra-quebra atingiu a Farmácia Alemã, Theodor Wille & Cia., Werner Hilpert, Banco Germânico, o Bar Brahma, o Clube Germânia do Rio. A Escola Alemã e a Hasenclever. Empastelou-se o Diário Alemão. Alguns sírios, por precaução, colocaram às suas portas letreiros explicando que não eram turcos (BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1967, p. 40-41).

Esta mesma guerra que foi tão importante na deflagração da Revolução Russa causou muitas mudanças no território brasileiro. A necessidade de se produzir aquilo que não se podia importar era crescente, já que o esforço de guerra das potências exportadoras e o bloqueio do Atlântico causaram desabastecimento de produtos dos mais variados tipos no Brasil.

Soma-se a esta situação o superávit da balança comercial do país, face à crescente exportação de produtos agrícolas e enorme volume de capital disponível para a implantação de indústrias.

De 1915 a 1919, 5.940 indústrias são criadas, para se ter uma ideia do significado disto, nos 24 anos anteriores, tinham surgido 6.946 unidades fabris, ou seja, viveu-se um enorme crescimento industrial e consequentemente, houve grande aumento do número de proletários (BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1967).

Enquanto poucos enriqueciam muito, muitos tinham vida bastante sofrida, como se verifica abaixo:

O proletariado, por outro lado, enfrentava duras condições de vida e trabalho. Salários baixos, que variavam entre 80\$000 e 120\$000, preços altos, jornada de trabalho oscilando de 10 a 12 horas, crianças e mulheres recebendo salários aviltantes. Alguns patrões retinham um mês de salário de seus empregados. Durante a famosa epidemia de gripe “espanhola”, recusaram-se a pagar os dias perdidos por seus empregados. Havia uma espécie de “cambão urbano”. Os Jafets, por exemplo, adotavam o chamado Trucksystem, obrigando seus empregados a comprar no armazém do mesmo grupo, por preço bem mais alto (BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1967, p. 47).

As mais diversas categorias profissionais se organizam por todo o país e na maioria das vezes, sob comandos anarquistas e socialistas, inúmeras greves ocorrem, culminando com a famosa greve geral de São Paulo de 1917 (Figura 4).

Figura 4. Greve Geral em São Paulo, 1917



Multidão de grevistas descendo a ladeira do Carmo.
Fonte: FAUSTO, 2004, p. 301.

Sobre este movimento, nos relata Nélson Werneck Sodré:

[...] as prisões de operários foram numerosas; todas as sedes de organizações operárias foram fechadas pela polícia. A morte de um grevista, vítima da violência policial, provocou o alastramento total da greve, que abrangeu todas as indústrias e até serviços e oficinas, em todos os ramos, tecelagem, metalurgia, gráfica, transportes, construção civil, lixeiros, carroceiros, fósforos, vidro, moagem, calçados, cerâmica, alimentícios. O movimento alcançou Sorocaba, Campinas, Jundiaí, Santos, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos, quando os grevistas criaram, ao calor do movimento a Comissão de Defesa Proletária (SODRÉ, 1984, p. 37)

No enterro do grevista morto pela polícia ocorre a maior manifestação popular até então vista no Brasil e durante dias se sucedem vários conflitos com a polícia nos bairros operários, tropas federais são chamadas em reforço. Visando o término dos confrontos, uma comissão de jornalistas consegue intermediar negociações da Comissão de Defesa Proletária com representantes patronais e do governo e chega-se a um acordo, com a vitória dos grevistas (SODRÉ, 1984).

As conquistas acordadas, além de 20 % de aumento salarial, englobavam extensa pauta de reivindicações tais como nenhuma demissão de trabalhadores, direito de associação, libertação dos grevistas presos entre várias outras (SODRÉ, 1984).

Com as notícias de uma revolução proletária ocorrida na longínqua Rússia, descontina-se uma nova perspectiva aos movimentos dos trabalhadores. Inicia-se o declínio da influência anarquista e vai se fortalecendo o socialismo entre os operários. Com o passar do tempo as conquistas de 1917 vão sendo desrespeitadas, muitos líderes populares são presos e deportados, sucedem-se greves e aumento de repressão, novas formas de organização vão sendo necessárias à classe operária.

Nos anos de 1918, 1919 e 1920, nas inúmeras greves e manifestações é comum o apoio dos movimentos à Revolução Russa, inclusive por parte dos anarquistas. Ainda segundo Sodré:

Sob a influência da Revolução de Outubro e pela pressão da necessidade, começam a aparecer novas organizações operárias e multiplicam-se os pequenos jornais que expressam os anseios da classe. Centros, ligas, uniões, partidos, surgiram nas grandes e até em pequenas cidades, organizações operárias que passaram a dizer-se, comunistas, maximalistas, socialistas. A Internacional Comunista (III Internacional ou Comintern) aprovava resolução no sentido de se denominarem partidos comunistas os grupos revolucionários (SODRÉ, 1984, p. 40).

Leôncio Basbaum (1986), em sua “História Sincera da República”, também considera que foi decisiva a influência da Revolução Socialista de novembro de 1917 na antiga Rússia dos Tzares (BASBAUM, 1986, p.204) na formação do Partido Comunista no Brasil demonstrando a enorme importância que tal fato, tão pouco noticiado à época fora dos meios operários, viria a ter na vida do país.

Ainda sobre a formação do PCB, o referido autor informa que resultou do crescimento do capitalismo, das grandes empresas industriais, do acúmulo de lutas operárias e do aumento das contradições vividas no pós-guerra. Conforme o autor:

[...] é sobretudo nas duras condições de trabalho---salário baixo e horário de trabalho ilimitado, de 10 a 12 horas por dia que vamos encontrar as origens das primitivas organizações de luta dos trabalhadores, de cujas tradições foi herdeiro o P.C.B. (BASBAUM, 1986, p. 204)

No entanto, somente os sindicatos já não bastavam à crescente necessidade de organização das massas trabalhadoras, daí a criação de instituição que fosse maior que o sindicato e que pudesse unir a luta dos operários não só nos momentos de maior mobilização, mas também no cotidiano de suas vidas, buscando a manutenção de suas conquistas através da inserção na vida política institucional do país. As greves e agitações ocorridas de 1917 a 1920 envolvem muitos milhares de trabalhadores (vide Figura 5), em diferentes pontos do país, e pressionaram seus militantes para uma melhor organização teórica e política, com um forte comando, e que direcionasse a classe trabalhadora.

É neste ínterim que surge, em 1919, ainda que com curta existência, um primeiro Partido Comunista no território brasileiro (de caráter predominantemente anarquista), intitulado “Partido Comunista do Brasil”, conforme divulgado no jornal anarquista, A Plebe:

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

No domingo próximo passado realizou-se no Salão Internacional uma conferência para dar como definitivamente constituído o Partido Comunista de São Paulo.

Perante avultada concorrência, três camaradas fizeram uso da palavra, expondo as ideias do comunismo anarquista e os modernos princípios expostos e as bases na nova organização que já conta numerosos aderentes.

Muito dos presentes inscreveram-se como sócios. A reunião terminou no meio do maior entusiasmo (A PLEBE, 21 jun. 1919).

Figura 5. Comemoração do “1º de Maio” na Praça da Sé em São Paulo, 1919



Fonte: KONDER, 2010, p. 34.

Apesar da nomenclatura, a base dessa organização era anarquista, daí a designação comumente conhecida “P. C. dos anarquistas”. A denominação deste partido como comunista era apenas fruto da irresistível influência da Revolução Soviética sobre os revolucionários brasileiros. “Na verdade não era nem comunista, nem mesmo um partido no sentido clássico do termo” (PACHECO, 1984, p. 61).

Grosso modo, não havia entre a classe operária brasileira uma distinção clara entre o anarquismo e comunismo. Diferentemente do que ocorreu na Europa, neste período, no Brasil não ficou acentuada uma rivalidade entre anarquistas e marxistas. A Revolução Russa (1917) trouxera ao país inúmeras inspirações e a luta justificava-se pela precariedade em que se encontrava a classe trabalhadora. Os baixos salários, as longas jornadas de trabalho, entre outros tantos motivos, foram decisivos para a organização do Partido Comunista do Brasil pelos anarquistas. Na Figura 6, vemos anarquistas fundadores dos P. C. dos Anarquistas.

Figura 6. Dirigentes do P.C. dos Anarquistas



De pé: Octávio Brandão, Astrojildo Pereira, Afonso Schmidt; sentados: Edgard Leuenroth e A. B. Canellas, 1919. Só Leuenroth permaneceria anarquista (ASMOB).

Fonte: SEGATTO; PAULO NETTO; RAMOS NÉTO; AZEVEDO; SACCHETTA, 1982, p. 13.

Segundo Astrojildo Pereira:

Em vez de estatutos, foram elaboradas e adotadas uma simples ‘bases de acordo’, à boa moda anarquista, com o item seguinte, relativo aos ‘fins imediatos’ do Partido: ‘promover a propaganda do comunismo libertário assim como a organização de núcleos comunistas em todo o país’ (PEREIRA, 1979, p. 69).

A criação deste partido em 1919, com uma clara perspectiva anarquista, teve como seus principais dirigentes e ideólogos, José Oiticica e Edgard Leuenroth.

O programa do partido apresentava um projeto de transformação de vários problemas sociais, entre eles o sistema prisional, exército, propriedade, moradia. Tal organização partidária também confeccionou em seu I Congresso uma Moção aos Comunistas:

A conferência do Novo Partido Comunista do Brasil, antes de encerrar os trabalhos resolve proclamar sua calorosa e entusiástica solidariedade com o proletário revolucionário do mundo, o qual a esta hora em luta aberta contra o Estado e o Capitalismo se empenha na intensa e fecunda batalha pela implantação do Comunismo sobre a terra, tornando-a livre para o homem livre (CONGRESSO do PCB, 1919 apud PACHECO, 1984, p.61).

Importante documento produzido no I Congresso foi o *Bases de Acordo*, uma espécie de estatuto que organizava a militância operária, como podemos perceber no documento:

O proletário do Rio de Janeiro, reunido em massa na praça pública e solidário com as grandes demonstrações dos trabalhadores neste 1º de Maio, envia uma saudação especial aos proletários russo, húngaro e germânico e protesta solenemente contra qualquer intervenção militar burguesa que tenha por fim atacar a obra revolucionária tão auspiciosamente encetada na Rússia (MOÇÃO. Apud PEREIRA, 1979, p. 58).

As leituras marxistas ainda não eram bem difundidas e os feitos da revolução de 1917 soavam mais como uma vitória ao capitalismo e o Estado burguês. Palavras de ordem como: “liberdade aos operários”, “fim da opressão”, “dissolução da burguesia” eram comuns entre seus militantes. Essa organização partidária tinha como preceito atuar nas disputas entre os patrões e promover a união da classe trabalhadora (PACHECO, 1984).

1º - Podem fazer parte do Partido todos os homens e mulheres residentes no Brasil, que estejam de acordo com o seu programa e meios de ação.

2º - O ingresso, como sócio do Partido, vale por um compromisso pessoal de defender e propagar o programa feito e aceito.

3º - Em cada localidade do Brasil onde se constituía um núcleo do Partido, esse núcleo designará uma comissão encarregada dos trabalhos de secretaria e relações (CONGRESSO do PCB, 1919. Apud PACHECO, 1984, p. 65-66).

Apesar da contradição de um grupo de anarquistas organizar um partido político, a estratégia era organizar o movimento operário, unificando-o em todo país. Seus precursores foram os maiores responsáveis para a difusão do marxismo no Brasil e a criação do PCB em 1922. O marxismo só se difundiria no Brasil após a Revolução Russa de 1917. Astrojildo Pereira (um dos fundadores do PCB de 1922) também esteve ligado ao movimento anarquista. Outros abandonaram o anarquismo, inclinando-se para o marxismo, como foi o caso, entre tantos outros, de Otávio Brandão, Everardo Dias, Afonso Schmidt (PACHECO, 1984).

1.4 Comunismo num território de grandes transformações: a fundação do PCB em 1922

O Brasil do início da segunda década do século XX vivia grandes mudanças que apontavam para o esgotamento da estrutura até então vigente no país. Novos personagens, que cresciam numericamente na sociedade de então buscavam formas de expressar seus interesses. As cidades viviam um aumento de sua relevância política, o aumento das indústrias e consequentemente, da classe operária, o crescimento também da vida intelectual que ocorria com o aumento da vida urbana era evidente. A isto tudo se somava a estruturação do exército nacional, que acarretava na ampliação de um grupo social novo, a jovem oficialidade em início de carreira que, se não eram oriundos da elite econômica do país, acabavam integrando a elite intelectual, pois por força da profissão, tinham de ter escolaridade muito acima daquela da população brasileira.

Trabalhadores, intelectuais, classe média urbana e jovens militares não se viam representados nas práticas políticas oligárquicas e profundamente conservadoras que dominavam o país há séculos. Não se trata de coincidência tantos movimentos ocorrerem no Brasil desta época, contribuindo para a fundação do PCB, em 1922.

A década de 1920 foi, sem dúvida, significativa e suas inúmeras agitações culminaram na denominada Revolução de 1930 que tinha como força política romper com o arcaísmo da então “Velha República”, até a promulgação da Constituição de 1934 (GOMES, 1998); (HOLANDA, 2004). O ano de 1922 certamente se configurou num dos mais importantes na história do Brasil. Após a instauração da república, a influência das teorias positivistas e evolucionistas europeias, a negação de alguns personagens em denunciar o atraso brasileiro e o ataque às elites oligárquicas agrárias, promoveu intensas revoltas e movimentos no país (FAORO, 2000).

Já fizemos referência aos movimentos sociais urbanos, à imigração europeia e ao crescimento das indústrias. Atrelado a isso, o questionamento que começara a ser feito era repensar o atraso em que o país mergulhava e aniquilar os vestígios que o passado colonial ainda impunha à nação. O objetivo era dissipar a disposição brasileira de ser uma economia eminentemente agrária e se tornar uma sociedade urbana.

Para tal, a Europa era tida como exemplo de progresso e avanço, a salvação para o país seria o branqueamento e a introjeção de uma perspectiva estética europeia. A própria criação da Academia Brasileira de Letras, em 1896, representava o fim do romantismo e referendando a ideia de que “[...] aquilo que é estrangeiro é superior ao nativo, o que correspondia ao culto da forma perfeita” (CÂNDIDO, 1965, p. 143).

Num ano marcado por inúmeras agitações, 1922 também ficaria marcado pela Semana da Arte Moderna, ocorrida entre os dias 11 e 18 de fevereiro, tendo como idealizador o pintor Di Cavalcanti. Mesmo considerando que havia inúmeras tendências entre os seus participantes, tal evento que só seria reconhecido posteriormente, tivera bastante influência do cubismo, do futurismo e do expressionismo. Participaram da semana os artistas Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Anita Malfatti, Mário de Andrade, Heitor Villa-Lobos, entre tantos outros.

Contrapondo a esta estética eurocêntrica é que atuariam os ideólogos da Semana de Arte de 1922 e o conceito de arte passa a ser reelaborado. O sentido do agir moderno deveria sempre estar no campo do efêmero, uma abstração. Desse ponto de vista, os modernistas de 1922 defendiam a criação de uma arte que expressasse as características do povo brasileiro, nacionalista, mas não ignorando completamente elementos externos. O discurso estava no sentido de haver uma comunhão da cultura brasileira relacionadas com perspectivas estéticas estrangeiras.

Na Figura 7, abaixo reproduzida, constatamos no famoso quadro *Operários*, pintura de Tarsila do Amaral, a presença de trabalhadores de ambos os sexos e diversas etnias tendo como fundo chaminés das indústrias a pleno vapor. O processo de urbanização e industrialização vivido na época acaba retratado pela artista modernista.

Figura 7. Obra de arte resultante do movimento da Semana de Arte Moderna de 1922



Fonte: *Operários* de Tarsila do Amaral, 1933.

A profundidade da argumentação da vanguarda de 1922 exaltava a tradição linguística no que concerne à literatura e propriamente ao cotidiano do brasileiro. No campo da escrita uma narrativa popular, próxima ao jeito brasileiro, marcada pela independência artística e que representasse genuinamente o gosto pela brasiliade.

O movimento de 1922, enfim, representou uma resistência à cultura conservadora brasileira.

Fatos referentes a criação do mais longevo partido político brasileiro em funcionamento, já foram relatados no início deste trabalho, tais como época e locais em que ocorreu o congresso de fundação do PCB, delegados e cidades representadas por estes e informações do tipo.

Interessante acrescentar aqui, aspecto comprehensivelmente omitido por Astrojildo Pereira e relatado pela crônica intitulada “O Cometa de Manchester”, de Afonso Schmidt, confirmado por Edgard Leuenroth, referente a emissário da Internacional Comunista que teria procurado Leuenroth, propondo que este fundasse um partido comunista no Brasil, tarefa por Leuenroth declinada, por sua convicção anarquista. Leuenroth, a pedido deste que seria integrante do Secretariado Comunista da América do Sul, que havia se apresentado com o nome de Ramison, teria indicado Astrojildo Pereira como pessoa que teria a convergência de opinião e qualidades necessárias ao trabalho de criação de uma organização partidária e os teria apresentado, não presenciando o conteúdo de suas conversas. Estas referências à crônica de Schmidt encontram-se em Pacheco (1984) e Bandeira; Melo e Andrade (1967).

Na ausência de legislação que regulasse a existência de partidos políticos, foi o PCB registrado como sociedade civil, tendo no Diário Oficial da União, em sua edição de 07 de abril de 1922, às páginas 69-70, na seção destinada a Sociedades Civis, sido publicado um extrato de seu estatuto.

Neste extrato constavam entre outras, o propósito partidário de organizar o proletariado com vista a tomada do poder e transformação da sociedade capitalista em sociedade comunista, bem como de ser o PCB integrante da Internacional Comunista.

Também no ano de 1922 ocorre uma série de rebeliões militares em diferentes pontos do território nacional, culminando com o mais conhecido destes episódios, o levante do Forte de Copacabana.

Não tendo este trabalho, evidentemente, a pretensão de aprofundar na análise da atuação dos militares na vida do Brasil, tornam-se necessárias aqui breves considerações sobre o tema.

De acordo com o demonstrado por João Quartim de Moraes (MORAES, 1991), quase não existia, no Brasil do início do século XX, carreira intelectual profissional. O país ainda não possuía Universidades, sua imprensa era incipiente e as carreiras jurídicas, na sua quase totalidade estavam controladas pelo mando das oligarquias agrárias dominantes e em função disto:

A carreira das armas, num tal contexto semifeudal, constituía uma das poucas, e sem dúvida a mais importante, que se abria para os jovens sem fortuna nem padrinhos. Daí a larga permeabilidade dos oficiais e mais ainda dos alunos das escolas militares às ideias políticas e valores culturais que julgavam – no mais das vezes ingenuamente - como os mais avançados de seu tempo, e que lhes forneciam uma perspectiva crítica sobre uma sociedade que contestavam. Daí também seu duplo dilettantismo, enquanto militares e enquanto intelectuais (MORAES, 1991, p. 74).

Buscando uma melhor compreensão da composição do Exército brasileiro, recorremos a Carone (1975):

O fenômeno do tenentismo ainda não foi bem estudado, devendo ser correlacionado aos problemas da classe média. Num país em que as oportunidades de vida eram difíceis e os estudos e carreiras liberais representavam um peso monetário, o Exército continuava a ser o refúgio de uma classe sem recursos. É assim que os nossos oficiais são de origem simples, de pais comerciantes, funcionários e pequenos fazendeiros, conquistando democraticamente os postos pela capacidade e não pela posição social. Além do mais, o seu recrutamento era feito em todo o Brasil, dando oportunidade de comparar a situação e a corrupção geral (CARONE, 1975, p. 38).

Desde o término da Guerra do Paraguai, o Exército vinha sendo desmobilizado, seu efetivo era gradativamente reduzido e sua dotação orçamentária também diminuída. Seu desaparelhamento era evidente, suas tropas pouco profissionalizadas, chegando ao absurdo que boa parte dos oficiais só necessitasse estarem presentes nos quartéis em vésperas de recebimento de soldo. Tais situações ficam evidenciadas em diferentes autores como Edgard Carone (CARONE, 1975), Nélson Werneck Sodré (SODRÉ, 1979) e João Quartim de Moraes (MORAES, 1991).

Outro grande problema que os militares enfrentavam era a existência das Guardas Nacionais, verdadeiros “exércitos” que cada estado da federação possuía, com respaldo legal, que refletia o poder local e regional da aristocracia agrária, tendo cada estado não só poder econômico e político, mas também militar.

Em face destas debilidades, tanto à direita quanto à esquerda, surgiam movimentos dentro das tropas buscando a superação desta situação.

Além das reivindicações específicas oriundas da necessidade técnicas, eminentemente profissionais dos militares brasileiros, os mesmos, como informado nos autores acima citados, posicionavam-se tanto à direita, como os chamados “jovens turcos” quanto à esquerda, no caso dos “jacobinistas” sobre assuntos de interesse geral do país².

Na sucessão presidencial de Epitácio Pessoa, radicalizam-se as posições, com a publicação na imprensa, de carta forjada, na qual o candidato Artur Bernardes atacava de forma grosseira o Marechal Hermes da Fonseca, ídolo das casernas. Por mais que se denunciasse ser falsa a carta, houve grandes protestos do Clube Militar, que era o principal canal de expressão da oficialidade do Exército da época.

Desavenças regionais, por todo o país vinham demonstrando que mudanças teriam que logo ocorrer, nem mesmo as oligarquias conseguiam se manter coesas. Em 1921 já havia ocorrido na Bahia graves conflitos, inclusive armados entre setores da classe dominante. Em 1922, o governador do Maranhão é deposto pela polícia, o mesmo quase ocorre no Pará, instabilidade também havia nos governos do Piauí, Alagoas, Santa Catarina e Ceará.

Em Pernambuco, além de os conflitos terem sido mais graves, tiveram participação popular como Edgard Carone (1975) relata:

Pernambuco era um grande centro onde os problemas sociais eram tensos; onde a Federação Regional do Trabalho existia desde 1914; onde Cristiano Cordeiro e Joaquim Pimenta eram líderes que tinham evoluído do anarquismo ao comunismo; onde greves eram dirigidas pelos anarquistas e comunistas, entre elas a da Great Western; onde Pimenta, um ano antes, dirigira coligação contra o próprio governador Severino Pinheiro, numa união de anarquistas, comunistas, liberais e conservadores (CARONE, 1975, p. 36).

² Jovens Turcos em referência a oficiais da Turquia que participaram de partido nacionalista que atuou no processo de proclamação da República nesse país. Esses oficiais, tal como um grupo de membros das forças armadas brasileiras, havia estagiado no Exército da Alemanha. Jacobinistas como alusão aos Jacobinos, corrente de esquerda na Revolução Francesa.

Nas ruas de Recife enfrentam-se à bala policiais, jagunços, populares e tropas do exército mandadas pelo governo central. Do Clube Militar, Hermes da Fonseca se pronuncia publicamente, conclamando as tropas federais de intervenção em Pernambuco a se amotinarem. Epitácio manda prender o marechal Hermes por 24 horas.

Nas obras que nos referenciamos, dos autores Carone (1975), Sodré (1979) e Moraes (1991), torna-se claro que pouco se conhece sobre os preparativos para o movimento de 1922, mas o fato é que, em 05 de julho o Forte de Copacabana dispara seus canhões, iniciando a luta que teria apenas a adesão de algumas guarnições do estado do Rio de Janeiro e de tropas do Mato Grosso. Após algum combate de artilharia, o governo envia emissários exigindo a rendição da tropa rebelde. A grande maioria se rende mas um pequeno grupo continua resistindo.

Nas palavras de Carone (1975) a sublevação termina da seguinte forma:

Epitácio manda tropas de terra, mar e ar bombardearem o Forte, antes que este atirasse sobre a cidade. Tropas selecionadas cercam por terra e os canhões do encouraçado S. Paulo bombardeiam, ajudados pelos aviões. Vendo insustentável a situação, os defensores, que simbolicamente já tinham repartido em 28 pedaços a bandeira nacional, abandonam o Forte, fugindo 10 dos 27 ocupantes pelos matos e adjacências. Os restantes vão pela praia de Copacabana, aumentando seu número com a adesão do civil Otávio Correia, turista e simples espectador dos acontecimentos (CARONE, 1975, p. 41).

Com o tiroteio que se segue, morrem 16 dos revoltosos, sobrevivendo dos 18 do Forte de Copacabana, mesmo que feridos, apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

Artur Bernardes é empossado Presidente da República em novembro de 1922 e mantém o Estado de Sítio que havia sido decretado pelo Congresso em julho. As oligarquias ainda governavam e os movimentos populares continuavam sendo questão de polícia.

1.5. O processo de reconhecimento do PCB pela Internacional Comunista

Conforme visto anteriormente, não se pode tentar compreender as colaborações de diversos movimentos sociais e do PCB na formação do território brasileiro sem considerar-se a conjuntura internacional na qual o país está inserido. Ainda em relação à fundação do

PCB, como fora citado anteriormente, que um representante da Terceira Internacional Comunista³ havia procurado Edgard Leuenroth, e depois, por indicação de Leuenroth, Astrojildo Pereira, visando à criação de um Partido Comunista que fosse vinculado ao Komintern (3^a Internacional Comunista), no maior país do continente sul americano, demonstrando-se com isso, mais uma vez, que as conjunturas nacionais influenciam e são influenciadas pelo comunismo no plano mundial.

No mesmo ano de 1922 ocorreu o IV Congresso da Internacional Comunista. Astrojildo Pereira, como vimos, um dos fundadores do PCB, indicou Bernardo Canellas e Mário Barrel como delegados, aproveitando que ambos se encontravam na Europa. Em Moscou, Canellas defende a participação de maçons, protestantes, católicos e anarquistas na composição de um partido comunista, contrapondo-se radicalmente com a postura adotada pela Internacional Comunista. Diante de tais prerrogativas, a IC não aceitou a filiação do PCB, conforme podemos conferir em documento redigido no referido congresso:

O Comitê Executivo da Internacional Comunista, depois de ter discutido o relatório do representante do Partido Comunista do Brasil, estabelece

³ Torna-se relevante agora que se referiu à Terceira Internacional, ainda que de forma breve, conhecer-se esta e as demais Internacionais. A atualmente intitulada Primeira Internacional foi fundada em Londres, em 1864 e originalmente tinha por nome Associação Internacional dos Trabalhadores. Foi criada a partir da necessidade dos trabalhadores melhor se organizarem frente à burguesia e por os primeiros constatarem que o socialismo utópico já não era suficiente para atender as necessidades do movimento socialista. Muitos foram os pensadores/militantes que inspiraram e ou participaram desta Internacional, podendo-se citar Pierre J. Proudhon, Ferdinand Lassalle, Louis Auguste Blanqui, Mikhail Bakunin, Friedrich Engels e, o mais importante e até hoje conhecido Karl Marx. Teve durante seus oito anos de existência (extinguiu-se em 1872) importância, pois dela participaram membros das mais diferentes correntes socialistas da época. Após o refluxo do movimento operário causado pela derrota da Comuna de Paris, em 1871, com o consequente fortalecimento da burguesia e violenta repressão desencadeada contra todos os movimentos sociais europeus, com o passar dos anos, a classe operária vai se organizando novamente e aumenta sua inserção na política institucional, através de partidos operários que conseguem eleger crescente representação. Os socialistas da época se nomeavam como social democratas e em 1889 fundam a Segunda Internacional. Em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial, o internacionalismo socialista cede lugar ao nacionalismo de nações beligerantes e na prática quase se extingue a Segunda Internacional. Após o término do conflito, reorganiza-se esta Internacional que cada vez mais se distancia das propostas de Marx e Engels e que até hoje existe formada por diversos partidos da atual Socialdemocracia, constituindo-se em parte da sustentação do sistema capitalista.

Fruto da Revolução Socialista de 1917, ocorrida na Rússia, os bolcheviques, liderados por Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido pelo seu codinome, Lênin, além de fundarem a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, criam também a Terceira Internacional, a comunista, que existiu até sua auto extinção, em 1943. O fim da também chamada Internacional Comunista ocorre como parte dos esforços de derrotar o nazi-fascismo, no auge da Segunda Guerra Mundial, quando diante da hipótese da vitória da Alemanha de Hitler e demais países do Eixo, a URSS de Stálin soma com os demais países, os Aliados.

Em 1938, Leon Trotsky funda a Quarta Internacional, que se contrapõe à IC, acusando-a de trair os ideais dos bolcheviques. Esta Internacional existe até os tempos atuais, apesar de várias divisões ocorridas nela, existindo diferentes grupamentos políticos que reivindicam serem as verdadeiras “herdeiras” do pensamento de Trotsky, tendo importância extremamente reduzida no cenário político da atualidade.

que este Partido não é ainda um verdadeiro Partido Comunista. Ele conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença da Maçonaria e influenciado por preceitos anarquistas, o que explica a estrutura centralizada do Partido e a confusão reinante sobre a teoria e tática comunistas.

Entretanto, é possível fundar no Brasil um bom e forte Partido Comunista. O núcleo deste novo Partido deverá ser formado pelos grupos atualmente existentes.

Segundo as ideias do delegado Canellas, depreende-se que este camarada não está liberto da confusão ideológica reinante no seu Partido.

O Comitê Executivo da Internacional Comunista decide:

1º) Provisoriamente, o Partido Comunista do Brasil deve ser aceito na Internacional Comunista como partido simpatizante;

2º) A agência de Propaganda para a América do Sul é convidada a trabalhar pela organização do Partido Comunista Brasileiro, de acordo com os camaradas brasileiros (BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1967, p. 408-409).

Após o ocorrido em Moscou, Canellas é chamado para se justificar e a Comissão Central Executiva do PCB decide expulsá-lo, partindo do preceito que a sua intervenção no IV Congresso da Internacional Comunista fora considerada um ato de corrupção e traição ao partido.

Neste ínterim, Rodolfo Ghioldi, líder comunista argentino, orientado por Moscou viaja ao Brasil para analisar as condições do então recente PCB. Após acareação o partido informa da expulsão de Canellas e que as posturas defendidas pelo mesmo não refletem o pensamento de seus integrantes. Assim, em documento confeccionado em nome do PCB, em 9 de janeiro de 1924, concluiu-se que o partido acataria, sem ressalvas, as resoluções da Internacional Comunista, pedindo, assim, a filiação do PCB à Internacional Comunista (CARONE, 1982, Vol.2).

Um ponto ainda nevrálgico em relação à atuação do PCB era a sua relação com os anarquistas. Nesse momento, percebe-se uma ruptura definitiva entre comunistas e anarquistas nas lutas operárias. O PCB, agora com uma postura de tendência clara marxista, em virtude também de sua aproximação com as práticas de comunistas europeus, criticaria, para além das práticas anarquistas, tendências nos movimentos sindicais reformistas. Amadureceram a ideia de que as melhorias alcançadas pela classe trabalhadora eram ilusórias e passageiras, desvelando, no fundo, sindicatos patronais.

Como já examinado no item anterior, o PCB não consegue sua filiação à Terceira Internacional Comunista (Komintern) em função da atabalhoadas atuação de seu delegado ao IV Congresso da IC em Moscou. Podemos considerar que tal problema reflete o incipiente grau de organização e maturidade política que o PCB tinha na época.

1.6. A clandestinidade do Partido e seus problemas

A pouca ou nenhuma democracia na sociedade brasileira é característica de quase toda a história nacional. O território brasileiro é construído, basicamente, sob a égide do autoritarismo. A vida do PCB e seus pequenos períodos de legalidade é um ótimo indicador da falta de democracia na sociedade brasileira.

A primeira fase de vida não clandestina do partido dura pouco, como nos relata Nélson Werneck Sodré:

A sede do PCB, registrado como sociedade civil, legalmente logo após sua fundação, visto não existir, naquele tempo, lei especial regulando a organização e funcionamento dos partidos políticos era uma salinha, no sobrado da Praça da República n. 40, esquina da rua da Constituição. Ali funcionou, até que, com o estado de sítio decretado a 5 de julho de 1922, a sede foi fechada pela polícia e o Partido passou à clandestinidade. Seu período inicial de vida legal durara dois meses e pouco, setenta dias, para ficar exato o registro (SODRÉ, 1984, p.46).

Após quatro anos e meio de vida proscrita, findado o governo de Artur Bernardes, é revogado o estado de sítio e, em janeiro de 1927, os comunistas brasileiros tem de volta a legalidade de seu partido.

Este segundo período de vida legalizada do PCB dura apenas sete meses, em agosto de 1927, com a criação da chamada Lei Celerada, os comunistas são obrigados a retornarem à ilegalidade.

São muitos os problemas decorrentes da clandestinidade de um partido político, iniciando-se por constatar o óbvio, ou seja, sendo fora da lei, uma organização tem proibida sua divulgação e propaganda, o que dificulta muito sua atuação no território onde pretende disputar a hegemonia política. Soma-se a este problema a possibilidade, que quase sempre se concretiza, da prisão, tortura, exílio ou morte de seus militantes, o que problematiza e ou inviabiliza sua efetiva atuação, inclusive intimidando o ingresso de novos membros à organização partidária.

Além dos obstáculos acima mencionados, outro problema grave, decorrente da falta de liberdade de organização política, é a enorme dificuldade de se democratizar os processos de decisão internos de qualquer organização proscrita. No caso do PCB, já adotante de moldes leninistas de organização, tinha no chamado centralismo democrático

sua forma de reflexão e ação, ou seja, as decisões partidárias deveriam ser tomadas democraticamente, com a livre participação de toda sua militância em sua elaboração e postas em prática por todos quando de suas aplicações.

A falta de liberdade de reunião e associação vigentes na maior parte da história brasileira em muito prejudicou os debates internos do partido, sendo este um fator importante (mas não o único) na compreensão de muitas das falhas de interpretação da sociedade que pretendia revolucionar.

A almejada aceitação, como também já visto, viria somente em 1924, com o envio de relatório do enviado da IC das atividades dos comunistas brasileiros, que recomendou a anuência do pedido de filiação do PCB. Relevante aqui se reportar ao esclarecimento de José Antonio Segatto, com o qual concordamos, que é o seguinte: “Observe-se que, apesar de membro da III Internacional Comunista (Komintern), as relações e os laços do PCB com aquela (IC) serão muito débeis, pouco estreitos, pelo menos até fins de 1928” (SEGATTO, 1989, p. 28).

Em 1925 o Partido Comunista do Brasil (PCB) realiza, no Rio de Janeiro, de 16 a 18 de maio o seu Segundo Congresso. Demonstrando poucos avanços na construção partidária, em seus documentos citados por Edgard Carone (CARONE, 1982), percebe-se, entre outras coisas o diminuto crescimento partidário, estando presentes no evento, além dos seis integrantes da Comissão Central Executiva (C.C.E.), cinco delegados representando Rio e Niterói, dois de Pernambuco e quatro do Estado de São Paulo, sendo um da capital, dois de Santos e um de Cubatão. Representantes do Rio Grande do Sul não puderam comparecer ao congresso.

Foram analisados tanto os relatórios de cada região quanto o do Secretário-geral da C.C.E. Repreende-se o coletivo paulistano por seu extremamente reduzido crescimento “num grande centro industrial como São Paulo” (II Congresso do PCB, 1925, apud Carone, 1982, p. 38).

Conclusões são feitas sobre a situação política nacional e também sobre a situação internacional. Efetuam-se mudanças estatutárias, adotando-se em caráter experimental o modelo proposto pela Internacional Comunista para as Seções, acrescido de alterações visando adequá-lo à realidade nacional.

Recomenda concentração de esforços no trabalho junto ao movimento sindical e também na organização de juventudes comunistas (J.C.). A imprensa partidária recebe

atenção na recomendação que, tanto na cidade quanto no campo, se organizem comitês de apoio ao jornal *A Classe Operária*.

Ainda de acordo com os documentos do II Congresso, o mesmo encerra-se aprovando a seguinte saudação:

(...) saúda em geral a todos os partidos irmãos de todo o mundo e em especial aos partidos de toda a América, com os quais o P.C.B. deve colaborar mais de perto na luta contra o imperialismo ianque; aos partidos vizinhos sul-americanos o II Congresso envia a mais fraternal palavra de solidariedade e saudação, indicando ao P.C.B. a necessidade de com os mesmos estabelecer, para o futuro, relações mais estreitas e afetivas do que até aqui, em vista de uma atividade comum, exigida pela mesma luta comum em prol da emancipação das massas operárias e camponesas da América do Sul.

Viva a união fraternal dos P.C. da América do Sul!

Viva a união dos P.C. de toda a América na luta contra o imperialismo ianque!

Viva a I.C. unida num bloco mundial invencível! (II Congresso do PCB, 1925, apud Carone, 1982, p. 42).

Como se pode verificar, o PCB ainda era uma pequena organização partidária clandestina, presente apenas nas regiões do país em que já se encontrava uma maior concentração operária. Suas limitações tinham inúmeras causas, desde a pouca capacidade de formulação política de seus membros até o constante Estado de Sítio que vigorava no Brasil naqueles anos.

1.6.1 A saída legal para a representação parlamentar de um “partido clandestino”: O Bloco Operário e Camponês

Em 1927, aproveitando os poucos meses de legalidade vivida pelo PCB, como apontado no item anterior, e em função das deliberações de seu II Congresso, os esforços partidários são concentrados na criação de uma “...frente única eleitoral que desse unidade à classe operária, frente baseada num programa também unitário” (SEGATTO, 1989, p. 31).

Foi de fundamental importância a utilização de jornal diário e legal da capital federal, chamado *A Nação*, como órgão a serviço do Bloco Operário e, portanto, também de divulgação dos comunistas. Na edição de 05 de janeiro de 1927, este jornal publica “Carta aberta” da Comissão Central Executiva do PCB, conclamação à formação do Bloco

Operário, bem como daquilo que deveriam ser as propostas desta frente política. O último número deste jornal é de 11 de agosto do mesmo ano, sendo logo após fechado pelo governo.

Nas eleições federais de 24 de fevereiro de 1927, o Bloco Operário elege deputado pelo Rio de Janeiro, então capital da república e maior centro urbano do país, o aliado do PCB João Batista de Azevedo Lima.

Novamente na ilegalidade desde agosto de 1927, mas aproveitando-se dos benefícios da curta democracia vivida, o partido, na avaliação contida na obra “Breve História do PCB”, conhecia a seguinte condição:

Em 1928, o PCB já era um partido com uma estrutura interna razoavelmente consolidada, com uma certa influência no movimento operário e reconhecido ao nível internacional. De alguns poucos militantes quando de sua fundação, contava, em 1928, com aproximadamente 1.200 membros. Nesse período de formação (1922-28), o PCB, apesar das dificuldades políticas, teóricas e ideológicas, tornou-se um partido atuante, vivo, capaz de intervir de forma ativa em, praticamente, todos os níveis e de elaborar uma linha política nacional-popular (SEGATTO, 1989, p. 33).

Na avaliação de diversos estudiosos do tema, Azevedo Lima exerce o mandato em consonância com as expectativas do PCB, atuando firmemente na defesa das causas populares e da democracia. Luta em vão pela não aprovação da lei Celerada, denuncia as perseguições movidas pelo estado brasileiro contra o movimento social em geral e aos comunistas em particular, tenta até o estabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com o jovem estado soviético.

Em 1928, buscando ampliar o alcance da fachada legal do PCB, e também sob influência da política aprovada no VI Congresso Mundial da Internacional Comunista (IC), o Bloco Operário é transformado em Bloco Operário e Camponês, o BOC. Michel Zaidan Filho nos informa sobre o BOC:

Sob a nova denominação (Bloco Operário e Camponês), foram assim fundadas seções nas mais importantes cidades brasileiras: São Paulo, Niterói, Petrópolis, Santos, Recife, Juiz de Fora, Ribeirão Preto. Apesar das intenções, o BOC não teve qualquer penetração nas zonas rurais, ficando confinado às grandes cidades (ZAI DAN FILHO, 1989, p. 55).

Ainda sobre o Bloco Operário e Camponês, e o contextualizando com o III Congresso do PCB, recorremos novamente a Zaidan Filho:

Como se percebe facilmente, o desdobramento da campanha eleitoral do Bloco Operário e Camponês, bem como seu resultado, foi uma consequência do giro sectário e voluntarista da política de alianças do PCB após o seu III Congresso. Na busca de uma “linha política marxista-leninista” e de fidelidade às diretrizes da IC, o PCB voltava as costas à sociedade brasileira, abandonando a sua política de alianças com interlocutores reais (a pequena burguesia urbana civil militar); identificando a Aliança Liberal com os interesses de uma facção da classe dominante eventualmente na oposição e manipulada pelo imperialismo americano; reduzindo o Conselho Municipal a mero instrumento de agitação e propaganda; defendendo a divisão (ou estreitamento) da frente política representada pelo BOC e vislumbrando na cena brasileira uma situação pré-revolucionária. Naturalmente, com tal posição os comunistas brasileiros caminhavam a passos largos para o isolamento (e a derrota), em consonância, aliás, com a linha de “classe contra classe” do VI Congresso da IC (ZAI DAN FILHO, 1989, p.57)

Mais uma vez evidencia-se no texto acima a inter-relação entre PCB e o movimento comunista internacional.

Figura 8. Material de Propaganda do BOC, 1928



Fonte: ZAI DAN FILHO, 1989, p. 42.

Em função de acesso a novas informações, inacessíveis quando da elaboração do trabalho acima citado, pode-se suspeitar da afirmação de que o BOC não teria tido nenhuma presença nas zonas rurais. Em material referente apenas ao estado de São Paulo e a partir de 1930, especificamente no levantamento feito nos fichários do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) da polícia paulista, constata-se que camponeses foram presos/fichados em 1930 e anos logo subsequentes. Citamos abaixo trecho do texto que acompanha o levantamento das fichas do Deops SP feito por Emiliana Andréa da Silva:

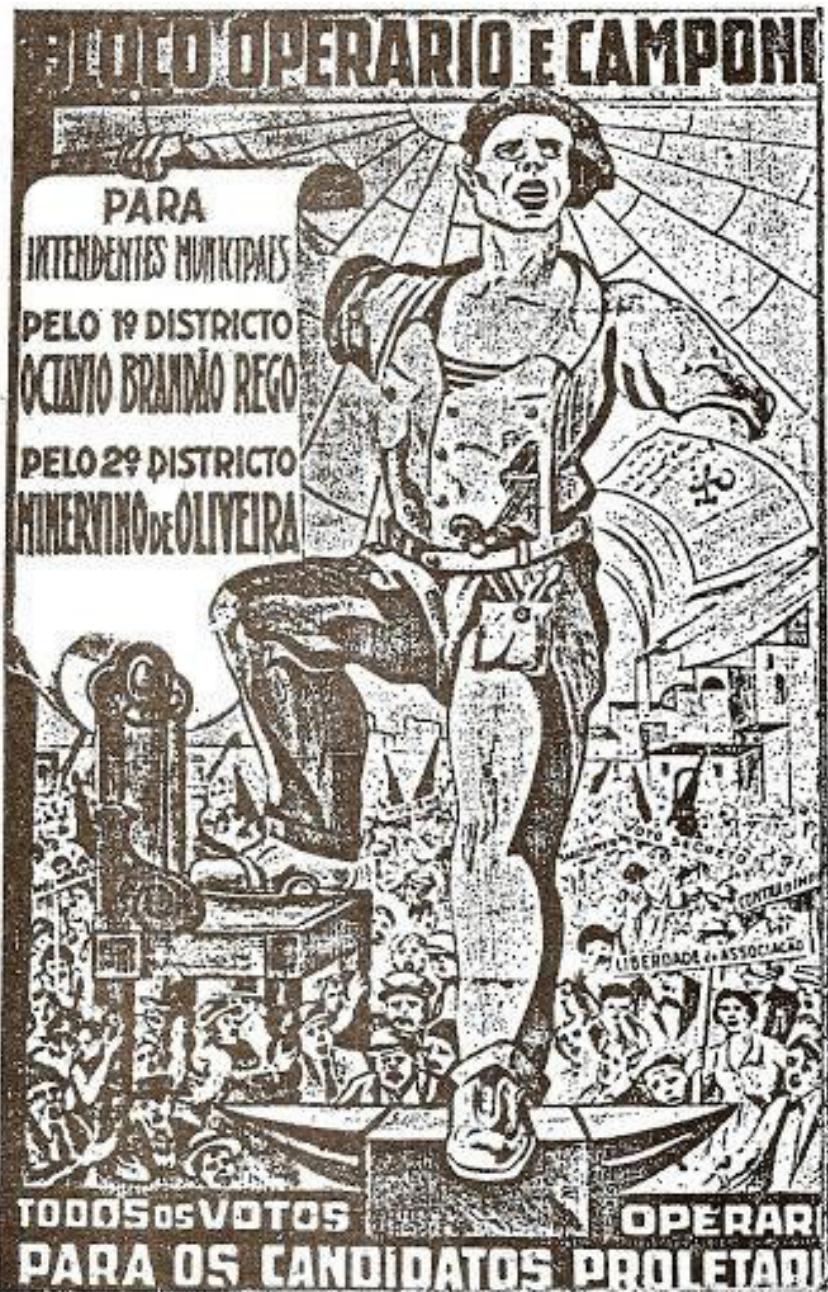
Constatamos que, nos anos de 1930, houve uma intensa movimentação camponesa em diversas regiões do Estado de São Paulo, possivelmente em decorrência da crescente atuação do Partido Comunista Brasileiro que, na ilegalidade, procurava estender sua proposta revolucionária também aos homens do campo. A adesão formal desses camponeses ao Partido Comunista pode ser constatada através das fichas apreendidas, que os identificavam não apenas como camponeses mas também como operários agrícolas ou colonos (SILVA, 2003, p. 33).

Em face destas informações a que Zaidan Filho não poderia ter acesso quando da escrita de seu trabalho, vimos a considerar que o BOC (e o PCB) deve ter tido alguma penetração nas zonas rurais, ainda que a escassez de fontes não permita precisar o tamanho disso. Se já em 1930 existiram camponeses comunistas presos e fichados, isso é indício de que, talvez até antes de 1928, existia adesão ao PCB entre o campesinato, considerando-se que uma liderança não se forma e é identificada e presa de forma tão rápida, ainda mais com os poucos recursos científico-tecnológicos disponíveis na época.

Ainda sobre o Bloco Operário e Camponês, é importante relatarmos que nas eleições municipais de 1928, o BOC elege dois vereadores (na época chamados intendentes) para a Câmara Municipal do então Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro), ambos do PCB, Otávio Brandão e Minervino de Oliveira Neto, ambos veteranos militantes e o primeiro, também teórico e dirigente desta agremiação partidária.

Na Figura 9 reproduzimos cartaz utilizado na campanha dos dois eleitos do BOC no Rio de Janeiro.

Figura 9. Lançamento do Bloco Operário e Camponês (BOC)



Fonte: <http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5437:ha-85-anos-01021928-o-pcb-lancava-o-bloco-operario-e-campones-boc&catid=56:memoria>. Acesso em 12 nov. 2014.
Ano: 1928.

Material de propaganda dos candidatos comunistas eleitos pelo Bloco Operário e Camponês.

O crescimento do BOC, ainda que limitado pelo aumento do autoritarismo da sociedade brasileira, dialeticamente, ao mesmo tempo em que era fruto de enormes esforços do PCB, era também um problema, como Nélson Werneck Sodré demonstrou:

A prática, em 1928, colocaria em evidência o problema do BOC: constituído em fase legal do Partido, assumiu o BOC, pouco a pouco, o papel que cabia ao Partido. Mas não era o Partido, nem a forma de luta eleitoral era a única, nem a predominante no Partido. A vitória nas eleições de outubro de 1928, quando o BOC conquistou duas cadeiras no Conselho Municipal do então Distrito Federal, contribuiu para agravar a confusão nesse sentido.... Surgiram dúvidas: elementos pequeno-burgueses exerceriam no BOC, mais influência do que o PCB (SODRÉ, 1984, p. 69-70).

Corroborando com a análise acima exposta, temos o escrito pelo fundador e na época, principal dirigente do PCB, Astrojildo Pereira:

Muitos perigos, que rondavam o BOC desde o início, acentuaram-se com o correr do tempo, e entre eles o “eleitoralismo”, campo aberto à proliferação de oportunistas e carreiristas da pior espécie. Na discussão interna que se travou no Partido, em 1928, uma das questões mais acesamente debatidas foi a do BOC e erros consequentes cometidos na política eleitoral do Partido. Outro perigo, mais grave ainda, consistia numa certa tendência a não só esconder o Partido por trás do BOC mas também fazer o Partido dissolver-se em suas fileiras (PEREIRA, 1976, p. 125).

Nesta época ocorrem outros fatos de grande relevância, inclusive para a vida do PCB, como os contatos feitos em 1927, na Bolívia e em 1929, na Argentina, pelos dirigentes dos comunistas brasileiros com Luís Carlos, fato este que ainda será abordado de forma mais extensa neste trabalho.

1.6.2 Debates e dissidências

Inúmeras foram as dissidências em toda a trajetória do PCB, e inicialmente devemos considerar isso como algo, em princípio, inerente a qualquer partido político, ainda mais quando sua formulação e prática política visam revolucionar uma sociedade, com vista final na construção de uma sociedade sem classes.

A primeira grande transformação nas feições do partido e de seu núcleo dirigente ocorre sob grande influência do VI Congresso da IC, de 1928 e da I Conferência Latino-Americana dos Partidos Comunistas, de 1929 e, segundo José Antonio Segatto:

Ainda em 1929, Astrojildo Pereira vai a Moscou afim de colaborar na reformulação da concepção sobre o “caráter da Revolução Brasileira” e volta, no início de 1930, com os documentos sobre a nova tática. Observa-se que, neste momento, o PCB irá absorver e incorporar de forma mais

clara e definitiva as teses do VI Congresso da IC bem como se ligar e se subordinar de forma mais estreita à Komintern, ao contrário do que vinha ocorrendo até aí, quando ainda preservava uma certa autonomia nacional (SEGATTO, 1989, p. 39).

Ainda sobre este importante período, no qual as mudanças no movimento comunista serão grandes em todo o mundo e também, no Brasil e terão vigência por algumas décadas, importante recorrer ao pensamento de outro autor de profundo conhecimento do assunto:

Entre 1927 e meados de 1929, vinha se formando no PCB um grupo dirigente, ao mesmo tempo que, de modo relativamente autônomo, procurava-se formular teoricamente um projeto revolucionário centrado na classe operária, buscando compreender os mecanismos da crise da dominação oligárquica. Essa relativa autonomia de elaboração da linha política em relação à IC terminou no momento que se estabeleceu a ditadura stalinista na União Soviética em meados de 1929, estendida às seções da IC, na mesma época que aumentava o interesse pela América Latina e particularmente pelo Brasil. Assim, uma intervenção direta da IC no PCB, a partir do segundo semestre de 1929, colaborou para desarticular o grupo dirigente do PCB, bloquear o desenvolvimento da análise crítica da formação social brasileira e isolar politicamente a classe operária no processo de desagregação da ordem oligárquica (ROIO, 1990, p. 15).

Estavam, portanto, dadas as bases para, não só o estreitamento da política de alianças, com o abandono da interlocução com a pequena burguesia urbana civil e militar, como também para a implementação da chamada “proletarização” dos quadros partidários, notadamente os de direção.

Para melhor entendermos as formas como se processam estas, e, no futuro, outras mudanças no Partido, torna-se necessário avaliarmos sua forma de funcionamento, sua estrutura interna e seu mecanismo de tomada de decisões. O PCB se estrutura em organizações de base, na época chamadas células, onde se agrupavam militantes basicamente por local de trabalho ou de moradia. Estas células são agrupadas, dependendo do tamanho do município, em Comitês Distritais (em cidades de grande porte e ou com grande número de células), e por sua vez, estes Distritais representam-se no Comitê Municipal. Obviamente, cidades pequenas ou com reduzido número de células partidárias prescindem dos Comitês Distritais, sendo o Municipal a instância a congregar as organizações de base.

Um conjunto de Comitês Municipais de um mesmo estado formam o Comitê Estadual daquela unidade da federação e o conjunto de Estaduais, o Comitê Central do Partido. Todo militante deve votar e pode ser votado para qualquer instância partidária.

Em processo congressual, os militantes propõem e debatem, em suas células, teses diversas, e, a partir de baixo, da base da estrutura partidária, vão elegendo, em conferências distritais, municipais e estaduais ideias e delegados às conferências superiores. Por fim, reúne-se o Congresso Nacional do Partido que é a instância maior de poder. Nele os delegados de cada estado, representando toda a militância, deliberam sobre a política a ser adotada, elegem os futuros dirigentes nacionais (Comitê Central do Partido) e avaliam a política e o desempenho dos dirigentes escolhidos no congresso anterior.

Por sua vez, o Comitê Central elege sua Comissão Executiva Nacional, seu Secretariado e seu Secretário Geral. Todos participaram da elaboração das diretrizes, a opinião de todos ou pelo menos da maioria prevalece e deve ser por todos acatada. Trata-se do Centralismo Democrático, onde todos aplicam o que foi vitorioso em Congresso do qual todos se fizeram representados.

A Figura 10, reproduzida de material interno de formação de militantes do PCB, editado pela Seção de Educação da Comissão Estadual de Reorganização do PCB (SP) em novembro de 1980, portanto ainda na ilegalidade, resume bem o que até aqui buscamos explicar. Por tratar-se de material à época clandestino, obviamente não traz nomes de editoras ou gráficas, tampouco de pessoas envolvidas em sua escrita e com estas lacunas teve de ser incluído nas referências desta dissertação⁴.

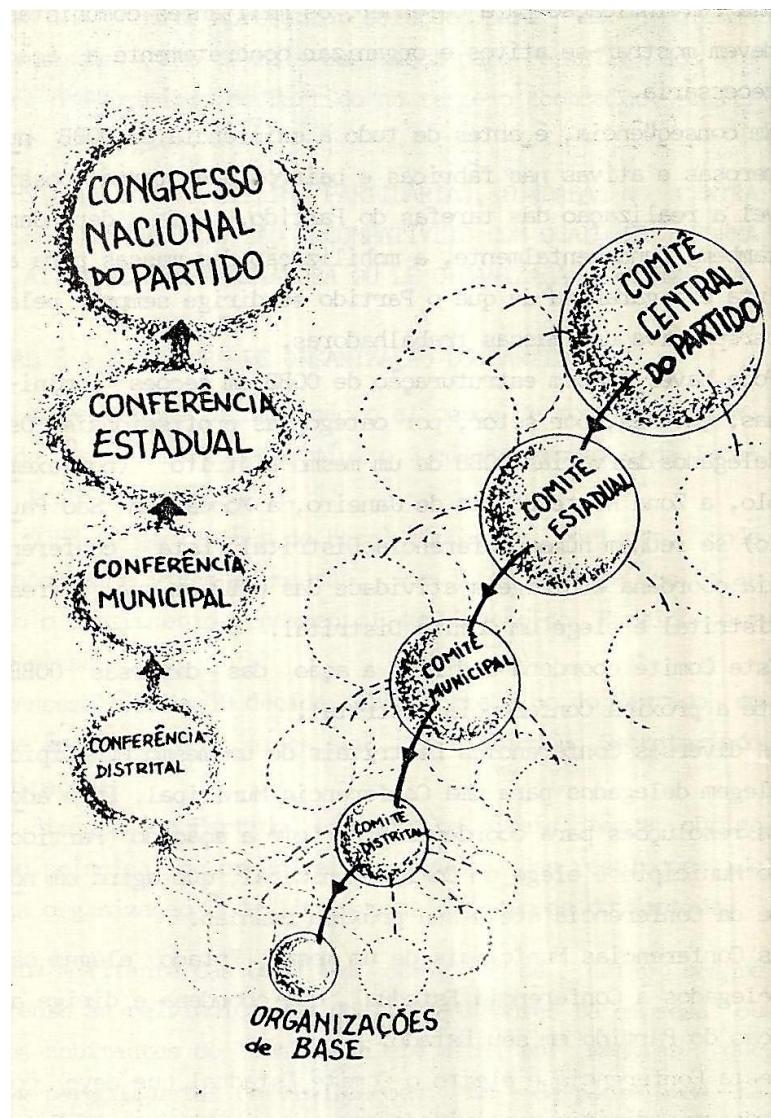
A falta de liberdade em uma determinada sociedade leva, para se preservar a vida dos militantes de partido que sofria perseguição por parte dos detentores do poder, a se adotar medidas de segurança que foram ao mesmo tempo fundamentais para a manutenção da estrutura partidária, mas também possibilitaram manipulações, fraudes e falta de democracia interna.

Tenta-se agora explicar estas afirmações, consideremos como exemplo um Comitê Estadual do PCB, que eleito em uma Conferência Estadual, terá seu mandato até a realização de nova conferência. Tal Comitê Estadual é acompanhado por um único membro do comitê ao qual se reporta (no caso, Comitê Central - CC) e a esta função de acompanhamento se designa como assistência, exercida, portanto, por um assistente. Para

⁴ Só tivemos acesso a ele em função de em 1980 sermos militante desta agremiação partidária.

segurança e proteção dos membros deste Comitê Estadual, não se pode, a cada momento, a assistência ser feita por diferentes membros do CC. O menor número possível de pessoas deveria conhecer os integrantes deste estadual. Todos se utilizavam de pseudônimos (os chamados “nomes de guerra”) e o mesmo procedimento se aplicava no que diz respeito à assistência que este Estadual tinha de dar aos seus municípios. Informações, análise, orientações e até as finanças internas seguem por este caminho das assistências. A prisão (chamada queda) de membro de partido clandestino não poderia expor todo o conjunto da organização, mas somente o setor que o membro aprisionado conhece, tal qual a estrutura estanque de um navio, um setor inundado poderia ser isolado, buscando-se salvar a embarcação do naufrágio.

Figura 10. Representação das instâncias de poder do PCB



Fonte: SEÇÃO de Educação da Comissão Estadual de Reorganização do PCB, 1980, p.32.

Esta forma de funcionamento acaba comprometendo a ampla circulação de ideias na organização. Imaginemos um dirigente paulista que seja assistente dos Comitês Municipais ao longo da rodovia SP 330. Somente ele conhece o secretário de cada município. Ele confiava nas informações passadas por cada um destes secretários municipais e deveria reproduzi-las fielmente ao Estadual. O inverso também se aplicava, ou seja, o assistente paulista que cuidava dos municípios ao longo da SP 330 deveria levar aos mesmos as deliberações de sua instância e ou do CC. O problema é que muitas das vezes este assistente não concordava com determinada deliberação, mas, como voto vencido, tinha de praticá-la. Quando um assistente não concordava com a política vigente, o acesso privilegiado a determinadas outras instâncias possibilitava que o mesmo apresentasse a deliberação, “sabotando-a” em benefício de sua própria visão do assunto. Com isso as dissidências acabavam muitas vezes ocorrendo por regiões, por setores de assistência.

Em função do exposto, dissidências entravam para a história partidária com referência geográfica em seu nome, sendo as mais famosas a dissidência paulista de 1937-38, a da Guanabara após o golpe de 1964 e também recebiam nomenclatura regional grupos que ascenderam ao poder na organização, sendo o exemplo clássico disto o “grupo dos baianos”, que consegue a hegemonia interna no processo de reconstrução partidária de 1942-43.

1.7 O III congresso do PCB

No final de 1928 e início de 1929, realiza-se em Niterói – RJ o III Congresso do PCB, precedido meses antes por conferência organizadora.

Antes de entrarmos na análise do que foi este III Congresso, importante se faz entendermos que um primeiro momento do processo de industrialização acelera-se no território brasileiro nesse período, como relatado abaixo:

Esse primeiro momento durará até a década de 30, quando novas condições políticas e organizacionais permitem que a industrialização conheça, de um lado, uma nova impulso, vinda do poder público e, de outro, comece a permitir que o mercado interno ganhe um papel que se mostrará crescente, na elaboração, para o País, de uma nova lógica econômica e territorial (SANTOS, 1994, p.27).

Reconhece-se, mesmo que só no discurso, que o sectarismo permeava muito a prática dos comunistas brasileiros e várias teses foram discutidas como a necessidade da luta contra o imperialismo, a conjuntura política nacional, a atuação partidária junto aos sindicatos operários, a questão camponesa, da juventude comunista e muitas outras, percorrendo extensa pauta.

As teses que definiam a economia brasileira como semifeudal, semicolonial e que vigoraram por muitos anos na análise dos comunistas, causando uma série de problemas na atuação partidária por seu erro, foram aprovadas neste III Congresso.

Carone consegue em seu “O PCB”, vol. 1, fazer excelente resumo do que foram as principais conclusões do III Congresso:

1.º) O Brasil é um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo, se bem que politicamente "independente". 2.º) O Brasil é um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração de grandes massas campesinas. 3.º) O desenvolvimento autônomo e normal das forças produtivas do país — notadamente da indústria pesada é entravado pelas forças de compressão imperialista. 4.º) Involuntariamente, porém, o próprio imperialismo promove certas condições técnicas que favorecem esse desenvolvimento, de que resulta a formação de núcleos industriais (como o Rio e São Paulo), onde se aglomeram massas proletárias consideráveis. 5.º) A burguesia nacional, que até um certo momento (Revolução de 1924) parecia poder desempenhar um papel revolucionário, capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra, que estão no poder. 6.º) Em virtude mesmo dessa capitulação da burguesia diante do imperialismo, agravando-se cada vez mais a opressão deste último, acentua-se cada vez mais a exploração econômica e consequentemente a radicalização política das massas laboriosas do campo e da cidade, inclusive as camadas mais pobres da pequena burguesia. 7.º) De tal sorte, a pequena burguesia constitui um fator revolucionário da maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado. 8.º) Mas a pequena burguesia não poderá levar a revolução às suas últimas consequências, mesmo dentro do quadro democrático-burguês. Só o proletariado poderá fazê-lo, assumindo a direção do movimento, com o apoio das mais largas massas e conduzindo-as a etapas superiores e mais avançadas. 9.º) Assim, pois, deve o proletariado apoiar energeticamente, desde já, o movimento revolucionário em preparação. Este apoio, no entanto, deve ser dado na base das seguintes reivindicações fundamentais, que constituem o conteúdo essencial da revolução na sua primeira etapa: a) solução do problema agrário, confiscação da terra; b) supressão dos vestígios semifeudais; c) libertação do jugo do capital estrangeiro (CARONE, 1982, p. 71-72).

Podemos ainda informar que além destas teses, os comunistas avaliaram como problemática a ser solucionada sua fraca presença no meio operário paulista, local de maior concentração desta classe do Brasil, entre outras.

1.7.1 Luís Carlos Prestes: O “Cavaleiro da Esperança”

A Coluna Prestes foi um movimento político-militar que teve início em 1924, fundado em 1927. Ela é o resultado de sublevados da guarnição do Exército da cidade gaúcha de Santo Ângelo, comandados pelo capitão Luís Carlos Prestes e da Coluna Paulista, tropas que fugiam de São Paulo após o confronto com as forças leais ao governo central. Comandado pelo general Miguel Costa, o destacamento, com o passar do tempo levou o nome de seu Chefe do Estado Maior, Luís Carlos Prestes. “A Coluna Prestes tornou-se conhecida por esse nome, porque era assim designada quando, vindo do Sul, a ela se incorporaram os remanescentes da **Revolução Paulista de 1924**” (grifos no original) (BASBAUM, 1986, p. 233-234).

A Revolta de 1924, também conhecida como Revolta Paulista de 1924, ou até mesmo de Revolução Esquecida, foi o maior confronto bélico já vivido na capital paulista. Denominada como a segunda fase do movimento tenentista, os revoltosos liderados por Siqueira Campos e Juarez Távora foram derrotados pelas tropas federais, mediante o uso de aviões bombardeando inclusive a população civil, sendo obrigados a recuarem para o interior de São Paulo, visando com isso evitar a destruição da capital paulista. A retirada foi feita via ferrovia, com a tropa levando considerável quantidade de armamentos e munição. Formaram a chamada Coluna Paulista e em abril de 1925, no Paraná, fundiu-se com a coluna que Prestes comandava.

Na opinião de Bertha Becker e Claudio Egler, (BECKER; EGLER, 2010), a coluna teve importância na luta contra as oligarquias dominantes:

Várias revoltas ocorreram contra o pacto oligárquico, sendo a mais importante o movimento dos tenentes do exército, que deu origem à “Coluna Prestes”, um grupo militar comandado por Luis Carlos Prestes – mais tarde líder do Partido Comunista. A “Coluna” atravessou o país durante anos, tratando de organizar o povo contra os coronéis (BECKER, EGLER, 2010, p. 73/74).

Tratando-se de um grupo com um ideário não bem definido, o movimento tenentista tinha como inspiração destruir as oligarquias agrárias que dominavam o país, sistema esse marcado por currais eleitorais e que emperrava o progresso capitalista. Ainda que resultasse de uma minoria, estes setores urbanos liberais em ascensão, afastados do poder, exigiam mudanças no processo eleitoral, defendiam a liberdade dos meios de comunicação, o fortalecimento do Poder Legislativo, entre outros, materializava o fato de que a República Velha dava seus últimos suspiros.

Segundo Basbaum (1986):

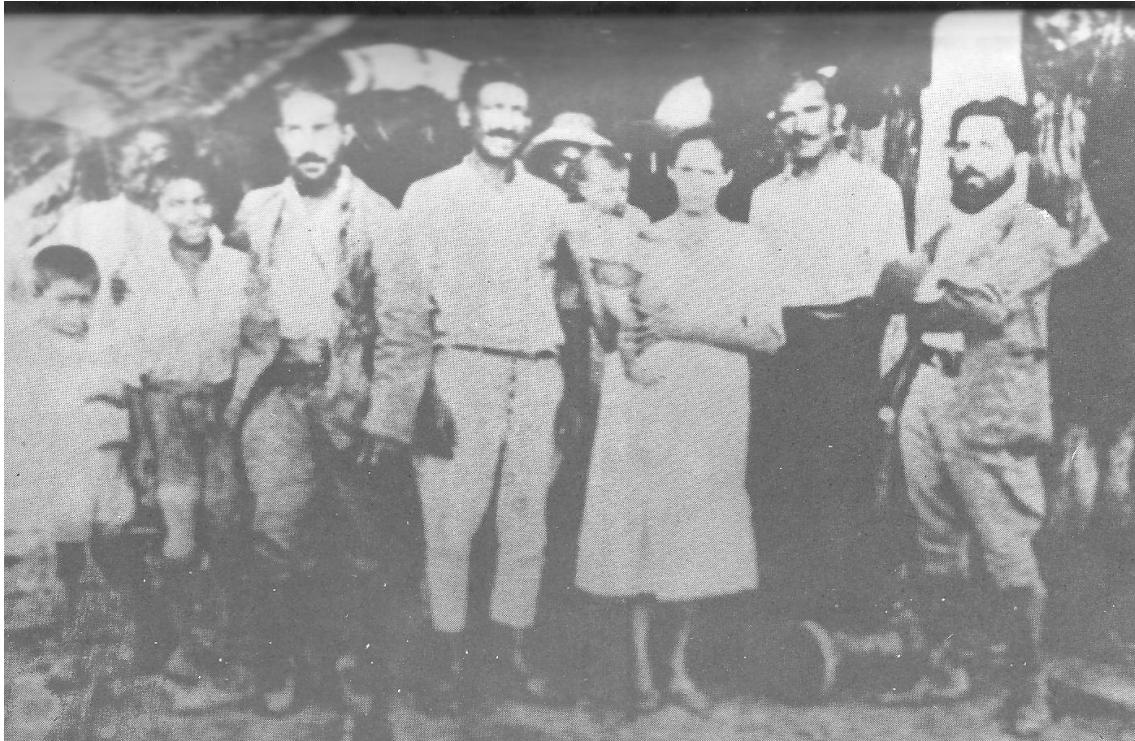
Nenhum outro movimento político-militar teve no Brasil a importância da Coluna Prestes, não pelos seus efeitos imediatos na estrutura econômica e política do país, que na realidade não teve, mas pelos efeitos políticos remotos que dela resultaram. Se é verdade que a Coluna nos revelou Prestes, foi dela também que surgiu a legenda dos heróis que em 1930 levaram o povo de roldão na mais ignominiosa obra de ludibriio das massas (BASBAUM, 1986, p. 233).

Os jovens tenentes defendiam que apenas o exército poderia tirar o Brasil do atraso e das mãos das oligarquias cafeeiras. Estavam longe de ser um exército popular, mas, em toda a sua caminhada, a coluna percorreu mais de 24.000 km pelo interior do país, apesar de enorme campanha de propaganda do governo federal que levavam ao pânico as populações dos locais por onde os revoltosos passavam, existem também registros na obra de Nélson Werneck Sodré (SODRÉ, 1985, p.50) de adesões em diferentes localidades de efetivos de até 200 combatentes à coluna.

Segundo Basbaum, em análise da qual discordamos pelo menos no que diz respeito ao fascismo, a Coluna Prestes flertava com tendências fascistas, alimentando o anticomunismo (com exceção de Luís Carlos Prestes e Trifino Correa) e não apresentava uma unidade ideológica. Não estava evidenciado no grupo de revoltosos um programa político, vivendo somente do destacamento militar. “Não havia estudos, debates, preleções políticas que visassem criar uma consciência política, que dá formas às massas” (BASBAUM, 1986, p. 235). Por onde passavam, os militares eram tidos como bandidos pelos moradores e, por sua vez, não havia qualquer planejamento para levar a conscientização aos oprimidos. “O jornalzinho *5 de Julho* que circulava nas cidades, ou o *Libertador*, editado pela Coluna, traziam apenas frases revolucionárias, vagas e vazias” (BASBAUM, 1986, p. 236).

Em A Coluna Prestes, de Nelson Werneck Sodré, (SODRÉ, 1985), fica registrado que existiram cidades onde os revoltosos eram bem recebidos pela população, como demonstra a foto da Figura 11.

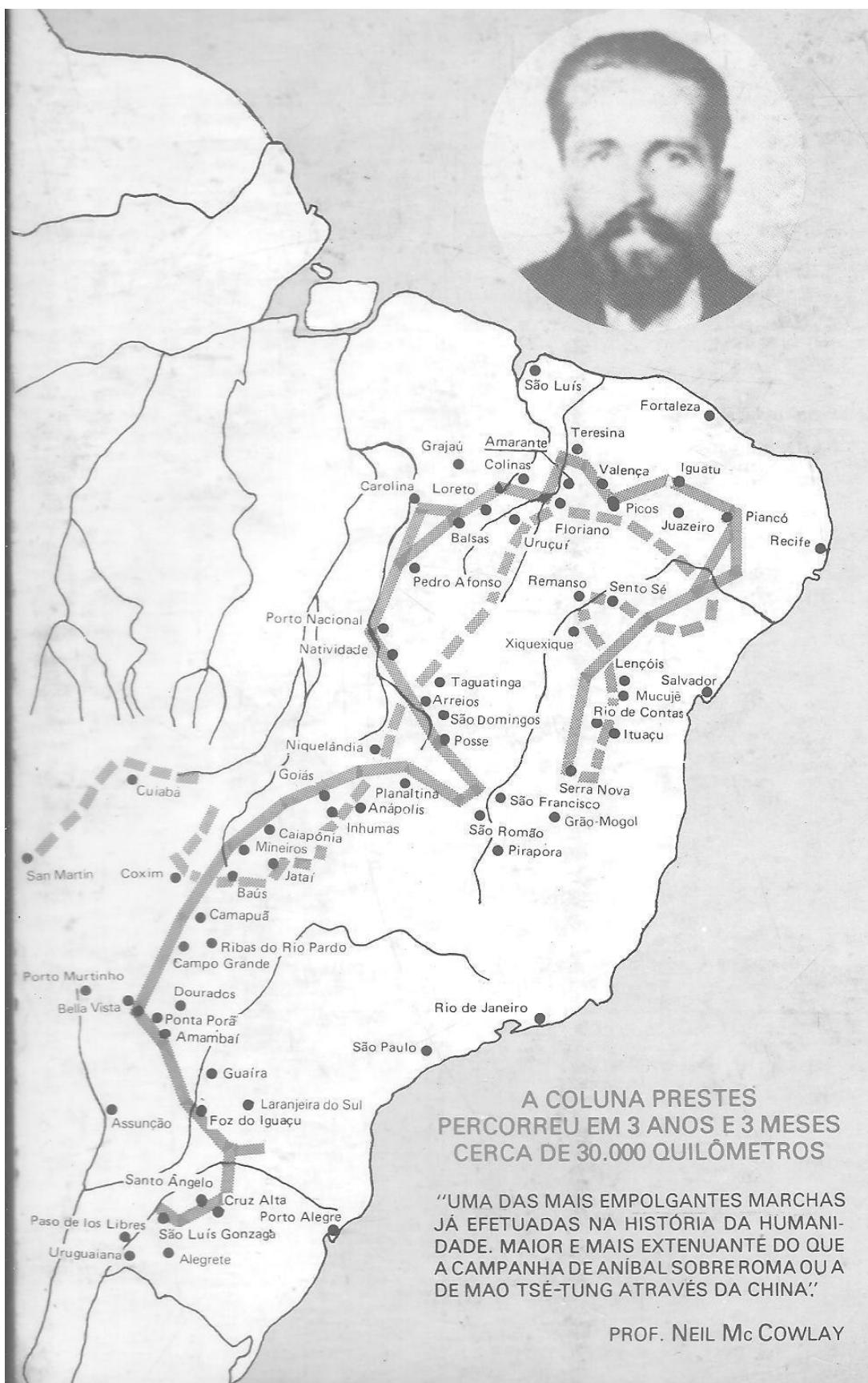
Figura 11. Confraternização de Prestes com moradores de cidade pela qual passou a Coluna



Fonte: sem créditos, no livro A Coluna Prestes (SODRÉ, 1985).

Na Figura 12 é possível perceber que a Coluna partiu do estado gaúcho, alcançando Santa Catarina e Paraná. Adentraram o Paraguai e chegaram a Mato Grosso, Goiás e uma pequena parte de Minas Gerais. Retomaram Goiás até adentrarem o atual nordeste brasileiro. Após confrontos e baixas importantes, entre elas Juarez Távora, capturado no Ceará, retornaram ao estado de Minas Gerais, refazendo o caminho à região nordestina do país, passando por Goiás e Mato Grosso até chegarem à Bolívia, onde se dispersaram. (BASBAUM, 1986). O fato é que a coluna e Prestes se tornaram conhecidos no mundo todo.

Figura 12. A marcha da Coluna Prestes



Fonte: Sodré, 1985, contracapa.

Em dezembro de 1927, na Bolívia e em 1929, na Argentina, o exilado Prestes, já conhecido como o Cavaleiro da Esperança, forma como órgãos da grande imprensa brasileira se referiam a ele quando noticiavam a Coluna, recebe visita de emissários do PCB, onde recebe farta literatura marxista:

Em 1927, apesar de algumas vozes discordantes no interior do Comitê Central, como as de Rodolfo Coutinho e Joaquim Barbosa, o então secretário geral do Partido Comunista, Astrojildo Pereira, foi encarregado de contatar o líder maior do tenentismo, que se encontrava exilado na Bolívia. O objetivo do encontro era inteirá-lo “das soluções que a ciência marxista apresentava para os problemas sociais do nosso tempo”. O encontro do PCB com Prestes mobilizou a militância partidária. No interior do partido foi feita uma campanha secreta para angariar livros que deveriam ser remetidos ao “Cavalheiro da Esperança” (PANDOLFI, 1998, p.103).

Na Argentina, Prestes mantém contatos e debates com o PC local e acaba se mudando para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), onde viverá alguns anos de exílio e ingressará na Internacional Comunista (IC), sendo que sua entrada no PCB só ocorrerá posteriormente, como veremos mais adiante.

A partir da crise mundial e no Brasil (Crise de 1929), torna-se inevitável aquilo que já vinha se configurando no decorrer dos últimos anos ou seja, o Estado não poderia mais se constituir como representante das oligarquias agrárias, notadamente as oligarquias paulista e mineira. A nova classe operária, as crescentes camadas das classes médias urbanas, a jovem oficialidade das forças armadas, enfim, novos personagens que se fortalecem com as transformações territoriais que ocorrem neste período, exigem nova participação nos designios do país. A revolução é inevitável e profundas transformações ocorrem a partir de 1930.

CAPÍTULO 2. DA REVOLUÇÃO DE 1930 A 1945

No capítulo anterior vimos que o território brasileiro vinha sofrendo transformações significativas. Ainda que majoritariamente agrário, no país verificavam-se aumento da população urbana e das indústrias. Como demonstrado a seguir, diminui consideravelmente a imigração, tendo destaque a partir de então grandes fluxos migratórios.

De mais a mais, o surgimento de operários aumentava constantemente. Durante a década de 1920 entraram em São Paulo, vindas da Europa, maiores quantidades de imigrantes do que as chegadas nos quinze anos anteriores e, quando se desencorajou a imigração na década de 1930, essas quantidades foram substituídas por um fluxo ainda maior proveniente do setor agrícola e de outros Estados. Por conseguinte, se os operários não queriam ficar nas fábricas isso talvez se devesse ao fato de ser qualquer emprego preferível ao trabalho industrial (DEAN, 1971, p. 165).

Iniciava-se, ao menos em território paulista, uma definição mais nítida das classes sociais. A burguesia industrial paulista elabora suas bases ideológicas como visto a seguir.

A igualdade de fortuna é impossível, explicava, porque as capacidades humanas são desiguais. Essa proposição rudimentar não se lhe afigurava totalmente satisfatória, pois reconhecia que algumas fortunas não haviam sido conseguidas com o trabalho, mas estas, no seu entender, eram excepcionais; além disso, ajuntava, a desigualdade de rendimento é socialmente útil, pois cria estoques de capitais necessários a novos progressos. O contrato entre o capitalista e o operário não é uma forma de luta, senão de cooperação social, por ser reciprocamente vantajoso. O tema de desigualdade intrínseca foi muitas vezes abordado por industriais em ocasiões comemorativas, o mesmo acontecendo com a idéia de que a sociedade brasileira não se podia comparar com a europeia, de onde procedia a teoria socialista. Não se tratava, no Brasil, de redistribuir a riqueza, mas de criá-la; as condições sociais no Brasil não podiam ser postas em paralelo com as injustiças da Rússia czarista, e o Brasil, notadamente São Paulo, era uma terra de oportunidades (DEAN, 1971, p. 183).

Evidentemente, as transformações territoriais não ocorrem ao mesmo tempo, em toda a extensão do país. Por ser um processo também geográfico (espacial), essas mudanças têm

ritmos regionais variados, com mudanças de diferentes formas e intensidades como visto a seguir:

Esse período de transição teve, regionalmente, expressão e duração diferentes. Mas, para o conjunto do país, pode-se situá-lo entre o começo do século XX e a década de 1940. É então que se estabelece uma rede brasileira de cidades, com uma hierarquia nacional e com os primórdios da precedência do urbanismo interior sobre o urbanismo de fachada. É, simultaneamente, um começo de integração nacional e um início de hegemonia de São Paulo, com o crescimento industrial do país e a formação de um esboço de mercado territorial localizado no Centro-Sul. Paralelamente, aumento de forma acelerada a população global do país, mas de um modo geral permanecem as velhas estruturas sociais (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.37).

Esta visão corporativa da sociedade e do Estado permeou o governo central e as elites do país, não sendo criação original dos burgueses paulistas, mas sim diretamente inspirada no fascismo em sua origem. Não são poucos os registros de admiração e relacionamento de industriais paulistas com o regime de Benito Mussolini.

A conversão de Matarazzo principiou em 1923. Voltou de uma viagem a Europa enormemente impressionado com o novo regime. Encontrara, disse à imprensa, "Uma Itália nova em muitos sentidos... O ritmo de via está completamente modificado. Para começar, os operários, nos quais a consciência da disciplina patriótica deu origem à justa compreensão das suas obrigações e dos seus direitos; em seguida, há os trens, que correm sempre o horário"... Foi visitar o Duce, que o recebeu por duas vezes (DEAN, 1971, p. 184/185).

Neste capítulo avaliamos o erro que o PCB comete em 1930, ficando à margem da chamada revolução de 1930, a tragédia que foi o movimento comunista de 1935, que tantos danos causaram não só ao PCB, mas aos movimentos sociais no Brasil, a instalação do Estado Novo e o fim da ditadura varguista, com a democratização da sociedade brasileira.

O PCB no final da década de 1920, como demonstrado na literatura especializada (CARONE, 1982; SEGATTO, 1989; PACHECO, 1984; VINHAS, 1982, REIS, 1982), já tinha radicalizado sua política, eram os tempos da chamada "obreirização" do partido, dirigentes não operários (inclusive o fundador Astrojildo Pereira) foram retirados das instâncias de poder da organização, dando lugar a uma nova geração. O III Congresso do PCB apontava para uma situação de acirramento da luta de classes e, portanto, de diminuição do campo de alianças que o partido poderia fazer.

Na avaliação que os comunistas faziam da conjuntura política de 1930, a disputa eleitoral que ocorreria naquele ano não apresentava diferenças relevantes entre as candidaturas apresentadas à presidência da República.

2.1. O Brasil Novo que o PCB não enxergava

Júlio Prestes era o candidato das oligarquias agrárias (notadamente a paulista) enquanto Getúlio Vargas representava amplo leque de interesses regionais diversos e também setores novos e crescentes da vida política nacional, como classes médias urbanas, jovem oficialidade das forças armadas e moradores das cidades em geral que repudiavam os votos de cabresto, os currais eleitorais e as constantes fraudes que ocorriam nas eleições. A Aliança Liberal⁵, comandada por Vargas, conspira abertamente para que Júlio Prestes não tome posse como Presidente da República.

A Internacional Comunista (IC) se posiciona em resolução de seu Secretariado Político, publicada no jornal clandestino do PCB, A Classe Operária de 17/04/1930, tal resolução encontra-se disponível em O PCB (vol. 1), e aqui reproduzimos pequeno trecho:

A camarilha feudal agrária, que esta no governo (Partido Republicano), diretamente responsável pela crise econômica do país e que a preparou pela sua política de cupidez, procurando manter artificialmente, em elevado nível, os preços mundiais do café, faliu, e a Aliança Liberal prepara-se para arrancar o poder das mãos dos republicanos.

Esta luta se aguça particularmente pelo fato de se apoiar o imperialismo inglês nos fazendeiros feudais, que governam o país, enquanto o imperialismo ianque se apóia na Aliança Liberal. A agravamento da luta entre o imperialismo inglês e o imperialismo ianque, agravamento causado pelo amadurecimento da crise econômica mundial, não deixa de repercutir na luta entre os republicanos e os liberais, principalmente se tomarmos em consideração a proximidade das eleições presidenciais e parlamentares (CARONE, 1982, p. 98).

Ainda no ano de 1930, Prestes já teria aderido às ideias de Marx e Engels, mas continuava, na prática, com ação caudilhesca. Divulga um manifesto criando a Liga Revolucionária, buscando com isso juntar forças a favor de uma opção de poder que tivesse ele mesmo como principal liderança.

⁵ Opondo-se à candidatura oficial de Júlio Prestes, a Aliança Liberal uniu militares e oligarcas dissidentes. Derrotados nas urnas, iniciaram um movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e impedi a posse de Júlio Prestes. (GOMES, 1998, p. 512).

O PCB havia proposto que Prestes fosse candidato dos comunistas e quando vê que o líder da Coluna tem planos outros, ataca sua Liga Revolucionária em análise publicada na Revista Comunista, de Buenos Aires, ano 1, nº 1, de setembro de 1930, também disponível na íntegra no livro supracitado:

(...) a Liga Revolucionária criará um obstáculo sério no caminho do desenvolvimento da revolução operária e camponesa no Brasil. A Liga Revolucionária tratará de disfarçar o problema central da revolução, a luta de classe e a função do proletariado como único guia possível da revolução no Brasil. Eis por que a Liga Revolucionária diz aos trabalhadores para não apoarem o P. C. e sim a Liga Revolucionária. Os comunistas devem com todas suas forças explicar o papel de cada classe na revolução agrária e anti-imperialista e lutar pela hegemonia do proletariado no movimento revolucionário, movimento que deve inevitavelmente degenerar em contra-revolução sob a direção da pequena burguesia (CARONE, 1982, p. 93).

Complicando ainda mais a situação deste período, Getúlio Vargas tenta obter o apoio de Luís Carlos Prestes para a realização da revolução de 1930, reconhecendo sua grande liderança tanto entre civis quanto entre os militares:

O resultado dos encontros não se restringiu à tensa troca de frases entre dois homens que se tornariam inimigos e só voltariam a se ver – separados por uma grande tragédia e uma guerra mundial – quinze anos depois. Getúlio e Osvaldo Aranha prometeram a Prestes liberdade de ação para os membros do Rio Grande do Sul e dinheiro para que seu chefe, Prestes, pudesse comprar armas. Pouco depois de regressar pela segunda vez a Buenos Aires, em janeiro de 1930, a promessa estava cumprida. Prestes recebeu cerca de 800 contos de réis (cerca de 80 mil dólares), uma pequena fortuna para a época, depositada num banco na Argentina. Continuava achando que Getúlio não queria fazer revolução alguma, previsão totalmente equivocada como muitas que se seguiram, a marca registrada de Prestes como político. Getúlio entrou para a história do Brasil como o homem que derrubou a República Velha, em outubro de 1930. Quanto ao dinheiro, embora não quisesse apoiar Getúlio, Prestes decidiu não devolvê-lo. Ele o guardaria para financiar sua própria, a verdadeira revolução (WAACK, 1993, p. 29).

Tais informações vieram à tona com a abertura de arquivos em Moscou após o fim da União Soviética, fontes que o pesquisador acima citado foi um dos primeiros do Brasil a ter acesso.

2.1.1 Fim da política do café com leite e início da Era Vargas

A crise econômica de 1929 se somava com a crise política, iniciada no mesmo ano quando as oligarquias paulistas lançam a candidatura de Júlio Prestes à sucessão de Washington Luís. Pela chamada política do “café com leite”, deveria haver uma alternância de indicação de candidatos à presidência da República, ora cabendo à elite paulista (produtora de café) a escolha, ora à oligarquia mineira (pecuaristas). O descumprimento paulista que não aguardou a indicação mineira (que era a detentora de indicação para aquele pleito segundo a tradição estabelecida entre SP e MG) levou ao fortalecimento do candidato gaúcho, além de fatos outros como o assassinato do também aliadista João Pessoa.

Em março de 1930 a Aliança Liberal perde a eleição majoritária para Júlio Prestes e tem também não reconhecidas as eleições de vários deputados federais seus e com isso, não reconhece como legítimo o resultado do pleito e, em novembro do mesmo ano, após rebelião militar-civil, Getúlio Vargas toma posse no Rio de Janeiro, depondo Washington Luís e exilando, além deste, também o candidato eleito, mas não empossado, Júlio Prestes.

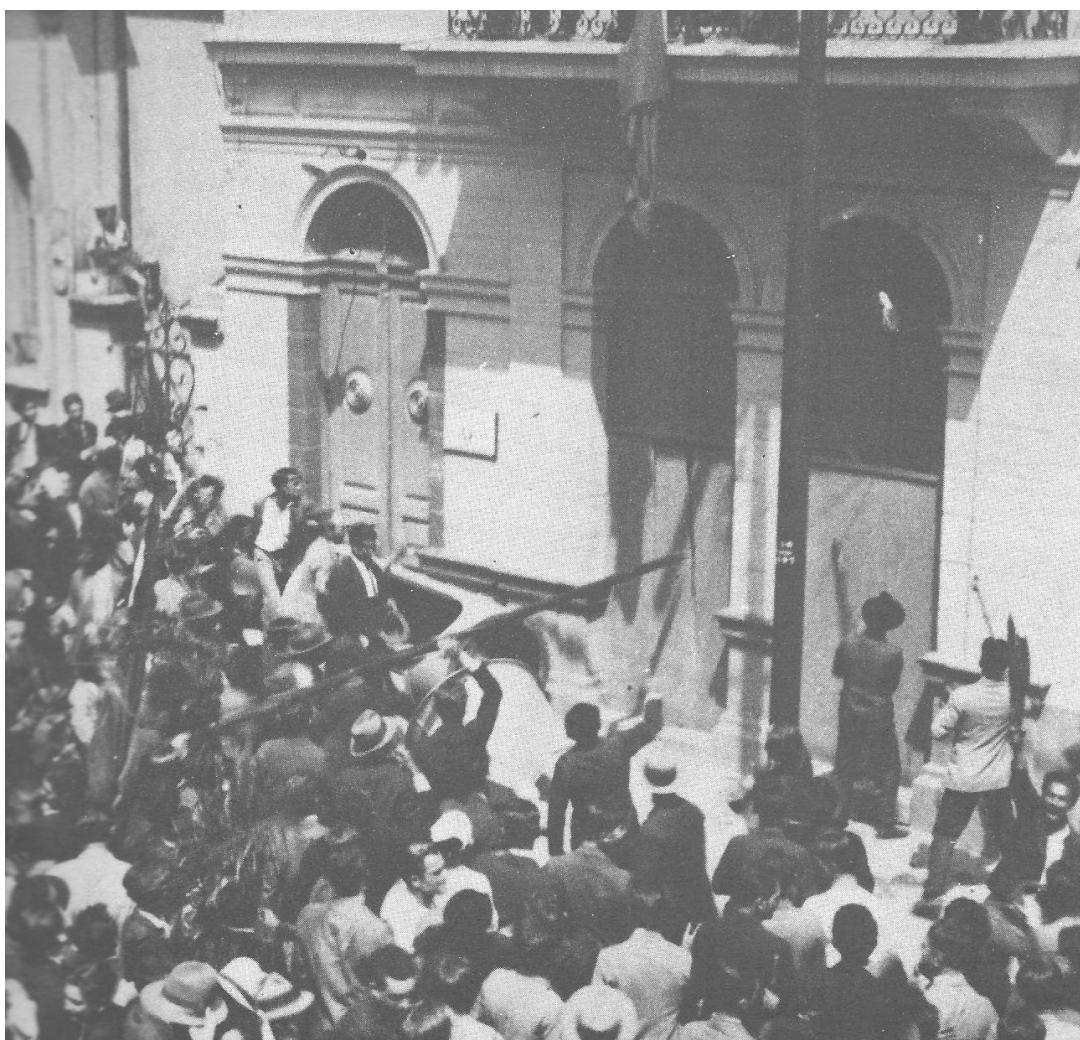
Na Figura 13, populares em São Paulo invadem cadeia no bairro do Cambuci, soltando prisioneiros políticos, o que demonstra que a Revolução de 1930 também tivera apoio popular.

Vargas chega ao poder com o apoio das oligarquias de vários estados, dos tenentes e de setores da população em geral, o Brasil já havia mudado muito e nova composição política era necessária para tal situação. A omissão dos comunistas neste processo pode ter levado ao fortalecimento daqueles mais à direita dentro da Aliança Liberal, como argumenta Michel Zaidan Filho (ZAI DAN FILHO, 1989), abaixo citado:

Declarando ser “contra os golpes fascistas, conspirações militares, complôs de chefes tramados à revelia das massas a serviço do imperialismo” os comunistas apresentaram seus próprios candidatos à sucessão de Washington Luís. E quando se deflagrou o movimento armado contra o último governo quando se declarou a Primeira República, mantiveram-se à margem da conspiração civil-militar, condenando-se a assistirem, impotentes, a adesão de grandes massas ao movimento, visto neste então por toda a sociedade brasileira como uma esperança de renovação da vida política do país. Como seu comportamento sectário e voluntarista, o PCB só contribuiu para que a “revolução de 1930” empolgasse as multidões urbanas (inclusive setores operários e populares), a partir da pregação “social” de seus líderes, e terminasse sendo dirigidas pelas correntes mais à direita do espectro político da Aliança Liberal. Desta forma o preço pago por esta omissão

seria, logo em seguida, o desencadeamento de uma feroz repressão política, não só contra as fileiras comunistas, mas contra organizações da classe operária de uma maneira geral (ZAI DAN FILHO, 1989, p.58).

Figura 13. Invasão da cadeia do Cambuci



Fonte: Arquivo Miguel Costa In: SEGATTO et al., 1982, p. 27.

Tenentes são nomeados interventores na maioria dos estados da federação pelo governo revolucionário, Prestes, que após o insucesso de sua Liga Revolucionária, fica como mero espectador da revolução de 1930, mesmo que seu nome seja usado na busca de apoio popular pela Aliança Liberal, aprofunda com seu mutismo as divergências com o PCB que não o havia apoiado e a quem também não dera suporte.

A tentativa de Vargas de atrair Prestes para a Aliança Liberal, uma vez que ele já era uma liderança militar de grande apelo popular, pode ser comprovada pela entrega de dezenas de milhares de dólares a Luís Carlos Prestes, ainda antes da Revolução de 30.

Apesar de ter aceito o dinheiro, Prestes não se decide a aderir à Aliança Liberal. Sua indefinição quanto ao quadro político prossegue e boa parte do dinheiro acaba indo parar nos cofres do Komintern, sendo utilizado para financiar as ações da Internacional Comunista, deixando claro com isso sua opção pelo comunismo desde 1930.

Ao entrar no Komintern, em 1931, Prestes entrega aos soviéticos 20 mil dólares, parte do que restara do dinheiro recebido de Getúlio Vargas. Administrado numa conta designada por Piatniski como “Fundo Prestes”, essa quantia ajuda a financiar as atividades do Komintern na América do Sul durante pelo menos três anos (WAACK, 1993, p. 112).

Pelo visto até então, torna-se nítido que Prestes entra para o movimento comunista não através do PCB, partido com o qual mantivera divergências em 1930 e que refutará sua filiação reiteradas vezes ao longo de alguns anos, mas sim via Moscou.

A partir de 1930, Getúlio Vargas e seus “tenentes” iniciam o processo de nomeação de intervenientes em diferentes instâncias de poder em todo o território nacional. Começa também um processo de centralização econômico-político do Estado brasileiro com o consequente enfraquecimento do pacto federativo, perdendo os Estados, paulatinamente, sua autonomia.

Outra das primeiras medidas do regime de Vargas que afetou os industriais foi o decreto assinado em 19 de março de 1931, que transformou as associações dos fabricantes, assim como os sindicatos de trabalhadores, em sindicatos oficialmente reconhecidos (DEAN, 1971, p. 200).

O PCB, por sua vez, nos primeiros anos da década de 1930, vive ainda acirradas disputas internas, iniciadas no processo de “obreirização” das lideranças partidárias, já referido anteriormente nesse trabalho. Inúmeros dirigentes partidários comunistas perdem suas funções, havendo inclusive várias defecções e expulsões de membros dessa organização, inclusive de fundadores da agremiação política, como Astrojildo Pereira.

Em janeiro de 1932, ocorre sessão plenária do Comitê Central do PCB, onde entre outros assuntos debatidos, conforme Basbaum (1968a) e o jornal partidário *A Classe Operária* de 26/01/1932, surge o citado abaixo:

As divergências entre Leônio Basbaum e Fernando de Lacerda polarizaram a reunião na questão sindical e na dos intelectuais. O primeiro defendia uma política mais flexível em relação aos sindicatos

oficiais, onde se poderia exercer alguma influência, e também em relação aos intelectuais, dos quais o obreirismo extremado defendido por Fernando de Lacerda queria cassar o direito de voto nas decisões internas. Nesse pleno do CC foi também votada “[...] por unanimidade uma resolução expulsando Astrojildo Pereira como traidor e renegado da causa do proletariado”, acusado de manter boas relações com a esquerda aliancista e de ter apregoad o a aliança entre o PCB e a Coluna Prestes. Também foi confirmado o afastamento de José Casini, Minervino de Oliveira, Everardo Dias, João Freire de Oliveira, Cristiano Cordeiro, Carlos Villanova e Odilon Machado (ROIO, 1990, p. 201).

Os trabalhadores e o movimento social como um todo são severamente reprimidos pelos novos governantes. O presídio de Ilha Grande recebe inúmeros dirigentes do PCB, além de lideranças outras do movimento operário.

Em 1932, apesar de todas as dificuldades, o PCB, juntamente com a Liga Comunista (dissidência pecebista), anarquistas e sindicalistas outros, realizam ampla greve na capital paulista.

A elite deposta em São Paulo por Vargas, mais grandes setores de camadas médias urbanas, amplificam cada vez mais a reivindicação de uma Assembleia Nacional Constituinte que normatize juridicamente os revolucionários de 1930. A repressão do governo central mata publicamente os estudantes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, fato este que se torna o estopim da rebelião militar dos paulistas contra Vargas. O movimento é chamado de MMDC (iniciais dos nomes dos jovens transformados em mártires) e se torna a Revolução Constitucionalista de 1932.

Na análise de Milton Santos, tal movimento se relaciona com a gênese do que viria a ser no futuro a maior região industrial do Brasil:

A revolução de 1932 parece corresponder a uma situação nova, de uma indústria em desenvolvimento que precisava ampliar seu mercado. Isto seria conseguido com a extinção de barreiras à circulação de mercadorias entre os Estados da União. Tais fatos marcam um avanço fundamental no processo de integração econômica do espaço nacional. Faltavam, porém, outras variáveis-suportes entre elas, uma rede nacional de transportes. Desse modo, o que num primeiro tempo começou a integrar-se foi a região circunvizinha ao Estado de São Paulo, na qual as relações comerciais eram facilitadas pela existência de um embrião de transportes modernos em rede, onde a relativa proximidade dos mercados permitia um tráfego marítimo mais intenso. Criavam-se, então, as condições de formação do que é, hoje, a região polarizada do país, mas ainda estávamos longe de uma integração nacional (SANTOS, 1979, p. 145/146).

Em termos militares, São Paulo rapidamente é derrotado, mas do ponto de vista político, torna-se inadiável a convocação de Assembleia Nacional Constituinte, o que ocorre em maio de 1933. Em 1934, promulga-se a nova Constituição brasileira e os constituintes elegem Getúlio Vargas presidente da República.

2.1.2 A Batalha da Praça da Sé e a Aliança Nacional Libertadora

Ainda no ano de 1932, no campo contrário ao do PCB, Plínio Salgado lança a chamada Ação Integralista Brasileira (A.I.B.), organização que se pretendia de massa e de orientação nitidamente fascista. Uniformizavam-se com camisas verdes e tinham como saudação o *anauê*, palavra do vocabulário indígena brasileiro como evocação do nacionalismo da A.I.B.

Os integralistas divulgam com grande antecedência sua intenção de realizar, em 1934, manifestação pública com dez mil membros no coração da capital paulista, a praça da Sé (Figura 14). Antifascistas de toda natureza, verificando o enorme perigo do fortalecimento deste movimento reacionário no Brasil, formam uma ampla frente única para contrapor-se ao evento anunciado pela A.I.B.

Figura 14. Integralistas se concentrando na Praça da Sé



Fonte: Biblioteca Nacional In: SEGATTO et al., 1982, p. 35.

O PCB, anarquistas, trotskistas, o Partido Socialista, sindicatos e confederações diversas de trabalhadores, estudantes e intelectuais iniciam a organização do enfrentamento, tanto do ponto de vista militar quanto civil, da acima referida manifestação dos fascistas brasileiros. Duas comissões (uma civil e outra militar) são organizadas pela recém-criada frente e a primeira adota suas providências:

O primeiro objetivo era o de ocupar pacificamente a praça. Assim, pediu-se autorização à polícia para realizarmos um comício na Praça da Sé para a mesma tarde em que Plínio programara o seu desfile e “meeting”. Ele ainda não solicitara o competente alvará. As autoridades nos negaram, alegando que se tratava de um logradouro de grande movimentação pública. Logo depois, entretanto, a AIB teve requerimento deferido favoravelmente. Nós não estávamos dispostos a transigir (MAFFEI, 1984, p.81/82).

Os integralistas, como visto em Maffei (1984), vinham há muito sendo armados pela embaixada da Alemanha (já nazista) e os comunistas, além dos outros membros da frente antifascista recém-formada, também, ainda que pouco organizadamente, providenciam para si armas e munições.

Em sete de outubro de 1934, o comício integralista é dissolvido por manifestantes da frente antifascista (Figura 15). Mesmo as forças de direita estando reforçadas por policiais e destacamentos militares do governo, as forças progressistas realizam imensa manifestação e seguem-se combates não só pela praça da Sé e imediações, mas estes acabam se espalhando pela capital paulista, sendo nítida a vitória dos comunistas e seus aliados, que colocam em retirada as forças integralistas.

Como balanço do conflito, verifiquemos:

Movimentaram-se também os desbaratados integralistas. Por todos os bairros eles vagavam desnorteados, apavorados, sozinhos, de peito nu, implorando por camisas que não fossem verdes e que lhes dessem um abrigo. Na manhã seguinte, nos jardins das praças, das residências e nas sargentas eram encontradas as camisas do desespero. As baixas da batalha foram de 34 feridos e 6 mortos, Entre estes, dois inspetores de polícia, facinorosamente torturadores, Hernani Dias de Oliveira – que pertencera ao bando tristemente famoso do Jaguaribe, que aterrorizara São Paulo pela violência gratuita – e José Rodrigues dos Santos Bonfim, simplesmente o Bonfim, como chamávamos e temíamos (MAFFEI, 1984, p. 98).

Figura 15. Integralistas em fuga da Praça da Sé



Fonte: Biblioteca Nacional In: SEGATTO et al., 1982, p. 35.

Ainda sobre relevantes acontecimentos ocorridos em meados da década de 1930, também é de enorme relevância nas transformações do espaço brasileiro o aprofundamento dos debates e estudos, por parte da intelectualidade nacional, das questões candentes de nosso país, como registrado em “Geografia Histórica do Brasil”:

No que toca à produção simbólica do espaço, as décadas de 1930 e 1940, conheceram uma grande revisão teórica do pensamento sobre o país, tendo sido publicadas nesse período as principais obras que iriam marcar as interpretações do país até a atualidade, com destaque para as *Raízes do Brasil* de Sergio Buarque de Holanda, *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, e *Evolução Política no Brasil* de Caio Prado Júnior. Cabe salientar também no universo da vida cultural, a fundação das primeiras instituições universitárias brasileiras no ano de 1934, com a instalação de cursos de geografia nas universidades de São Paulo e do Distrito Federal (Rio de Janeiro), os quais tinham no reconhecimento empírico do país e de sua dinâmica territorial o objetivo maior de pesquisa do campo disciplinar. A outra tarefa assumida pelos geógrafos dizia respeito ao trabalho pedagógico de divulgar uma imagem do território, reforçando o sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional tão diversa culturalmente, reforçando os nexos de identidade numa doutrinação patriótica comum a todo país (MORAES, 2011, p.128).

Da mesma forma que esses avanços do pensamento brasileiro ocorrem em função de efetivas transformações ocorridas em nosso território, simultaneamente essas novidades potencializam novas mudanças na sociedade brasileira.

2.1.3 A A.N.L. e a Revolução de 1935

A revolta de 1935, de caráter quase que exclusivo militar, foi rapidamente derrotada e tem enorme importância na formação do território nacional não por ela própria, mas sim, pela versão deturpada que o governo Vargas criou dela, transformando esta deturpação na mais eficiente peça de propaganda anticomunista, utilizada até os dias atuais. Tal propaganda criou falsa versão de que os comunistas teriam assassinado friamente militares legalistas durante a chamada Intentona Comunista de 1935, que teriam sido mortos em seus leitos, dormindo e, portanto, sem nenhuma chance de se defenderem. Os fatos comprovam que isso não ocorreu e no livro *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”* (MOTTA, 2002), tem-se uma extensa análise de como os fatos foram adulterados em benefício da construção, em todo o território nacional, de profundo sentimento de repúdio ao comunismo.

O aparelho repressivo governamental brasileiro, bem como o serviço secreto britânico (Intelligence Service ou M16) tinham agentes infiltrados em organizações que fariam a tentativa de assumir o poder em 1935 (PCB, ANL e no caso dos britânicos, na IC), vendo-se isto tanto em *Camaradas* (WAACK, 1993) quanto em *Revolucionários de 1935* (VIANNA, 1992), entre outras obras, o que evidencia a impossibilidade de as forças governamentais terem sido surpreendidas pelos revoltosos.

A participação da Geheime Staatspolizei (Gestapo nazista) na repressão aos revoltosos de 1935 confirma-se na citação abaixo transcrita da obra “Olga”, de Fernando Morais (MORAIS, 1985):

No camburão ele foi sentado num banquinho de lata e teve cada uma das mãos algemada a um cano de ferro soldado na carroceria do veículo, atrás de sua cabeça. Um dos quatro homens que se aboletaram com ele no carro policial pareceu-lhe louro e esbranquiçado demais para ser brasileiro. (...) tirou de um bolso do paletó um quebra-nozes de ferro e passou a abrir as avelãs que tirava do outro bolso. Subitamente, com a mesma naturalidade com que partia as frutas natalinas, ele segurou a mão esquerda de Ewert, presa no cano pela algema, ajustou o quebra-nozes em torno da falange de seu polegar e, com toda a força, esmagou-lhe os ossos do dedo. (...) Não foi o palavrão que gelou Ewert (...) Aquilo pronunciado em alemão perfeito, sem nenhum sotaque, entretanto o aterrorizou (...). Então era verdade – a Gestapo estava ajudando Filinto Müller (MORAIS, 1985, p. 110).

Filinto Müller era o chefe da polícia política de Getúlio Vargas. O preso que começara a ser torturado logo no momento de sua prisão era o alemão, ex-deputado comunista em seu país, Arthur Ernst Ewert, veterano membro da III IC, encarregado da

derrotada revolta de Xangai e um dos integrantes do grupo de especialistas enviados ao Brasil pela IC para a revolta de 1935. Mais detalhes sobre sua participação no levante podem ser obtidos em Harry Berger (JOFFILY, 1987).

A publicação de Johnny (ROSE; SCOTT, 2010), história de agente duplo que integrava a IC e na verdade estava a serviço do serviço secreto inglês, demonstra de forma inequívoca que tanto Londres sempre soube o passo a passo da preparação da Revolta de 1935 no Brasil, quanto também manteve o governo brasileiro a par da situação, zelando com isso com que nosso território fosse mantido na esfera do capitalismo. Johnny Graaf, o agente do governo britânico infiltrado na IC, integrou o pequeno grupo de elite de agentes enviados de Moscou para assessorar o PCB e Prestes e entre outras especialidades era técnico em explosivos. Coube a ele (que na época usou o codinome Paul Gruber) montar o dispositivo que deveria explodir o cofre em que Prestes guardava documentos sobre a revolta de 1935, caso o mesmo caísse em mãos alheias⁶.

Muitas são as interpretações sobre este movimento, além da que expomos a seguir, outras serão demonstradas no decorrer deste trabalho:

Na verdade não houve nenhuma participação de massa nos acontecimentos de 35. Sequer o Partido teve conhecimento antecipado e participação no levante. Tanto é assim que a maioria dos secretários políticos estaduais desconhecia a decisão tomada, afinal, pelo braço armado do partido, que praticamente atuava com independência. Isso quer dizer, em primeiro lugar, que o partido radicalizou e golpeou o movimento de massas e, em segundo lugar, que o próprio partido foi golpeado. Provavelmente o levante tem mais a ver como golpismo tenentista do que com os comunistas – a insurreição de 1935 é o último movimento do ciclo aberto em 1922 e 1924 – mas não deixa de ser a expressão trágica de uma época e de um partido que encontrou maiores facilidades em se organizar nos quartéis do que nas fábricas, como anos depois reconheceria o então futuro secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, sem perceber que esse mero reconhecimento é uma condenação política do próprio levante (BRANDÃO, 1997, p. 100/101).

⁶“Aparentando saber que não corriam riscos, dois investigadores arrombaram o cofre embutido na parede do quarto do casal. Nem a lanterna ‘Eveready’ entupida de dinamite nem a bomba contendo meio quilo de trotol explodiram: os policiais tiveram livre acesso ao dinheiro e a mais documentos, cartas, panfletos, mapas e anotações sobre a revolução que não tinha dado certo, longe de revelar incompetência de Paul Gruber, a falha no sistema explosivo – que a polícia anunciou escandalosamente aos jornais como sendo uma ‘máquina infernal’ – parecia deliberada e confirmava uma suspeita que muitos membros do comando revolucionário já tinham, mas nunca haviam manifestado (...) ele era, na verdade, um espião a serviço do Intelligence Service Britânico” (MORAIS, 1985, p. 112/113).

Desde a Comuna de Paris, no século XIX, existem registros de manifestações e campanhas contrárias ao comunismo no território brasileiro, mas após 1935, estas se tornam muito mais sistemáticas e eficazes.

O ano de 1934, como visto anteriormente, é de grande radicalização política, notadamente nos crescentes centros urbanos brasileiros (Figura 16). Mesmo clandestino, o PCB busca adeptos na classe operária.

Figura 16. Estandarte apreendido no Rio de Janeiro em 1934



Fonte: Arquivo Nacional In: SEGATTO et al., 1982, p. 32.

Apesar da clandestinidade, campanhas comunistas eram feitas de forma explícita, como se vê neste estandarte com as figuras dos líderes soviéticos Lenin e Stálin e do símbolo da foice e martelo.

A Aliança Nacional Libertadora (ANL), em nome da qual o PCB tentará chegar ao poder, é fundada em março de 1934 no Rio de Janeiro por intelectuais e militares descontentes com os rumos do governo de Vargas. Defendia a reforma agrária, eleições livres, não pagamento de dívida externa, ou seja, tinha postura democrática e anti-imperialista. Em trecho de seu Manifesto-Programa verifica-se entre suas propostas:

A Aliança Nacional Libertadora tem um programa claro e definido. Ela quer o cancelamento das dívidas imperialistas; a nacionalização das empresas imperialistas; a liberdade em toda sua plenitude; o direito do povo manifestar-se livremente; a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultive; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra etc.; a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária. (Manifesto-Programa de lançamento da Aliança Nacional Libertadora. Processo de fechamento da ANL, Pasta IJI (320) e TSN, Processo nº 93, vol. 1 apud VIANNA, 1995, p. 284).

A ANL aclama como sua liderança maior Luís Carlos Prestes, que se encontrava exilado em Moscou. O PCB participa ativamente da Aliança Nacional Libertadora e após poucos meses de vida legal, em julho de 1935, esta aliança é proscrita em todo território nacional.

Não se sabe ao certo, mas provavelmente, a partir de 1933, a Internacional Comunista (IC) e, talvez com menor participação, os dirigentes nacionais do PCB organizam processo insurrecional visando a derrubada do governo instaurado em 1930. “Data provavelmente da segunda metade de 1933 a decisão, tomada em Moscou, de se montar uma grande operação sul-americana – muito antes do que se julgava até agora” (WAACK, 1993, p. 56).

Mesmo estando Prestes na União Soviética há alguns anos, o PCB resistia em aceitar sua filiação partidária, em face de avaliação de que ainda era um líder com características pequeno burguesas. Tal relutância pode ser percebida na insistência da Comissão Executiva da Internacional Comunista (EKKI) nas solicitações de que o PCB aceite a entrada de Prestes:

Não deve ter sido para agradar a um “insignificante” que o Secretariado Político do EKKI incluiu na agenda daquela reunião formal de 11 de março de 1934 a aprovação de uma resolução pedindo ao PCB que

admitisse Prestes como membro. Nesse mesmo dia seguiu, em alemão, telegrama para o Comitê Central do partido brasileiro recomendando-o, aguardando resposta urgente e mandando publicar sua filiação na imprensa do partido. Moscou estranhou consideravelmente a falta de resposta urgente à sua mensagem. Em 17 de abril, seguiu novo telegrama para o PCB: “Apressem a resposta sobre Prestes. Por que não há resposta?”. No dia 11 de junho, por fim, em telegrama mandado a Montevidéu via Nova York, comunicava-se aos brasileiros que Prestes havia sido filiado ao EKKI, recomendando-se ao mesmo tempo sua inclusão no PCB. A publicação da filiação de Luís Carlos Prestes ao PCB ocorreu no Clube Operário em agosto de 1934 (WAACK, 1993, p. 58).

A IC mobiliza um pequeno grupo de agentes seus altamente treinados em assuntos militares tais como de rádio comunicação, uso de explosivos e técnicas de sabotagem e os vai introduzindo clandestinamente no Brasil, no decorrer de meses, visando com isso colaborar de forma efetiva com os revoltosos brasileiros, incluindo-se neste grupo o próprio Prestes (WAACK, 1993).

Luís Carlos Prestes, após pressões da IC sobre o PCB, tem seu ingresso aceito nesta agremiação partidária e por várias décadas será seu principal líder.

A pretendida revolução, que durou apenas 4 dias, foi iniciada em Natal (RN) no início da noite de 23 de novembro de 1935, no 21º Batalhão de Caçadores (de infantaria do Exército Brasileiro), não se sabe ainda por iniciativa de quem, mas não do Comando Revolucionário do PCB, comandado por Prestes. A capital do Rio Grande do Norte chega a ficar sob o controle da ALN (e do PCB) por alguns dias, tendo ali efetivamente ocorrida a participação de segmentos populares da sociedade junto aos militares revoltosos no governo revolucionário (VIANNA, 1992).

Em Recife (PE), sem saber que na noite de 23 de novembro o governo central brasileiro já havia sido informado por Johnny Graaf do início do esperado conflito, reúnem-se os três membros do Secretariado para o Nordeste do PCB no final da noite de 23 de novembro, programando deflagrar o movimento com a sublevação do 29º Batalhão de Caçadores naquela cidade às 9 horas do dia seguinte (24/11/1935). Inicia-se a revolta como programado, mas tanto o apoio popular como a adesão de militares de outras unidades são menores que os esperados. Seguem-se combates pelas ruas do Recife e com a chegada de tropas de outros estados, as forças legalistas dominam a situação (VINHAS, 1982).

Por fim, na madrugada de 27 de novembro, no 3º Regimento de Infantaria, inicia-se a revolta no Rio de Janeiro. O quartel do 3º RI, na Praia Vermelha, é imediatamente

cercado pela polícia militar e por unidades leais a Vargas, e após horas de tiroteios e bombardeios de aviões, os mais de mil revoltosos desta guarnição, por volta das 14 horas do mesmo dia reconhecem sua derrota, rendendo-se. Compilando uma série de fontes, os autores de Johnny (ROSE; SCOTT, 2010) produzem o seguinte relato:

Vargas deu sinal verde para um reinado de terror, que foi a maior operação desse tipo na história brasileira. Durou até junho de 1937 e teve início com uma denúncia, quando esquerdistas clamaram que vários oficiais detidos haviam sido levados para um bosque perto do Rio e mortos a tiros. O massacre foi maior, porém, em Pernambuco. Ali, o major Higino Belarmino executou sumariamente todos os soldados capturados. Ao fim da inquisição que assustou os vermelhos, o número de pessoas detidas para interrogatório- muitas delas torturadas- ficou entre 7 mil e 35 mil, segundo estimativas. (...) O significado, porém, foi claro o suficiente. Getúlio Vargas não era do tipo que perdoava e esquecia aqueles que estavam à esquerda no espectro político. Durante gerações, a elite brasileira- diria aos comunistas: “Nós os avisamos” (ROSE; SCOTT, 2010, p. 277).

Derrotada a Revolução de 1935, longo período repressivo tem início, sobre o silencio forçado dos derrotados e a indiferença ou medo da população, a burguesia fortalece seu controle do país, nos moldes que Lefebvre (2006) aponta: ”... a burguesia dirige sua luta pelo espaço e no espaço conservando a iniciativa. O que responde à questão já colocada: a passividade, o silêncio dos “usuários” (LEFEBVRE, 2006, p. 53).

Na Figura 17 temos um claro exemplo de como foi se construindo o anticomunismo no Brasil. A fisionomia que aparece em primeiro plano é a de Prestes, os soldados estariam dormindo enquanto eram assassinados pelos comunistas. A verdade é que Prestes não participou de nenhum combate em 1935 e fundamentalmente, é sabido que as tropas estavam em regime de máximo alerta, mesmo porque o governo conhecia toda a movimentação dos revoltosos e, portanto, era impossível as tropas legalistas serem pegadas de surpresa.

Figura 17. Comunistas Assassinando à Traição



Fonte: Maquis, dez. 1960. BN (In: Motta, 2002, p. 115).

Militares comunistas, comandados por Prestes, apunhalando covardemente os soldados legalistas que dormiam em seu alojamento no quartel.

2.1.4 Repressão e o "Plano Cohen"

Por todo território nacional as forças do governo desencadeiam violenta repressão aos comunistas e aliados, a tortura de presos políticos torna-se prática comum e o movimento social como um todo vive grande refluxo. A propaganda contra o comunismo cresce em quantidade e qualidade.

Em 1936, Prestes e sua esposa Olga são capturados num subúrbio do Rio de Janeiro, posteriormente ela, por ser alemã e judia, será entregue ao governo de Hitler e após o nascimento da filha, é executada em campo de concentração.

Vargas vendo que se aproximava a época de que novas eleições gerais deveriam ser feitas no Brasil, constatando que as oligarquias paulistas já haviam lançado a candidatura de Armando de Salles Oliveira, necessitava de um pretexto para dar um golpe de estado que viabilizasse sua permanência no poder. Em 1937 começam a circularem rumores e

logo após, matérias em jornais sobre um suposto plano dos comunistas em tomar o poder no Brasil, com o assassinato de inúmeras lideranças nacionais e regionais. Obviamente, o PCB não era autor deste que foi chamado Plano Cohen, sendo evidente que sua autoria era de setores de extrema direita visando criar o clima para o golpe de estado de Getúlio. A prova de que o plano era falso e de que era um pretexto ao golpe aparece em Leônico Basbaum “que o plano era realmente falso, e que o governo, quando promoveu a sua divulgação, sabia perfeitamente que era falso!” (BASBAUM, 1968a, p. 93). Tal afirmação simplesmente é do General Góis Monteiro, chefe do esquema militar de Vargas. Ainda sobre o tal plano:

Em fins de setembro, alguns altos funcionários do Exército “descobriram” muito convenientemente uma “trama do Comintern”, o chamado “Plano Cohen” para o “assassinato de membros do governo”, “incêndio de edifícios públicos”, e “captura de reféns”, a serem fuzilados em caso de malogro. O ministro da Justiça, Macedo Soares, que declarara três dias antes não haver perigo comunista no Brasil, passou a descrever a situação como “grave, muito grave” (DULLES, 1985, p. 134).

O Comitê Central do PCB já não se reunia mais, face ao enorme número de prisões de seus membros e cabe à instância intermediária do partido tentar fazer a defesa contra as falsas acusações, bem como desmascarar os autores do inexistente plano:

Em nome do PCB, o Comitê Regional de São Paulo deu a lume uma declaração em que dizia que o Plano Cohen, obviamente uma farsa, estava escrito no estilo usado por Plínio Salgado e não fora sequer exibido no Congresso em sua forma documental. O CR observava com desalento que o PCB, que tão insistente pedira eleições, era agora acusado de tentar impedi-las, de desejar “a violação de mulheres” e a proliferação de incêndios (“é sabida a paixão mórbida dos fascistas pelos incêndios, haja vista o do Reichstag alemão”) (DULLES, 1985, p. 135).

2.2 O Estado Novo e as consequências ao PCB

A burguesia brasileira como demonstrado em Basbaum (1968a) estava cansada de agitações desde 1922 e se identificava cada vez mais com os regimes da Itália e Alemanha. A população amedrontava-se com as sucessivas ondas repressivas e tinha suas maiores lideranças no cárcere. Era o momento ideal para se consumar o golpe de estado.

Em novembro de 1937, tropas do exército fecham o Congresso Nacional, uma nova Constituição é outorgada por Vargas, em detrimento da que havia sido promulgada em 1934 e inicia-se a ditadura chamada Estado Novo.

Com enorme poder em suas mãos, o agora ditador Getúlio dispõe de recursos maiores e aproxima-se a implantação de indústrias de base no território brasileiro:

Em fevereiro de 1938, Vargas declarou que a indústria do aço era uma urgente necessidade. Estava disposto, afirmou, a aceitar qualquer proposta razoável, envolvesse ela uma propriedade pública ou uma propriedade particular. Duas considerações o haviam instigado a se empenhar com tamanho vigor num projeto que se arrastava por sete anos. A primeira era a determinação de reduzir a dependência das importações em que se achava o Brasil. O ferro e o aço, assinalou, haviam custado 220 000 contos (13 000 000 de dólares) de divisas em 1936. A segunda era uma crescente e veemente exigência do exército no sentido de se instalarem indústrias básicas a fim de tornar o Brasil poderoso e militarmente seguro. Ambas as preocupações, naturalmente, eram peculiares ao Estado Novo e à sua burocracia nacionalista (DEAN, 1971, p. 231).

Alguns anos ainda se passariam até que se tivesse no Brasil a instalação de primeira indústria siderúrgica.

Após a tentativa de revolução de 1935, o Partido Comunista Brasileiro foi quase que totalmente desmantelado. Seus principais líderes ficaram presos por anos e os remanescentes de lideranças regionais e locais pouco se articulavam, face à extrema clandestinidade a que foram submetidos.

Consolidado o golpe de 1937, as ações dos comunistas brasileiros dão-se de forma difusa, e até 1941 prevalece esta situação, o que vai começar a mudar com o alinhamento dos soviéticos com os EUA e Grã-Bretanha no combate às tropas nazifascistas. A Terceira Internacional Comunista é dissolvida, como visto abaixo:

Em 1941 a União Soviética, ao lado das Nações Aliadas, entrou na Segunda Guerra Mundial para combater o avanço do nazi-fascismo. Dois anos depois, em função da nova política de alianças, a Internacional foi dissolvida. Oficialmente Stalin alegava que os partidos comunistas haviam atingido a maioria e que a manutenção da Internacional, o que, ao invés de fortalecê-los, poderia representar um entrave. Na prática, com a dissolução do *Comintern*, o Partido Comunista da União Soviética passou a assumir o papel de guia do movimento comunista internacional (PANDOLFI, 1998, p.62).

Vargas, apesar de sua notória afinidade com Mussolini e Hitler, é pressionado pelos Aliados. Os comunistas brasileiros, mesmo sem uma direção partidária, fazem campanhas por todo o território nacional para que o Brasil entrasse na guerra contra o Eixo. Finalmente, o governo brasileiro autoriza a criação de base aérea estadunidense na costa nordestina e declara sua entrada na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados.

O PCB incentiva o alistamento de militantes nas tropas brasileiras que iriam combater no continente europeu e desenvolve outras campanhas:

Não obstante, de 1943 a 1945 desenvolveu o PCB uma grande atividade de massas, primeiro, em favor da abertura de uma 2^a frente, e a seguir, pela anistia. Ambas as campanhas se justificavam e conseguiram empolgar as massas (BASBAUM, 1968a, p. 128).

A União Soviética consegue deter o avanço alemão e inicia-se a derrota do Terceiro Reich. Em 1944, tropas anglo-americanas desembarcam na Normandia, abrindo-se a tão solicitada nova frente de batalha.

Devido ao fato de que a União Soviética era agora aliada do Brasil na guerra, além do desgaste interno natural a tão longo período ditatorial, o Estado Novo dá sinais de enfraquecimento na perseguição aos comunistas locais, que logo recomeçam suas articulações de reorganização partidária:

Dos diferentes grupos comunistas que se entrechocavam, três se distinguiam. Um, em São Paulo, era constituído de antigos militantes que não confiavam em Prestes e desejavam reerguer o PC na base dos antigos moldes partidários de política independente com velhos elementos provados na atividade clandestina. Um segundo grupo, ainda em São Paulo, se constituía de elementos novos no movimento fugidos da Bahia e que – com alto sentido oportunista e direitista – esperava atingir o poder em um novo Comitê Central a ser formado. Sendo, porém, desconhecidos na base do Partido necessitavam de uma cobertura para os seus planos e esta só podia vir de Prestes, que se achava preso, mas dominando o espírito revolucionário da esquerda com seu prestígio acrescido. Um terceiro grupo se formara no Rio de Janeiro, esse constituído de alguns elementos – alguns antigos, outros novos – que se julgavam os únicos com direito à direção, por se acharem na Capital do país e por desconheceram a existência de outros grupos. Chamava-se este de CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória). Os três grupos procuravam alternadamente Prestes, que com as mudanças verificadas no plano internacional já podia receber visitas, expondo-lhe seus pontos de vista. Enquanto o primeiro grupo se limitava a desejar conhecer as disposições de Prestes em relação ao movimento comunista e à linha política a ser seguida, os dois outros punham suas forças à disposição do antigo chefe da coluna, oferecendo-lhe a direção do PCB. Esses dois

grupos conseguiram em 1943 realizar uma Conferência, com alguns militantes de várias regiões do país, a que se chamou de Conferência da Mantiqueira, durante a qual elegeram um comitê central que fundia os dois grupos e elegiam a Prestes secretário Geral do PCB (BASBAUM, 1968a, p. 126/127).

Quando havia sido preso, em 1936, Prestes era o líder do esquema militar da tentada revolução de 1935, era agora guindado ao maior cargo do PCB, tornando-se Secretário Geral do Comitê Central pecebista. Sobre isto se pronuncia Basbaum (1968a):

Este foi o seu primeiro erro – e fundamental – porque tal eleição deu uma característica toda especial ao PCB – que ficou sendo o Partido de um homem só – marcando-o por todo o futuro. Ia iniciar-se o *culto da personalidade de Prestes* (BASBAUM, 1968a, p. 127).

Também é no contexto da Segunda Guerra Mundial, que se demonstram as limitações de infraestrutura para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, bem como, ao término do conflito, têm-se o início daquilo que Milton Santos chamou de revolução científico-técnica:

A Segunda Grande Guerra mostrara as dificuldades enormes que a ausência de uma rede nacional de transportes acarretara para um país com dimensões continentais. O fim da guerra marca também o início de uma nova era, dentro do percurso capitalista, com as perspectivas abertas pela revolução científico-técnica. Era o momento de lançar a semente da dominação do mundo pelas empresas multinacionais, preparando-se assim todos os espaços mundiais para uma empresa que, na escala mundial, só iria frutificar plenamente trinta anos depois (SANTOS, 1979, p.146).

Face ao esforço de guerra, muitas são as mudanças que ocorrem na realidade da economia do país, modificando seu território como se percebe na citação a seguir:

A indústria foi também significativamente ajudada pelo incentivo fiscal às matérias-primas agrícolas. Em São Paulo, a produção de açúcar, algodão, óleos vegetais, lã e carne aumentou enormemente durante a guerra. Outros Estados forneciam carvão mineral, borracha e substitutos da juta. Ao mesmo tempo, o investimento no café e nas mercadorias essenciais era desencorajado pelo controle dos preços e pelas cotas de exportação (DEAN, 1971, p. 236).

Ainda em função da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se veem obrigados a favorecer o desenvolvimento da indústria brasileira pois necessitava não só de matéria prima, mas também de produtos manufaturados, como visto abaixo:

As exigências da guerra produziram outra mudança considerável no ambiente da indústria. Urgentemente necessitados de uma lista ampliada de matérias-primas brasileiras, os Estados Unidos haviam garantido, em troca, a entrega de artigos manufaturados ao Brasil. Como o espaço nos navios, contudo, fosse rigorosamente racionado, era mister ocupá-lo eficientemente, não com artigos manufaturados, mas senão com máquinas, de modo que os próprios brasileiros pudessem produzir os artigos. Durante toda a guerra o Banco do Brasil e o Office of Economic Warfare cooperaram para essa finalidade. A pedido do governo brasileiro, os Estados Unidos enviaram uma missão encarregada de recomendar maneiras de incrementar a produção de matérias-primas e sucedâneos (DEAN, 1971, p. 236).

O Brasil, ainda como consequência da Segunda Guerra, obtém condições muito favoráveis no comércio com os países vizinhos, já que é o único país a conseguir entregar a estes mercados seus produtos:

A escassez de navios capazes de atravessar o oceano estimulou as exportações de artigos manufaturados e, ao mesmo tempo, desencorajou suas importações. Os mercados consumidores da Argentina, do Uruguai e de outros países sul-americanos se abriram aos brasileiros ao se fecharem as fontes habituais de suprimento de tecidos (DEAN, 1971, p. 237).

Ainda recorrendo às análises de Dean, verificamos novas transformações nas relações de produção, e, portanto, no território brasileiro:

A necessidade de explorar ao máximo os recursos de mão-de-obra durante a emergência da guerra levou o governo a estender ainda mais as vantagens concedidas aos industriais em suas relações com os trabalhadores (DEAN, 1971, p. 239).

Estão postas, portanto, as condições para que São Paulo se estabeleça como o maior parque industrial brasileiro, sendo o pós-guerra o marco escolhido na análise que se segue:

A partir de 1945 e 1950 a indústria brasileira ganha novo ímpeto, e São Paulo se afirma como a grande metrópole fabril do país. É o que Milton Braga Furtado (1980), chama de crescimento industrial intencional, para diferenciá-lo do crescimento industrial não intencional dos anos 30 (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 43).

Importante ressaltar, que mesmo com estas transformações ocorridas no território brasileiro em função da Segunda Guerra Mundial, ainda havia no interior do país situação de extrema concentração de terras e profunda exploração dos camponeses, o que fica claro no trabalho de Basbaum:

Como acontecera em 1914-1918, também durante o período de 1940 a 1945, estancadas as fontes fornecedoras de manufaturas que nos vinham do estrangeiro, muitas indústrias de produtos de consumo se criaram, as quais passaram a contar justamente com o mercado interno que se ampliava com a imigração e o crescimento das cidades.

Mas o interior do país permanecera como estava antes de 30. A terra não fôra tocada e o panorama que havíamos descrito no volume anterior desse trabalho, referente a propriedade agrícola, permanecia o mesmo. O trabalhador continuava sem terra, ou lavrando a terra como assalariado ou de parceria, pagando em dinheiro, em espécie ou em dias de trabalho (BASBAUM, 1968a, p. 158/159).

Em 1945 chega ao fim a Segunda Guerra Mundial e também a ditadura de Vargas. Apregoava-se pelo mundo a vitória da democracia e uma nova era se iniciava, “O fim da guerra e o começo da era técnico-científica tiveram efeito decisivo na evolução do país e seu espaço” (SANTOS, 1979, p.146).

O fim da guerra marca também o inicio de uma nova era dentro do percurso capitalista, com as perspectivas abertas pela revolução científico-técnica. Era o momento de lançar a semente da dominação do mundo pelas firmas multinacionais preparando-se assim todos os espaços mundiais para uma nova aventura, que na escala mundial, só iria frutificar plenamente 30 anos depois (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 47).

O esquema militar de Vargas (generais Góis Monteiro e Dutra), cientes que era inevitável o fim da ditadura, ao perceberem em Vargas uma tendência de aproximação de setores menos reacionários da sociedade brasileira no processo de redemocratização do Brasil, optam por comandar o processo, alijando Vargas do mesmo. Derrubam-no em 1945, em pleno processo de anistia política aos comunistas.

Bertha Becker e Claudio Egler (BECKER; EGLER, 2010) apresentam uma síntese sobre a chamada Era Vargas:

O Estado garantiu uma coalizão de poder que conciliou as elites agrárias tradicionais e o emergente setor industrial. O poder dos primeiros

decorria fundamentalmente da manutenção das relações sociais de produção no interior, mantendo os trabalhadores rurais fora da arena política. Por sua vez, as elites industriais beneficiaram-se basicamente das políticas econômicas do Estado. Por último o Estado reforçou sua própria posição pela incorporação dos setores populares urbanos, especialmente através dos direitos sociais, garantidos por uma extensa e moderna legislação trabalhista, embora os sindicatos estivessem controlados pelo Ministério do Trabalho e a estabilidade social e política fosse mantida através de uma severa repressão (BECKER, EGLER, 2010, p. 78/79).

Os partidos políticos voltam a poder se organizar e o PCB uma nova fase em sua trajetória de ação.

CAPÍTULO 3. DA DEMOCRACIA AO GOLPE MILITAR DE 1964

No ano de 1945 o PCB é legalizado, outros partidos são organizados no país, Vargas é deposto e realizam-se eleições para a presidência da república e para deputados e senadores para uma Assembleia Nacional Constituinte. O General Dutra ganha a eleição presidencial em dezembro de 1945 e o PCB desponta com expressiva bancada de deputados e elege Prestes como senador da república.

3.1 A Breve democracia

No início de 1946, Dutra toma posse e a Constituinte inicia seus trabalhos, em 23 de março, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recebe pedido de cassação do registro do PCB. Ainda segundo cronologia elaborada por Evaristo Giovanetti Netto, (1986, p. 200/201), em 14 de maio é aprovado o Decreto-Lei 9258 que permite o cancelamento de registro de partido político quando comprovado que tal partido recebe, de procedência estrangeira, orientação político-partidária, contribuição em dinheiro ou quando praticar atos colidentes com os princípios democráticos.

O território havia mudado, naqueles meados da década de 1940, o país tinha de se integrar e modernizar como apontado a seguir:

A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das ideias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, portanto, da política. Para realizar qualquer desses desígnios impunha-se equipar o território integrá-lo mediante recursos modernos. O caminho da integração do território e da economia apontado para todos os países era tanto mais facilitado e tanto mais rápido quanto maior o número de opções a atingir e a organizar. É o caso do Brasil (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 47).

Não só a ideologia do consumo guiou a construção do território nacional, notadamente a partir de 1935, o anticomunismo disseminado pela máquina de propaganda estatal e por outros agentes do capital permeou todo o processo de constituição do espaço.

Esvaziadas as prisões políticas em 1945, o PCB vive momento maior de sua história. Cerca de 200 mil eleitores são filiados no partido e suas políticas em defesa de uma sociedade democrática e justa percorrem todo o território nacional.

O recrutamento de novos militantes era feito de forma simples. Em São Paulo reuniam-se centenas de trabalhadores em clubes esportivos ou sedes de outras entidades, geralmente em dias de folga do trabalho, e se fazia uma exposição da política dos comunistas, seguida de debates. Encerrado o debate, pedia-se aos que queriam ingressar no PCB que permanecessem no recinto, e aos demais que se retirasse. Por vezes, permaneciam centenas de trabalhadores, que eram então divididos em grupos, segundo as empresas em que trabalhavam. Preenchiam-se então as fichas de filiação, sendo imediatamente organizada a célula e eleita uma direção (secretariado), composta, em geral, por sindicalistas ou elementos com liderança na empresa. Era naturalmente difícil aos membros dessas células entenderem a estrutura e o funcionamento da célula, a função específica de cada secretário. Recorríamos então a comparações com a família, considerando o primeiro-secretário uma espécie de chefe da família, o segundo a dona-de-casa etc. (VINHAS, 1982, p. 90).

O contato direto com as massas, em todas as regiões do país, agora podia ser feito, e o era, trazendo ótimos resultados para a agremiação dos comunistas brasileiros, conforme relato de Vinhas (1982):

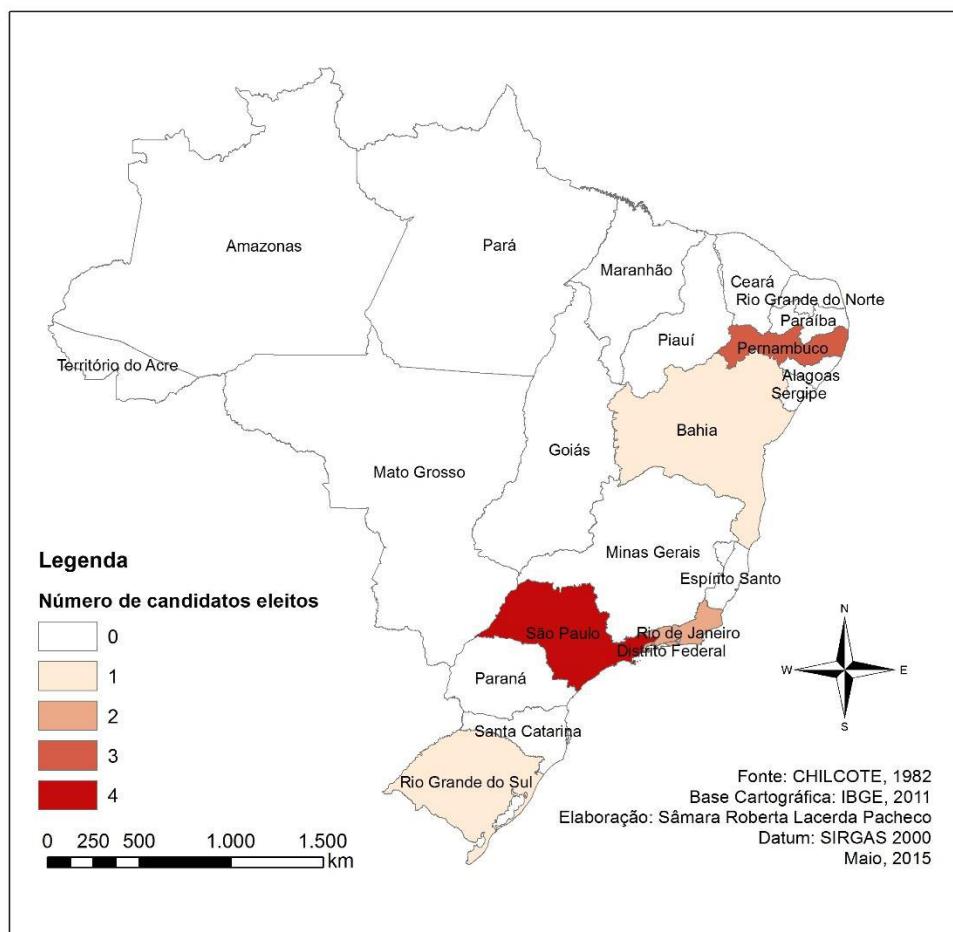
Esse modo de estruturar centenas de bases e recrutar milhares de trabalhadores para as fileiras do PCB não era exclusivo de São Paulo. Em Pernambuco, onde atuei como delegado do Comitê Central, tivemos a oportunidade de fazer o mesmo nas camadas populares do Recife e entre os camponeses. Gregório Bezerra fazia os discursos de agitação e nós afiliávamos os assistentes dos comícios ao PCB. Trabalhamos também da mesma forma em Curitiba, Londrina e outras cidades do país (VINHAS, 1982, p. 90).

Em poucos meses decorridos entre a legalização do PCB e as eleições para a formação da Assembleia Nacional Constituinte, que promulgou a Constituição de 1946, demonstra-se através do desempenho eleitoral, a força da agremiação partidária que buscava ser a da classe operária brasileira.

Segundo Jover Telles (1981: 231), “nas eleições de 1945, o PCB elegeu 15 deputados para a Assembléia Nacional Constituinte, dos quais 9 eram operários. Cabe dizer que, após a cassação dos mandatos, somente um operário conseguiu chegar eleito à Câmara dos Deputados: Roberto Morena que, como se sabe, é comunista. Ainda mais, no Distrito Federal, o PCB elegeu uma bancada majoritária de 18 vereadores, dos quais 9 eram operários. À Assembléia Constituinte do Estado de São Paulo, o PCB elegeu 11 deputados, dos quais 7 eram operários. No Ceará, elegeu 3, sendo 2 operários. Na Bahia, elegeu dois, sendo 1 operário. No Pará, o único deputado eleito pelo PCB era um operário. E assim aconteceu em diversos outros Estados. Com a vinda do PCB para a vida legal, em 1945, pela primeira vez em nossa terra a potente voz do proletariado, através dos deputados comunistas, pôde ressoar nos Parlamentos e influir na elaboração da Constituição da República e da Constituição de vários Estados (SANTANA, 2001, p. 49).

No Mapa 1 visualiza-se quais unidades da federação elegeram Deputados Federais Constituintes pelo PCB e a quantidade dos mesmos.

Mapa 1. Eleitos do PCB para Assembleia Nacional Constituinte (1945)



Organização do autor.

Os pernambucanos elegem o líder camponês e partidário Gregório Bezerra, que posteriormente, em 1964, já idoso, será preso e arrastado em via pública pelos militares golpistas e em 1969 será um dos 14 prisioneiros políticos que a ditadura militar tem de soltar em troca da libertação do embaixador estadunidense no Brasil, Charles Elbrick, sequestrado pela Dissidência Guanabara (rebatizada de MR-8) e pela Aliança Libertadora Nacional (ALN), ambas organizações de guerrilha contrárias ao regime militar.

Os eleitores da Bahia elegem Marighela, que a partir daí se consolida como membro do Comitê Central do PCB, de onde sai apenas após 1964 quando organiza e dirige a Aliança Libertadora Nacional (ALN), organização guerrilheira que comandava quando de sua morte em emboscada feita pela polícia paulista. Como suplentes, entre outros, são eleitos três membros do Comitê Central (CC) do partido, a saber, Arruda Câmara, Armênio Guedes e o futuro Secretário Geral Giocondo Dias, que substituirá Prestes na função quando da saída deste, em 1979 do PCB.

Em 1945 o Distrito Federal era a cidade do Rio de Janeiro, que não pertencia ao estado de mesmo nome. A liderança maior do PCB, Prestes, é eleito senador e no DF três comunistas se elegem deputados federais (dois deles, Amazonas e Grabois, fundarão o PC do B em 1962, liderando dissidência de porte nacional). No estado do Rio de Janeiro, dois deputados federais são eleitos pelo PCB.

Maurício Grabois era o líder militar da Guerrilha do Araguaia, praticada pelo PC do B e é morto pelo exército brasileiro em dezembro de 1973, junto com outros militantes, entre eles seu filho e seu genro.

No estado de São Paulo, o pintor Cândido Portinari não se elege senador comunista por pequena diferença de votos, entre os quatro deputados eleitos, encontram-se o escritor Jorge Amado, e o ferroviário Mário Scott, que renunciou ao mandato em função de pressão interna do PCB que avaliava que o primeiro suplente, Milton Cayres de Brito, é quem teria melhores condições de exercer a função, Scott comete suicídio meses após, não se conhecendo registros dos motivos que o teriam levado a tal.

Não se pense, porém, que os métodos de direção eram inteiramente democráticos: já naqueles tempos certos secretários eram impostos pela Comissão Executiva do Comitê Central, como foi no caso de José Maria Crispim na primeira secretaria do Comitê Municipal de São Paulo, em 1945. Outro exemplo é a imposição de candidatos de preferência da direção como deputados, apesar do resultado das urnas. O ferroviário Mário Scott, eleito deputado à Constituinte, foi forçado a renunciar em favor do primeiro suplente, Milton Cayres de Brito. Quando se discutiu o

problema em reunião na sede do Comitê Municipal, no Brás, Diógenes Arruda surpreendeu-se com a resistência de Scott à renúncia, que chegou a chorar e a falar em suicídio. O remanejamento, porém, foi aprovado por unanimidade. Anos depois, Mário Scott suicidou-se (VINHAS, 1982, p. 90/91).

Esta substituição demonstra a concepção de que a vaga conquistada no parlamento pertencia ao partido e não aos eleitos, não cabendo aqui iniciar-se este debate, de que seria o eleitor e o eleito ou a organização partidária, o “dono” do mandato.

Não só no estado de São Paulo, mas sim no Brasil todo, o PCB busca participar das eleições com chapas completas, visando lançar o maior número de candidatos que a legislação permitisse, melhorando assim as chances de aumento de quantidade de votos e, portanto, de eleitos. Além do óbvio critério de concordância com o programa, estatuto e propostas partidárias os candidatos eram líderes operários, intelectuais de renome e também lideranças de diferentes regiões do interior dos estados.

No extremo sul do Brasil, usando o carisma de Prestes, um representante gaúcho é eleito pelos comunistas. No Rio Grande do Sul, o PCB, como os demais partidos e no Brasil todo, usa de recurso que a lei eleitoral da época permitia que era de lançar seus mais famosos nomes em candidaturas a mais de uma função e em mais de uma unidade da federação. Se eleitos, não podiam acumular mandatos, tendo de escolher a apenas um deles, mas os votos obtidos nas diferentes candidaturas somavam no total de votos de seus partidos. Prestes opta por ser senador pelo Distrito Federal e seu suplente de deputado federal no Rio Grande do Sul, Abílio Fernandes, assume a representação dos comunistas gaúchos.

Entre os suplentes encontra-se o operário Jover Telles, que integrará o CC do partido, e será um dos fundadores do PC do B. Em 1976, será preso no Rio de Janeiro e fornecerá as informações necessárias para que ocorra o chamado Massacre da Lapa, onde o exército brasileiro assassinará Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, ambos também do Comitê Central do PC do B. No livro de Pedro Estevam da Rocha Pomar (POMAR, 2006) entende-se que estes foram os últimos assassinatos praticados pela ditadura militar de 1964.

No processo de elaboração da Constituição brasileira de 1946, a bancada do Partido Comunista Brasileiro é minoritária e acaba sendo isolada pela imensa maioria dos constituintes dos demais partidos.

Apesar dos enormes esforços, seus projetos não são aceitos e o curto tempo de atuação dos parlamentares comunistas decorre sobre a pressão da cassação de seu partido e mandatos, ocorreria em breve (1947).

3.1.1 A Guerra Fria, a tradição autoritária brasileira e a cassação do registro do PCB

Após o término da Segunda Guerra Mundial, nova ordenação territorial ocorre no planeta. EUA e URSS consolidam-se como novas potências, sendo que até 1949, apenas os estadunidenses possuem a bomba atômica.

No Brasil, de longa tradição autoritária, apesar de viver-se entre 1945 e 1947 um breve período democrático, a violência contra o povo e suas manifestações continuam se fazendo presentes:

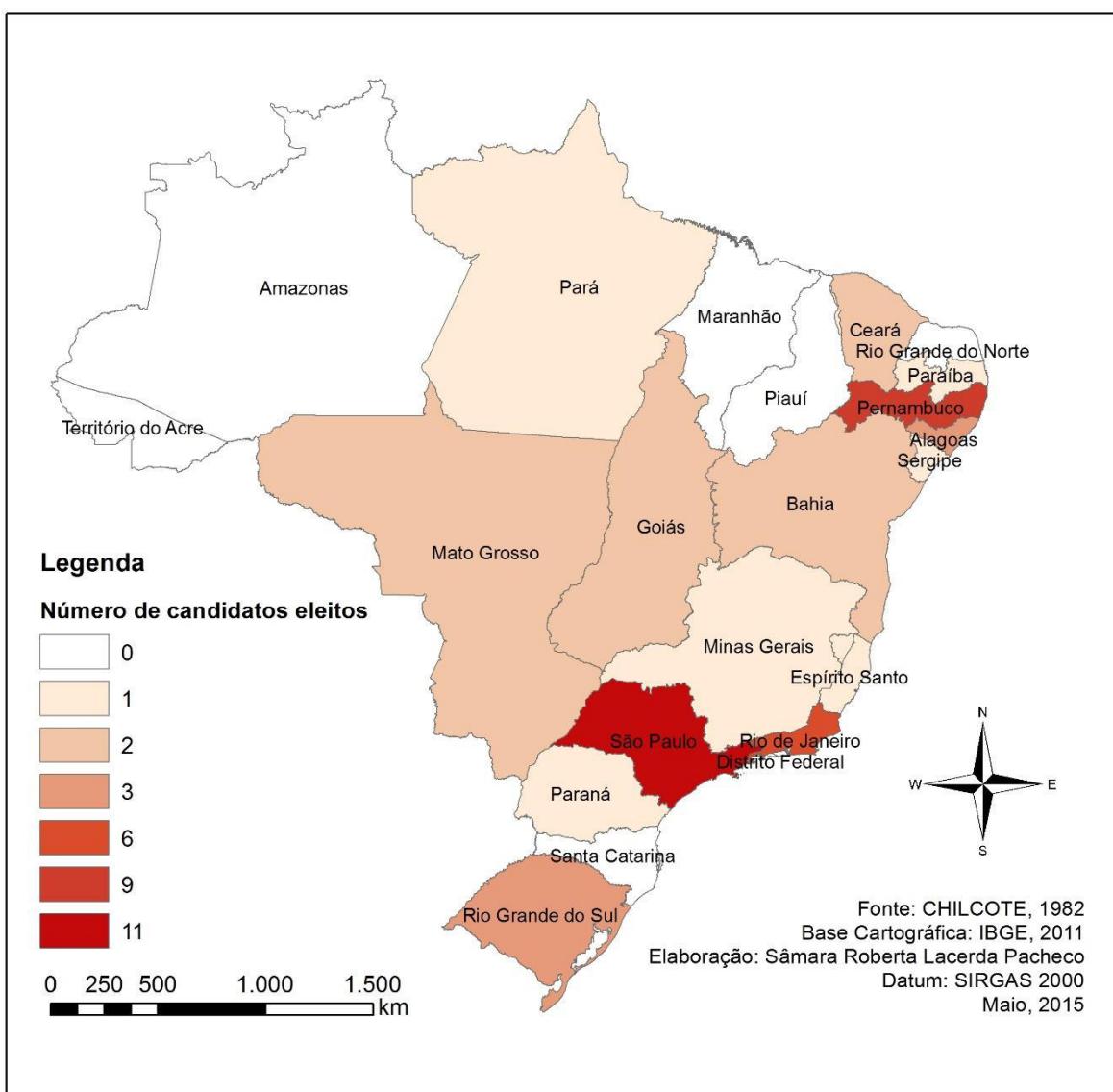
Quanto ao general Dutra ele próprio deu pouco depois amostras suficientes do seu alto espírito democrático: em seu governo, comícios foram dissolvidos a bala, o PCB foi fechado, deputados comunistas perderam seu mandato, as relações com a U.R.S.S. foram rompidas. Trazia o país de volta ao regime que sempre amou: o da reação. Assim, os fatos estão indicando quais foram os verdadeiros motivos do 29 de outubro: evitar que Getúlio continuasse marchando para a esquerda, ainda que sómente desejasse apoiar-se nela e nas massas *queremistas*, e no PCB, para atingir seus próprios objetivos (BASBAUM, 1968a, p. 145).

Em maio de 1947, com amparo do Decreto-Lei 9258, a justiça cassa o registro do PCB, a burguesia brasileira não quer que o partido que representava os anseios da maioria da população continue existindo. O crescimento econômico deveria ocorrer numa perspectiva conservadora, não se admitindo reivindicações de melhorias na distribuição de renda.

Nesses termos e em relação ao clima vigente desde o final da guerra, o período Dutra configura claro retrocesso. A exclusão do PC é a contraface de um novo bloco que refaz transitoriamente a unidade das classes dominantes, solidarizando formalmente todos os partidos num governo de ordem e tranquilidade nacionais. O que permite combinar aceleração do crescimento – que aproveita a consolidação da indústria leve de bens de consumo e parte para a fabricação de eletrodomésticos e alguns bens de produção – com recrudescimento da repressão. José Albertino Rodrigues qualifica esse período de “fase reacionária” na qual o cerceamento do movimento sindical – entre 1946 e 1950 – corresponde ao “campo livre e uma ação inconteste” das organizações das classes conservadoras (BRANDÃO, 1997, p. 177).

Nas eleições estaduais e municipais de janeiro de 1947, o PCB, mesmo próximo à cassação de seu registro, amplia sua representação no território brasileiro em relação ao desempenho que tinha tido em 1945. Cresce o número de estados onde consegue eleger deputados, e esta será a última eleição em que poderá participar livremente, visto que terá seu registro cassado em maio de 1947, só tendo sua legalidade de volta 38 anos após, em 1985.

Mapa 2. Eleitos do PCB para Assembleias Legislativas (1947)



Organização do autor.

Na Mapa 2, pode-se verificar em quais estados o PCB elegeu Deputados Estaduais Constituintes, bem como a quantidade de eleitos em cada unidade da federação. Nos Anexos, constam os desempenhos eleitorais de candidatos do PCB em diferentes eleições.

Na região nordeste do Brasil, 18 deputados estaduais comunistas são eleitos em seis diferentes estados.

Pelos estados da atual região sudeste do país são eleitos 19 deputados do PCB para as Assembleias Legislativas. Todos os estados elegem ao menos um representante comunista. São Paulo e Rio de Janeiro elegem as bancadas mais expressivas.

No sul do Brasil, paranaenses elegem um representante comunista e gaúchos elegem três deputados estaduais. No Centro-oeste, Mato Grosso e Goiás sufragam quatro deputados do PCB, sendo dois em cada estado.

No Distrito Federal da época, a cidade do Rio de Janeiro, os comunistas conseguem eleger 18 vereadores, bancada majoritária segundo visto em Ronald Chilcote (1982, p. 99), o que se constituiu numa expressiva votação. Em nova eleição municipal em novembro de 1947, os comunistas, já abrigados em outras legendas em face de cassação do PCB tem excelentes resultados, elegendo cerca de 250 vereadores pelo país, segundo Gildo Marçal Brandão (1997, p. 186).

Nas cidades operárias os comunistas fazem expressivas bancadas nos legislativos municipais, onde exercem combativos mandatos, mas onde elegem operário para prefeito, a situação é diferente:

Nas eleições de 9 de novembro de 1947, o PCB já ilegal, usando a sigla do Partido Social Trabalhista (PST) elegeu o operário Armando Mazzo prefeito da cidade de Santo André, na região do ABC paulista. O deputado Mazzo não pode tomar posse como prefeito em 1º de janeiro de 1948. No dia da posse, a cidade amanheceu invadida pelas forças policiais que embargaram tudo. A disputa foi para o plano judicial onde foi questionada a validade do registro do PST. No processo aberto pelo Partido Democrata Cristão (PDC) os reais motivos ficavam mal camuflados. Para eles, era inaceitável “que o governo (...) no coração do parque industrial fosse entregue aos comunistas (Costa, 1995: 126) O TRE indeferiu, mas o TSE deferiu o processo e os comunistas não puderam assumir. Ao menos, “pela primeira vez na história do país os trabalhadores puderam demonstrar sua capacidade de penetração na sociedade como candidatos oficiais nas eleições municipais de um dos mais importantes centros industriais do Brasil (COSTA, 1995, p. 125 apud SANTANA, 2001, p. 49).

Logo após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovar em maio de 1947 a cassação do registro do PCB, em apertada votação (3X2), no Senado é apresentado projeto, ainda em maio do mesmo ano, que propõe a cassação de todos os que haviam sido eleitos pelo PCB.

Em outubro de 1947 é aprovada pelos senadores a cassação dos mandatos comunistas, o que vem a ocorrer em janeiro de 1948. A farsa democrática encerrava-se, cabendo ao PCB a profunda radicalização de sua política:

Essa linha política surgiu fundamentada em um primeiro documento, o “manifesto de janeiro”, de 1948, que já apresentava algumas indicações dessa natureza. Foi, porém, num documento divulgado em 1950, o “manifesto de agosto”, que essa tática ficou integralmente definida. Com essa linha política, o Partido pretendia interpretar a suposta realidade nacional e traçar consequente orientação para transformá-la revolucionariamente. Infelizmente, essa linha política profundamente equivocada foi aceita pela maioria dos quadros dirigentes do Partido, sem maiores discussões, habituados a como estavam a aceitar como verdades científicas e acabadas as decisões vindas da cúpula. É verdade que, por alegadas questões de disciplina, era muito difícil qualquer atitude divergente. No melhor dos casos, tal manifestação seria imediatamente taxada de incapacidade ou de vacilação ideológica e outras sandices. Os poucos quadros que tiveram dúvidas ou discordaram desse documento não tiveram acolhidas suas palavras (REIS, 1982, p. 87).

Restava aos comunistas a atuação clandestina, alijados que foram da vida política da sociedade civil, buscando-se formas violentas de se instaurar uma democracia no Brasil:

Entre os grosseiros absurdos que preconizava esse documento, ressaltava a orientação para ser organizada uma “frente democrática de libertação nacional”, a FDLN, que contaria com a participação de um “exército democrático de libertação nacional”. O que, sem dúvida, implicaria na substituição das forças armadas regulares por este “exército”. Exército que só poderia existir na cabeça dos que elaboraram tal documento (REIS, 1982, p. 87).

Em 1950, o partido divulga o Manifesto de Agosto, onde a radicalização das posições já ocorridas em 1948 é mais bem detalhada:

A linha política expressa no “manifesto de agosto” visava, certamente, anular quaisquer resquícios de “ilusão democrática” e de “oportunismo pequeno-burguês” que a direção central do Partido considerava serem alimentadas pelos dirigentes e militantes desde o período da abertura democrática que se verificou de 1945 a 1947 (REIS, 1982, p. 88).

Os dois manifestos (de janeiro e de agosto) são redigidos já num ambiente de clandestinidade, havendo pouca discussão sobre os mesmos pelo conjunto da militância, notadamente a de base do PCB. Essa pouca discussão aliada ao distanciamento que as propostas tinham da realidade do país, levam na prática a uma considerável desobediência nas células de base do partido, levando inclusive a dissidências:

Crispim rompeu criticando a linha sectária do Manifesto de Agosto, de 1950, o núcleo dirigente composto por Arruda Câmara, Grabois, João Amazonas e Marighella, defendendo uma “política de massas voltada para os trabalhadores getulistas” e preservando o PCUS e Stalin de suas críticas. Dos dirigentes que saíram do PC naquele momento, somente Crispim aderiu ao trotskismo, mas foi acompanhado por militantes em Sorocaba e no Rio de Janeiro (LEAL, 2003, p. 83).

Colaborou para esta profunda mudança na linha política do PCB, além do já exposto acima, o fechamento pelo governo, da Central dos Trabalhadores Brasileiros, a CTB, em maio de 1947, além de intervenção federal destituindo mais de uma centena de diretorias de sindicatos de trabalhadores, como relatado entre outros, no livro Homens Partidos (SANTANA, 2001, p. 66).

3.2 A eleição de Vargas e o novo contexto de ação do PCB no território

Terminado o governo de Dutra, retorna Getúlio Vargas à presidência da república, em janeiro de 1951, agora eleito pelo povo.

Tanto o arranjo de forças políticas que sustentavam Vargas quanto o próprio Getúlio Vargas haviam mudado em relação ao período da ditadura do Estado Novo. Vargas agora tinha um apoio mais efetivo das massas urbanas, os anos de culto à sua personalidade engendrado pela propaganda estado novista tinha surtido efeito e o “pai dos pobres”, na busca do apoio popular para sua eleição, distancia-se de setores da conservadora burguesia brasileira, que já não vê em Vargas todos seus interesses atendidos.

O jornalista Carlos Lacerda, político à direita de Getúlio Vargas representando os setores mais reacionários da sociedade brasileira comanda virulenta campanha na imprensa visando a derrubada do mesmo.

Ainda em parte da década de 1950, o PCB ilegal pouco participa de eleições, não incentiva a participação em sindicatos, enfim, segue a orientação sectária do Manifesto de Agosto. Atendendo a política do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), desenvolve no Brasil Campanha pela Paz Mundial, tema esse que na Europa poderia ser candente, pouco ou nada estava ligado às prioridades dos operários e camponeses do Brasil.

Apesar das orientações equivocadas do PCB, seus militantes acabam, na prática, como visto em Marco A. Santana (2001), Gildo Marçal Brandão (1997), José Antonio Segatto (1989) e Antonio Carlos Mazzeo, (1999), retornando paulatinamente aos sindicatos, mesmo que controlados pelo aparelho estatal.

Terminado o governo de Dutra, retorna Getúlio Vargas à presidência da república, em janeiro de 1951, agora eleito pelo povo.

Em relação ao território brasileiro, nessa época, e desde os anos 1940, continua a se desenvolver o processo de industrialização, sendo válida para a correta compreensão da importância desse fenômeno a citação abaixo transcrita:

A partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo *industrialização* não pode ser tomado, aqui, no seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforço de equipamento do território para torna-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional para situar-se na escala do País; por isso a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores incluídas naturalmente, as capitais de estados (SANTOS, 1994, p.27).

Ainda sobre este período, destaca Milton Santos (SANTOS, 1979) que na metrópole de São Paulo concentram-se cada vez mais indústrias:

Um novo período começa entre 1945 e 1950. Nessa fase, a indústria brasileira, através de ciclos diversos da economia, ganha novo ímpeto e São Paulo se afirma como a grande metrópole fabril do país. De um lado há mudança estrutural no esquema produtivo, e de outro há maior seletividade geográfica da produção industrial, mediante uma polarização mais clara e mais forte. Os dois fenômenos são interligados, pois é a localização em São Paulo das indústrias mais dinâmicas que reduz ainda mais a importância relativa do Rio de Janeiro, impedindo, então, admitir

que ainda existam, no país, duas metrópoles. A função metropolitana cabe, doravante, a São Paulo (SANTOS, 1979, p. 146).

As contradições do capitalismo ficavam cada vez mais evidentes e a espiral grevista crescia notadamente em São Paulo.

Na década de 50, os movimentos reivindicatórios ganharam impulso já a partir da greve dos bancários paulistas pelo abono de Natal, em agosto de 1951, que dura 69 dias e termina vitoriosa. Em 1951, registram-se 173 greves envolvendo 400 mil trabalhadores e atingindo 548 empresas; no ano seguinte, 264 greves, com 410 mil grevistas de 922 empresas; em 1953, tem-se 800 mil trabalhadores em greve, aumentando para 1.200 mil em 1954. Nos anos seguintes, os movimentos continuam a crescer.

Entre os movimentos reivindicatórios, e grevistas que ocorrem nesses anos, os mais importantes são a “greve dos 300 mil”, em São Paulo, em março de 1953, envolvendo diversas categorias de trabalhadores, que ao cabo de quase um mês conclui-se vitoriosamente, apesar da repressão policial; a greve geral contra a carestia, a 2 de setembro de 1964, em São Paulo e dirigida pelo PUI; em julho de 1957, no Rio de Janeiro, a greve dos metalúrgicos; no mesmo ano e em outubro, a greve dos “400 mil”, de seis categorias em São Paulo, que durou 10 dias, tendo os sindicatos obtido 25% de aumento salarial; em janeiro de 1958, a greve nacional dos marítimos; em maio, a greve nacional dos telegrafistas; em outubro, a manifestação liderada pelo PUI, em São Paulo, contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos; e em 2 e 3 de dezembro de 1959, em São Paulo, a greve geral contra a carestia (SEGATTO, 1995, p. 177/178).

Em virtude da postura política radical assumida desde os documentos de 1948 e 1950, o PCB atua fazendo forte oposição a Vargas, considerando-o agente do imperialismo. O Partido tenta estruturar o movimento operário fora da estrutura sindical (por ser essa ligada ao Estado) definindo estratégias de ação também entre os camponeses, como visto a seguir.

Nos anos de radicalização da política do PCB, a atuação no campo, apesar de pouco conhecida, pode ter sido intensa. Já na III Conferência Nacional do PCB, de 1946, surge em suas resoluções referência ao trabalho dos comunistas junto aos camponeses:

A III Conferencia Nacional acentua a necessidade de ampliar-se as organizações das massas camponesas que, dia a dia, voltam suas esperanças para nós. Nessa tarefa, deve o Partido, utilizando a nova e rica experiência dos trabalhos realizados no Triângulo Mineiro e em São Paulo, aplicar métodos que lhe facilitem esse trabalho, sendo indispensável que abandonemos as formulações mais gerais a fim de apresentar as reivindicações imediatas dos camponeses (Resoluções da III Conferência Nacional do PCB apud CARONE, 1982, vol. 2, p. 69)

Sobre essa atuação relatada na III Conferencia, o trabalho dos comunistas no Triângulo Mineiro, pode ser conhecido na dissertação de Idalice Ribeiro Silva, (2000) e nas memórias de Marco Antônio Tavares Coelho (2000), já em relação ao trabalho no campesinato do interior paulista, interessante conhecer as memórias de Irineu Luiz de Moraes (WELCH; GERALDO, 1992).

Com o acúmulo desta e outras experiências, o PCB atua na revolta de Trombas e Formoso, no atual estado do Tocantins, na época, norte de Goiás e em outras lutas camponesas como visto a seguir:

Outra área onde o PCB irá intensificar sua ação política, nestes anos, será na organização e mobilização dos trabalhadores rurais. Com certa experiência acumulada – montagem das Ligas Camponesas da Fazenda Santos Dumont, de Ribeirão Preto (SP), em 1945, e de Iputinga no Recife (PE), em 1946, das Irmandades Camponesas de Goiás, da resistência armada em Porecatu (PR), em 1950/51, além de outras – passa a investir na formação de sindicatos, associações e uniões (SEGATTO, 1995, p. 193).

Para se conhecer melhor estas lutas camponesas das quais participou o PCB, a de Trombas e Formoso é retratada em “Aconteceu Longe Demais”, (CUNHA, 2007) e a de Porecatu, no livro de Marcelo Oikawa (OIKAWA, 2011).

3.2.1 O suicídio, a reação popular e o IV Congresso do PCB

Em agosto de 1954, o presidente Getúlio Vargas comete suicídio face à crescente campanha de Lacerda sobre o “mar de lama” que havia se tornado o governo varguista. Elemento da guarda pessoal de Getúlio organiza atentado contra a vida de Lacerda (provavelmente à revelia do Presidente da República) e nesse acaba sendo morto oficial da aeronáutica que escoltava Carlos Lacerda.

Diante da notícia do suicídio de Vargas e da divulgação de sua carta-testamento, o povo sai às ruas indignado como nos relatam Basbaum (BASBAUM, 1968a) e a “Breve História do PCB” (SEGATTO, 1989). Carlos Lacerda foge para o exterior, caminhões do jornal O Globo são incendiados e o próprio PCB (que fazia uma oposição à esquerda a Getúlio) se vê em apuros:

Em meio à confusão geral, os comunistas perplexos – e para não serem tascados – foram obrigados a sair às ruas recolhendo os seus jornais das

bancas, e depois irem a reboque da massa nas manifestações. Observe-se que, em Porto Alegre, a redação do *Tribuna Gaúcha*, jornal do PCB, não conseguiu escapar da indignação e fúria do povo, sendo sua sede depredada (SEGATTO, 1989, p. 81).

Ainda no ano de 1954 o PCB consegue realizar seu IV Congresso, vinte e seis anos após o III. Sob condições desfavoráveis, em vista de ainda perdurar período repressivo, a representatividade deste congresso é questionada em "História Sincera da República" (BASBAUM, 1968a).

Êsse Congresso todavia não representava o pensamento da base do Partido de vez que os delegados não foram eleitos pelas bases mas escolhidos a dedo pelos dirigentes do Comitê Nacional, entre seus amigos de mais confiança. O principal objetivo do Congresso foi aprovar um programa, muito estranhamente elaborado em Moscou, com ordens severas para que o mesmo não fosse alterado (BASBAUM, 1968a, p. 230/231).

O Vice-Presidente da República Café Filho assume e forma ministério onde predominam pessoas da UDN, partido de Carlos Lacerda, e diante da perspectiva da vitória de Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais, tentam sem sucesso adiar as eleições presidenciais. Após a vitória de JK, em manobra golpista, Café Filho se licencia por "problemas de saúde" e seu sucessor, o Presidente da Câmara dos deputados, Carlos Luz, tenta impedir a posse de Juscelino. O Ministro da Guerra, General Lott acaba desmontando o esquema golpista da UDN e garantindo a posse de Kubitschek. O capital financeiro, o imperialismo estadunidense e os setores mais à direita da sociedade brasileira, representados pela UDN, foram derrotados, mas em oito anos conseguiram chegar ao poder no Brasil.

3.3 A breve "liberdade" política que antecede o Golpe Militar

Em janeiro de 1956 assume Juscelino como Presidente eleito do Brasil, tendo João Goulart (jovem ex-ministro de Vargas e seu herdeiro político) como seu vice. Eleito pelas massas, inclusive com o apoio do PCB, havia se comprometido não a legalizar o partido dos comunistas, mas ao menos, defender a Petrobras como os comunistas tinham solicitado.

Logo no início do governo de JK, duas revoltas militares são debeladas (Jacareacanga e Aragarças) e a UDN novamente se vê frustrada. Na avaliação do veterano comunista Leôncio Basbaum sobre o governo de Juscelino tem-se que:

No mais, o período governamental de Juscelino foi realmente de absoluta liberdade política. Pela primeira vez na história, não havia presos políticos no país, e até mesmo os comunistas se movimentavam com ampla liberdade. Os que se achavam ocultos, Prestes, por exemplo, uns por medo da polícia, outros por estarem sujeitos a um processo ridículo, sem nenhuma base legal – herança do governo Dutra – foram aparecendo, entregando-se à justiça para serem julgados, obtendo liberdade provisória e sendo por fim absolvidos (BASBAUM, 1968a, p. 222).

Após tantos anos de torturas e prisões, mesmo continuando ilegal o PCB, os comunistas comemoram como se vivessem numa completa democracia.

Com a construção da nova capital da república no interior de Goiás foi dado enorme impulso ao desenvolvimento do interior do país, sendo esta nova apropriação do território uma necessidade do capitalismo. Na análise de Milton Santos (1979):

A mudança da capital para Brasília, as compensações financeiras ao Rio de Janeiro e o programa de ajuda ao Nordeste (com a criação da Sudene) não podem ser vistos isoladamente. A construção de Brasília foi um passo importante neste sentido, pois a rede de estradas, indispensável à afirmação do Estado sobre o conjunto do território, também era indispensável à expansão do consumo do que era produzido internamente (SANTOS, 1979, p. 147).

Em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Khruschev apresenta relatório no qual denuncia crimes de Stalin, que havia falecido três anos antes. Somente nove meses após a divulgação deste relatório Prestes encaminha carta ao Comitê Central definindo normas para a discussão desse assunto, onde ficava proibida qualquer crítica à União Soviética e ao PCUS.

O PCB entra em crise, se dividindo em pelo menos três grupos e após a expulsão de alguns destacados militantes, recupera-se, ainda que temporariamente, a integridade da agremiação partidária.

Em 1958 o Comitê Central do PCB divulga a chamada Declaração de Março, que rompia com a política do IV Congresso e, portanto, com os Manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950:

A Declaração de Março – como ficou conhecida – significou para o PCB o rompimento com o sectarismo e o dogmatismo que predominavam na sua política nos anos imediatamente anteriores. O processo de renovação que se desenvolve no interior do partido e a nova política esboçada pelo PCB serão calcados na defesa do pluralismo e do policentrismo, na intervenção consciente, ativa e unitária das grandes massas de trabalhadores no processo político no sentido de renovação democrática e socialista do país; na defesa intransigente das liberdades democráticas; na compreensão da revolução socialista como culminância do processo de conquista da hegemonia política pela classe operária e não mais em concepções golpistas e nos modelos insurrecionais; na compreensão do marxismo não como um conjunto de dogmas ou como filosofia da história, mas como um método de análise da realidade histórica concreta e como teoria da revolução; na busca de elaboração de uma política adequada à específica realidade histórica nacional etc. (SEGATTO, 1988 In: SANTOS, 1988, p. IV).

No ano de 1960, aproveitando a chamada semilegalidade, os comunistas organizam e fazem seu V Congresso. Bem diferente do anterior, neste pode-se realizar amplos debates.

Durante quatro meses, diferentes teses eram apresentadas na imprensa, estabelecendo-se um rico processo de discussão, onde até os militantes de base de regiões distantes dos grandes centros participavam ativamente.

Os delegados de todo o país são eleitos e o V Congresso aprova, em suas Teses e na Resolução Política que a etapa atual da revolução brasileira era anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática.

Reproduzimos aqui o final da Resolução Política do V Congresso do PCB:

A legalidade do Partido Comunista não é uma reivindicação exclusiva dos comunistas, mas uma medida necessária à consolidação da democracia em nosso país, um direito democrático de parcela considerável do eleitorado. A luta pela legalidade do Partido, tarefa imediata para todos os comunistas, deve ser conduzida tanto por meios jurídicos como através de mobilização da opinião pública, e assumir o caráter de um amplo movimento que receba o apoio de todas as forças democráticas (Resolução Política do V Congresso do PCB apud PCB, 1980, p. 69).

Preparando-se para a legalidade que acreditava estar por vir, o Partido chega a admitir que a chegada ao modo de produção socialista poderia ocorrer, no Brasil, através do aprofundamento da democracia, sem a obrigatoriedade de processo insurrecional, era o chamado reformismo.

Em janeiro de 1961 toma posse o sucessor de Juscelino, o candidato da UDN de São Paulo, Jânio Quadros. O vice eleito é novamente João Goulart, do PTB (na época, os eleitores votavam para presidente e em separado, para vice). Na visão de Basbaum:

A eleição do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República, com mais de 5 milhões de votantes, verificada no ano anterior, já era um sinal das modificações que se vinham verificando paulatinamente, a partir de 1955, na composição social dos grupos dirigentes do país: novos setores da burguesia nacional transladando-se, de armas e bagagens, para o campo imperialista, fortificando os grupos reacionários e direitistas, enquanto as forças esquerdistas se iam tornando mais fracionadas e os chamados Partidos populares ou populistas, como o Partido Trabalhista, o Socialista e o Comunista, perdendo substância e a confiança das massas (BASBAUM, 1968a, p. 243).

Em apenas sete meses de governo, Jânio chega ao que, provavelmente acredita ser uma situação de impasse. Eleito pelo que havia de mais reacionário no país, a UDN, tivera também a votação de massas populares devido à sua performance e discursos populistas. Ao mesmo tempo que para agradar à direita, adotava plano do Fundo Monetário Internacional (FMI), reatava relações com países socialistas, tentando agradar a setores populares. Acreditando, ao que parece, que se renunciasse à presidência, seria levado de volta ao cargo pelo povo e aí teria mais força para governar, talvez até estabelecendo um regime autoritário, Jânio Quadros renuncia em agosto de 1961.

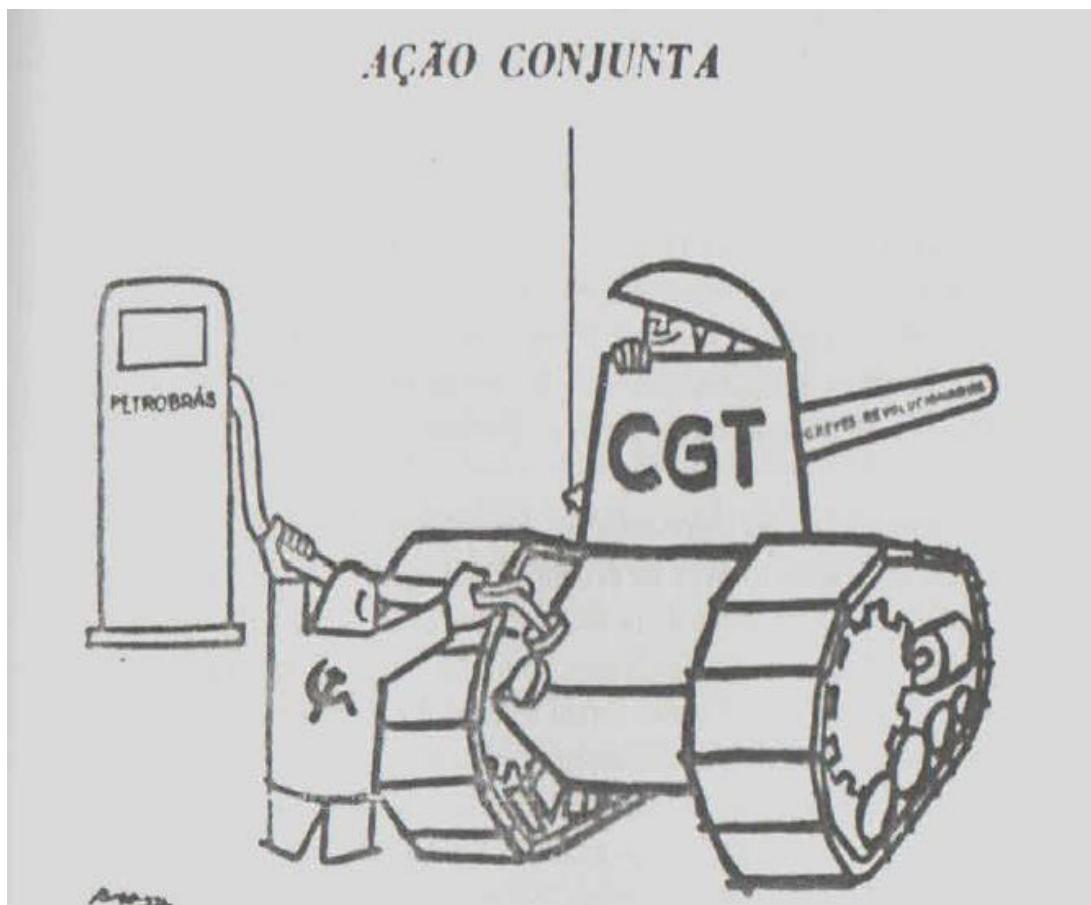
Os trabalhadores não se pronunciam sobre a saída do presidente, bem como a sociedade de modo geral. Os operários avançavam na organização de seu movimento e de suas entidades:

Para a constituição do CGT, foi de fundamental importância a vitória da aliança de líderes sindicais do PCB/PTB nas eleições para a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em fins de 1961. Derrotando os “ministerialistas” ou “pelegos”, que controlavam a entidade desde a sua fundação, a chapa vencedora seria um dos grandes suportes do CGT. Além da CNTI, o CGT englobaria diversas outras confederações, federações, intersindicais, pactos, comissões, fóruns, comandos, associações, união (SEGATTO, 1995, p. 176/177).

Na Figura 18, percebe-se a virulência das campanhas contra os comunistas, os trabalhadores e inclusive contra a Petrobrás.

Tais campanhas eram veiculadas em todos órgãos de imprensa de forma constante e sistemática.

Figura 18. Ação Conjunta



Fonte: O Estado de S. Paulo, 14.9.1963. AE/SP (In: Motta, 2002, p. 135).

A Central Geral dos Trabalhadores seria uma potente arma (no cano do tanque está escrito greves revolucionárias) abastecida pelos comunistas com combustível da empresa estatal, ou seja, com aval do governo de João Goulart.

João Goulart encontrava-se na China em missão de governo quando da renúncia de Quadros. Reacionários com forte apoio nas Forças Armadas se mobilizam para impedir que o vice-presidente tome posse. Era inadmissível que um trabalhista (ainda com apoio de comunistas) assumisse o governo brasileiro. Instalada a crise institucional, acha-se uma medida que visava contemplar a diferentes setores da sociedade, o parlamentarismo. Jango assume então uma presidência enfraquecida, mas pouco tempo depois, em plebiscito, os brasileiros optam por retornar ao presidencialismo.

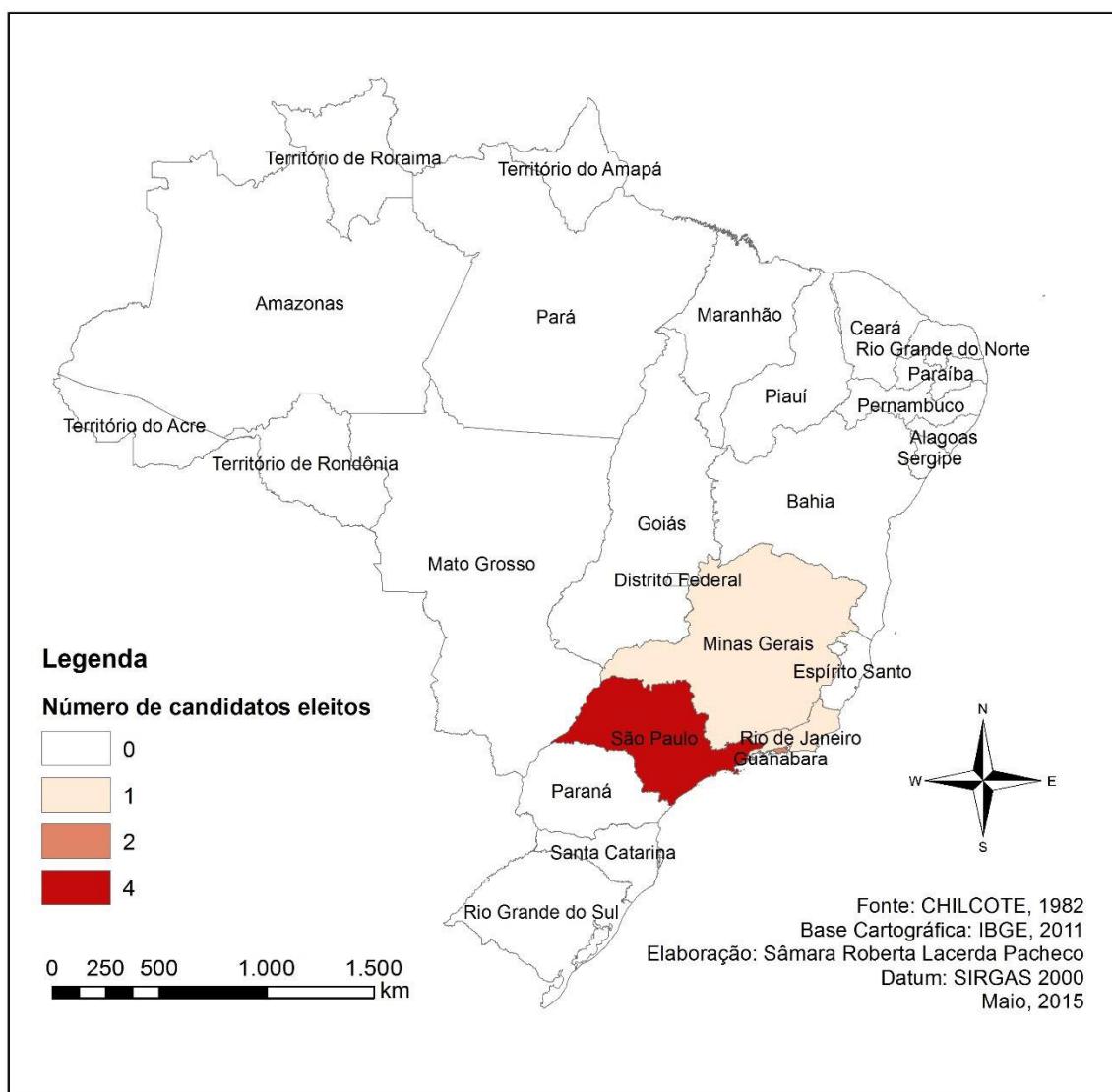
Empossado em setembro de 1961, Jango sofre a oposição do capital internacional e da burguesia nacional, que o acusavam de esquerdistas, a serviço dos comunistas e coisas

do tipo (BANDEIRA, 1983). Já o PCB e outras forças de esquerda o consideravam muito relutante, pouco comprometido com as causas populares.

O PCB, que aos poucos ia buscando espaços na vida política institucional do país, eventualmente conseguia fazer passar despercebidos da justiça eleitoral alguns candidatos seus abrigados em outras legendas. Muitas das vezes as candidaturas eram impugnadas por serem de comunistas, mas algumas conseguiram seu intento.

Na Mapa 3, temos a quantidade de Deputas Estaduais comunistas eleitos no governo de Jango, bem como em quais estados.

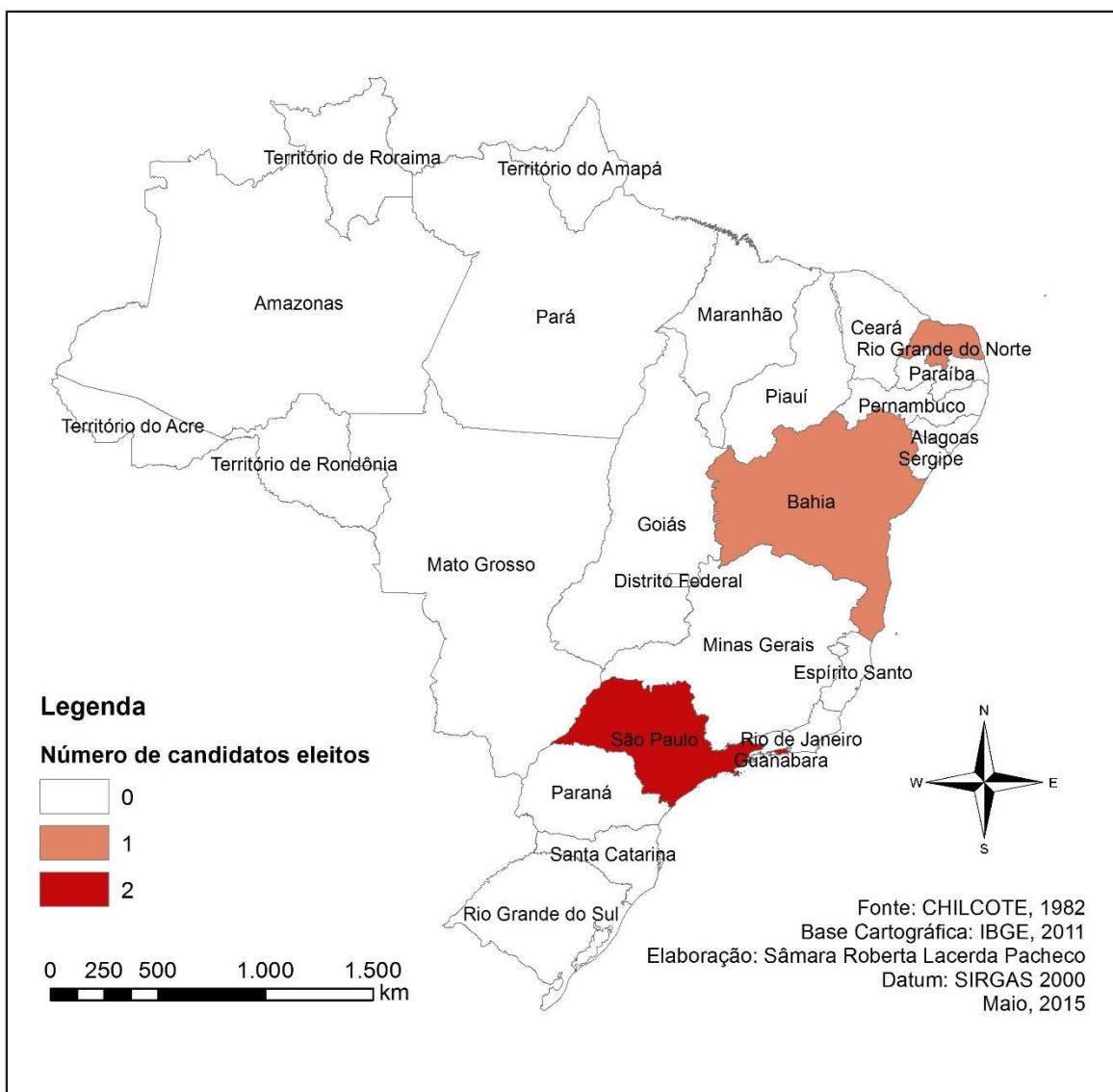
Mapa 3. Eleitos do PCB (em outras legendas) para Assembleias Legislativas (1962)



Organização do autor.

Ainda no mesmo ano de 1962, o PCB consegue que poucos de seus candidatos a Deputado Federal consigam escapar das impugnações da justiça eleitoral, vendo-se no Mapa 4 a quantidade e unidades da federação de origem dos comunistas eleitos.

Mapa 4. Eleitos do PCB para a Câmara Federal (1962)



Organização do autor.

Durante o período Goulart, surge, em 1962, ainda fruto das discussões internas do PCB de 1958, e das Resoluções do V Congresso, a maior dissidência havida até então no Partido. Alguns integrantes do Comitê Central, que não concordavam com as medidas adotadas visando facilitar a legalização do PCB, tais como a mudança de seu nome de

Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro e da inclusão no programa do Partido da hipótese de transição pacífica para o socialismo, através da consolidação da democracia, fundam novo partido com a sigla PC do B.

João Goulart vai se aproximando mais dos interesses populares durante o desenrolar de seu governo, prometendo realizar as chamadas reformas de base (agrária, política, econômica, da educação). As campanhas anticomunistas, contra as organizações de trabalhadores e contra o governo democrático de João Goulart tornam-se mais constantes ainda, como pode se ver na Figura 19.

Figura 19. “San Tiago Retorna do Oriente com Mala Cheia”



Fonte: Correio da Manhã, 2.6.1962. BPUC/MG (In: Motta, 2002, p. 133).

A viagem que o grande empresário Santiago Dantas, como ministro de Goulart, fez a países do Oriente em busca de expansão do comércio internacional brasileiro, é retratada como trazendo de volta para o Brasil, enorme quantidade de foices e martelos, ou seja, comunismo.

3.4 O golpe militar

O golpe militar de abril de 1964, que derrubou o governo constitucional de João Goulart não pode ser entendido, como fato ocorrido no Brasil, sem conexão com um longo processo de intervenção, das mais variadas formas, do governo estadunidense nos assuntos internos dos países do continente americano.

Não há um só país da América Latina em que essa intervenção não tenha sido praticada, pelo menos uma vez, quase sempre duas ou mais vezes. Só nos últimos anos do após-guerra, houve intervenção, entre outros, no Equador, na Bolívia, na Venezuela, em Cuba, na Argentina, na Guatemala, em São Domingos e no Brasil (BASBAUM, 1968b, p. 101/102).

Colocando-se no papel de polícia do mundo, os Estados Unidos, no que tange à América Latina, até pela proximidade da mesma com seu território, exerce seu poder econômico, político e militar visando à preservação de seus interesses:

Quais os objetivos, declarados ou não, dessas intervenções? Podemos designar alguns: 1) garantir os investimentos dos empresários americanos, ameaçados, ou com possibilidade de serem ameaçados, por alguma revolta popular ou por algum Presidente louco; 2) eliminar inimigos perigosos, sobretudo se, inadvertidamente, chegaram a Presidente ou se instalaram como Ditadores sem licença americana, a fim de colocar em seu lugar um amigo sincero dos Estados Unidos, para garantia da paz e da ordem; 3) essa paz visa permitir a exploração tranquila das matérias-primas e a garantia do mercado para os produtos manufaturados norte-americanos. 4) estabelecer bases militares. 5) depois da Revolução Cubana surgiu um novo motivo, ou pelo menos um excelente pretexto: a luta contra o comunismo e a invasão soviética (BASBAUM, 1968b, p. 102).

A análise de Milton Santos (2007) sobre o que ele chama de “movimento militar” de 1964 aponta para aspecto da conjuntura internacional, ao falar da participação brasileira na economia global:

A eclosão o movimento militar em 1964 corresponde a um impasse gerado entre a vocação modernizadora, que o governo Kubitschek simboliza, e as reivindicações populares. Mas sobretudo responde aos imperativos da participação do Brasil no bloco atlântico da economia mundial (SANTOS, 2007, p. 132).

Como bem documentado na obra de René Dreifuss (1981), o governo dos Estados Unidos financia com milhões de dólares as mais diversas atividades no Brasil que tivessem o objetivo de derrubar o governo Goulart. Este financiamento, para que não se ficasse comprovado o evidente desrespeito a todas as normas jurídicas internacionais que dizem respeito à autodeterminação dos povos, era feito através do complexo IPES/IBAD⁷ e também por empresas multinacionais.

Às inúmeras medidas de desestabilização do governo de João Goulart praticadas pela oposição burguesa, somavam-se o financiamento de governos estaduais conservadores por parte dos Estados Unidos, bem como o corte de acesso do governo central brasileiro a estes financiamentos:

(...) João Goulart não viu satisfeito seu pedido de reescalonamento das dívidas, para aliviar a situação da balança de pagamentos. Ao contrário, segundo telegrama publicado pela imprensa no dia 19 de junho de 1964, Thoma G. Mann – Sub-secretário de Estado para Assuntos Americanos – dos Estados Unidos, informou que o governo “distribuía entre os governadores eficientes de alguns Estados brasileiros, a ajuda que seria destinada ao governo João Goulart para equilíbrio de sua balança de pagamentos e outros fins, pois isso poderia beneficiar o Governo central” (BASBAUM, 1968b, p. 105/106).

Ainda no trabalho de Basbaum (1968), são relacionados os interesses que o governo estadunidense teve com ditadura brasileira, sendo que destes, apenas o último não foi concretizado:

Que desejava o governo americano de “um bom governo brasileiro”? 1) ruptura com Cuba; 2) garantia para seus investimentos ameaçados desde que Brizola encampa a Bond and Share de Pôrto Alegre; 3) Anulação da Lei de Remessa de Lucros; 4) Um acordo de colaboração militar, como havia sido feito com outros países latino-americanos; 5) estabilidade econômica e política, submissão ao Fundo Monetário Internacional, combate à inflação; 6) Liquidação da Petrobrás (BASBAUM, 1968b, p. 104).

⁷ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram entidades de fundamental importância para a implantação da ditadura militar no Brasil. Empresários multinacionais e brasileiros, juntamente com militares da reserva (com destaque para o general Golbery do Couto e Silva) financiaram, através destas entidades, propagandas de rádio, jornal e televisão bem como inúmeros movimentos e entidades por todo o território brasileiro que pudessem colaborar na desestabilização do governo de João Goulart. Através de cursos, seminários e conferências, também preparavam os quadros da elite que deveriam assumir os postos da máquina estatal brasileira assim que assumissem o poder (DREIFUSS, 1981).

No início de 1964, os marinheiros da Marinha de Guerra fazem revolta por melhores condições de trabalho, os fuzileiros navais enviados para prender os revoltosos aderem ao movimento. Os oficiais das forças armadas brasileiras já estavam inseguros com a revolta de sargentos havida pouco antes, também na busca de direitos elementares. Sobre a greve dos marinheiros, Coelho (2000) aponta:

O prejuízo político foi incalculável. Reforçou a tese dos golpistas de que a continuação de Goulart na presidência da República significaria o caos e a desordem. Transpareceu para a oficialidade que as ações de sargentos e marinheiros, com a conivência de Goulart, estavam minando a hierarquia e a disciplina – princípios sagrados para as Forças Armadas. Em editoriais duros e explícitos, os principais jornais do país exigiam o afastamento de Goulart (COELHO, 2000 p. 266).

Em março de 1964, é realizado no Rio de Janeiro o comício da Central do Brasil, onde Jango se compromete a realizar as reformas de base e efetivamente envia ao Congresso Nacional projeto nesse sentido.

Em São Paulo, a Igreja Católica realiza passeata “Com Deus, pela família e propriedade privada”, com a adesão de milhares de pessoas e com isso, fornece o pretexto e a fachada de revolução que os golpistas necessitavam para realizar seu intento.

Desfechado o golpe de primeiro de abril de 1964, o chamado esquema militar de João Goulart, que deveria protegê-lo dos golpistas, se mostra inexistente. Goulart parte para o exílio, inicia-se no Brasil novo e longo período ditatorial.

Os até então conspiradores a partir do golpe se tornam governo, apossando-se do aparelho estatal brasileiro:

Depois de abril de 1964 as posições de poder foram ocupadas por um grande número de Ipesianos e Ibadianos e por pessoas que as apoiavam, e que haviam participado da campanha para depor João Goulart e para conter a esquerda e o trabalhismo. A elite orgânica dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados foi capaz de assegurar poder econômico e administrativo, objetivamente transformando o aparelho do Estado em parte integrante dos interesses monopolistas que controlavam a economia. Os interesses multinacionais e associados foram capazes de controlar a vida política do Estado e de forjar sua máquina de acordo com as necessidades do capital monopolista, ocupando os cargos entrais de poder e determinando suas metas, procedimentos e meios (DREIFUSS, 1981, p. 419).

A burguesia brasileira opta pela dependência ao capital internacional, desde que garantida a não participação popular na vida política do Brasil, como sintetizado na citação abaixo:

(...) golpe de abril de 1964 expressou (...) o direcionamento político e econômico pretendido pela burguesia brasileira. Refletindo mais profundamente sobre o sentido do golpe, podemos afirmar que ele configurou a tendência tradicionalmente reacionária dessa burguesia, (...) as reformas janguistas não visavam nada mais do que a uma modernização autonomista e nacionalista para o país. Entretanto, para que tais reformas pudessem ser desencadeadas, era necessário ampliar os espaços democráticos e instalar um real Estado democrático-burguês no país. A perspectiva de maior participação popular nas decisões políticas bastou para que a burguesia brasileira, inclusive a “nacional”, recorresse a seu expediente historicamente aprovado. Novamente a saída é o bonapartismo, agora, através de uma instituição: o Exército, também tradicionalmente golpista e vinculado aos donos do poder (MAZZEO, 1999, p. 141).

Ainda constatando a opção, pelos que assumem o poder a partir de abril de 1964, por um capitalismo dependente dos grandes potenciais e pela não participação da maioria da população brasileira na definição dos destinos do país, citamos Milton Santos, (SANTOS, 2007):

A forma de Estado necessária para que a integração reclamada tivesse êxito sugeria novos pactos, que deveriam ser outorgados sem consulta às forças vivas da nação e, muito menos, à população como um todo. Apregoados como salvador das liberdades públicas, defensor dos interesses das classes médias e candidato à redenção das massas oprimidas, o golpe de Estado de 1964 buscava a concentração de poder nas mãos do governo central, de modo a facilitar a implementação dos investimentos necessários a essa nova etapa da economia brasileira e de sua participação dependente na economia mundial capitalista; e exigia a redução ou, mesmo, a eliminação dos direitos dos cidadãos, de modo a não poder haver protestos contra medidas que iriam se mostrar em desacordo com o interesse da sociedade nacional. A necessidade de maior concentração de poder e de mais coerção social iria mostrar-se cada vez mais aguda ao longo do período (SANTOS, 2007, p 132).

Se do ponto de vista político, o golpe de 1964 reitera a opção da burguesia brasileira por um modelo autoritário e antipopular, na economia do país, tratou-se de desenvolver, agora plenamente, um modelo que já estava vigente desde os anos de 1950, como argumenta Sonia Regina de Mendonça (MENDONÇA, 1985):

Do ponto de vista econômico, stricto sensu, o golpe de 1964 não correspondeu a nenhum marco no sentido da definição de um novo modelo de acumulação. Pelo contrário, seu papel foi apenas o de garantir a consolidação definitiva do modelo implantado nos anos 50, aprimorando-o. Uma vez “limpa a casa”, em pleno auge da recessão econômica, a política econômica do novo governo obedeceu a dois imperativos: a) recriar condições para financiar as inversões necessárias à retomada da expansão capitalista; e b) fornecer as bases institucionais do processo de concentração oligopolista a qual, até o momento, vinha se dando caoticamente (MENDONÇA, 1985, p. 75).

Tratando-se ainda do que diz respeito ao aspecto econômico, garantiu-se, com o golpe de 1964, o capital multinacional:

O controle direto do aparelho do Estado, através dele, dos outros setores das classes dominantes e das classes dominadas da sociedade foi, se não a forma mais completa de levar à frente os interesses do grande capital, pelo menos a forma mais eficiente e segura à disposição dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados. Resumindo, após 1964 o poder estatal direto transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia financeiro-industrial multinacional e associada (DREIFUSS, 1981, p. 419).

Em “A Urbanização Brasileira”, Milton Santos (Santos, 1994), analisa que:

O golpe de Estado de 1964, todavia aparece como um marco, pois foi o movimento militar que criou as condições de uma rápida integração do País a um movimento de internacionalização que aparecia como irresistível, em escala mundial (SANTOS, 1994, p. 36).

Dentre as condições às quais se referem a citação acima, criadas pelos governos militares pós 1964, podemos apontar o desenvolvimento das telecomunicações, o crescimento da malha rodoviária e a modernização da agricultura.

Em relação ao PCB, como se vê em Konder (1980), Santana (2001) e Mazzeo (2003), entre outros autores, que se fiara na existência do esquema militar de Jango e apostara na democracia, o que ocorre é que, logo no início do período ditatorial, o Partido será rigidamente perseguido. Sindicatos e associações diversas que tinham grande presença dos comunistas sofrem intervenção do novo governo, milhares de brasileiros são presos, respondem a inquéritos militares e a tortura, ainda não como uma política de Estado, aparece em alguns casos.

Com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI 5), em dezembro de 1968, a ditadura brasileira assume de vez seu caráter fascista.

Várias outras organizações e partidos clandestinos, a maioria de esquerda, surgem no cenário do país, alguns organizando guerrilha urbana, outros, a guerrilha rural. Todos foram severamente perseguidos e destruídos, seus integrantes foram presos e a tortura, a partir daí torna-se política de Estado. Admite-se, nos dias atuais, que algo em torno de quinhentos brasileiros foram assassinados pela ditadura militar.

O PCB define política de enfrentamento ao regime militar através de formação de ampla frente democrática, refutando as opções foquistas guerrilheiras, política que com o tempo se mostrará correta.

Após o desmantelamento dos grupos guerrilheiros, e em preparação ao processo de abertura política, como se constata em Elio Gaspari (2003), a repressão se abate sobre o PCB (que não havia feito oposição armada ao regime) e o PC do B e em 1974, 1975 e 1976, várias dezenas de dirigentes nacionais e estaduais dessas agremiações são mortos e em muitos casos, nem mesmo os corpos são devolvidos às suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em artigo intitulado “O Espaço e o contra-espaço”, Ruy Moreira (2007) demonstra que na sociedade civil burguesa, os que não se identificam com o arranjo espacial vigente, o espaço instituído, respondem com aquilo que o autor chama de contra-espaço, que define como “uma luta por formas novas e democráticas de espaço” (MOREIRA, 2007, p. 106). Acreditamos que a história de luta travada pelo PCB no território brasileiro pode ser identificada como um esforço contínuo, ao longo do quase um século de sua existência, de construir e oferecer à sociedade um “contra-espaço”, uma alternativa aos projetos da sociedade civil burguesa que historicamente comandam o território e a sociedade no país.

Vimos no Capítulo 1 que com o final da escravidão e o grande aumento do fluxo de imigrantes da Europa para o Brasil, difundem-se as ideias anarquistas e socialistas no país. Também neste primeiro capítulo vimos como o Brasil durante séculos povoou as faixas litorânea e sub-litorânea, em detrimento do interior do país e das poucas ligações entre seus núcleos urbanos, configurando situação semelhante à de um arquipélago, como se fossem as cidades e vilas ilhas desconectadas entre si.

A partir da Revolução Russa de 1917, fortalece-se o pensamento comunista no Brasil e em 1922 é fundado o PCB. As três primeiras décadas do século XX em nosso país são marcadas por várias revoltas contra o domínio da aristocracia rural, que a muito se apropriara da máquina estatal brasileira. Entre estes movimentos destaca-se o de 1924, que originaria a Coluna que viria a ser chamada de Coluna Prestes.

O PCB em quase todo este período é mantido na ilegalidade, com os problemas diversos decorrentes disso. Apesar das dificuldades, o Partido consegue pela primeira vez, em 1928, através do Bloco Operário e Camponês, eleger representante seu ao poder legislativo. Ao final do Capítulo 1 verificamos o esgotamento da chamada política de “Café com Leite” e sua derrubada pela Revolução de 1930.

No segundo capítulo, vimos como a Revolução de 1930 e a tentativa paulista de derrubá-la, em 1932, não tem a participação dos comunistas, que em fase de radicalização de sua política, não conseguiam acompanhar eficientemente as transformações que ocorriam no território brasileiro.

Inicia-se nas primeiras décadas do século XX o processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira.

A radicalização da época também ocorria entre a direita, que se organiza, no seu contingente mais extremo, na Ação Integralista Brasileira. Integralistas de um lado e Comunistas, Socialistas e outras forças do movimento social se enfrentam na chamada “Batalha da Praça da Sé” quando os Integralistas são postos a correr.

Ainda como fruto da radicalização de sua política, o PCB, já com o ingresso de Prestes, junto com a ANL e com a participação e aval da III Internacional, a Comunista, realiza fracassada revolta visando a derrubada do governo de Vargas. O movimento acaba sendo quase que exclusivamente uma revolta militar e é rapidamente derrotado pelas forças legalistas.

A partir de 1935, aperfeiçoa-se e cresce muito a propaganda anticomunista por parte do Estado brasileiro e em 1937, valendo-se do anticomunismo, Getúlio Vargas dá um golpe e institui a ditadura chamada “Estado Novo”. O PCB que já vinha sendo desde 1935 seriamente reprimido, quase deixa de existir.

Inicia-se a Segunda Guerra Mundial, os comunistas organizam forte mobilização popular visando que Vargas rompesse com suas iniciais simpatias aos países do Eixo e que o governo brasileiro se alinhasse com os Aliados.

Entre 1930 e 1945, com a centralização de poder promovida por Vargas, o Estado passa a contar com maior volume de recursos que os investe na industrialização. Uma nova lógica econômica e territorial vai se formando com o crescimento do mercado interno advindo do esforço governamental de se industrializar o Brasil.

No capítulo três, vimos que terminada a Segunda Guerra, inicia-se breve período democrático no Brasil. No final de 1945, eleições livres são realizadas no Brasil, precedidas pela anistia política e legalidade de todos os partidos, inclusive o PCB. Grandes mobilizações populares ocorrem e o PCB tem quase 10 % dos votos no país, sendo que nas grandes cidades, onde há concentração de classe operária, seu desempenho é bem maior.

Já em 1946, o registro do PCB é cassado e logo após, os mandatos dos comunistas eleitos pela legenda do PCB também.

Com os documentos de 1948 e 1950, o PCB adota política radical, dando pouca importância à política institucional e ao sindicalismo. Em 1958, na chamada “Declaração de Março” o PCB, já numa menos rígida ilegalidade, adota política de maior participação na vida institucional do país.

O pós-1945 é período quando se intensificam a urbanização e industrialização do território brasileiro, Brasília é construída e tem impulso a interiorização do país. Começa a

chamada era técnico-científica e a integração nacional, São Paulo tem consolidada sua condição de metrópole.

O PCB aprofunda sua luta pela construção de uma democracia no Brasil e em 1964, com o golpe militar de abril, é pego de surpresa e vive, durante a ditadura, sua quase extinção. A burguesia brasileira havia feito sua definitiva opção pelo autoritarismo e pelo capitalismo dependente às grandes potências e ao capital internacional.

Em sua longa trajetória, o PCB teve várias mudanças em suas políticas, erros e acertos foram cometidos, mas o fato é que raríssimas vezes deixou de ser combatido pelo aparelho estatal.

No balanço sobre quase sessenta e três anos de vida partidária que faz Brandão (1997), temos as seguintes considerações:

Entre 25/3/1922 e 25/1/1985, o PCB teve pouco menos de três anos e meio de plena legalidade, a saber: 3 meses e meio de 1922 (7/4/1922 até 5/7/1922 excluído), 6 meses em 1924 de 1/1/1924 até 5/7/1924 excluído), 7 meses e meio em 1927 (de 21/2/1927 a 12/8/1927 excluído) e 25 meses após a Segunda Guerra Mundial (de 18/4/1945 até 7/5/1947 excluído). O total dá 41 meses (1.247 dias, quase 5% de seus 22.925 dias de vida). No entanto, é preciso distinguir ilegalidade com perseguições ocasionais (1922-35, 1947-56, 1979-1984), ilegalidade com clandestinidade estrita (1935-45, 1964-79) e períodos de legalidade de fato (1956-64)". Em "Problemas da construção da história do Partido Comunista Brasileiro", Novos Rumos, n. 1, Novos Rumos, São Paulo, 1986 nota 22, p. 84 (BRANDÃO, 1997, p. 166/ 167).

Esses longos períodos de clandestinidade acarretaram problemas que muitas vezes se demonstraram insuperáveis.

Na ditadura, o PCB teve a correta política de que somente uma ampla frente democrática conseguiria encerrar o ciclo de governos militares, não participando das guerrilhas foquistas que tentaram derrubar os generais do poder.

Findada a ditadura, o pouco que restara do PCB tenta buscar espaço político numa realidade partidária criada pelos militares visando sua saída do poder, onde já estava, entre outros, legalizado e em pleno funcionamento já há anos, o Partido dos Trabalhadores (PT), que com exclusividade mantida pela ditadura, filiara a seus quadros as pessoas com perfil político mais à esquerda. Mesmo se declarando como não marxista e não socialista, o PT teve (e ainda tem, cada vez menos) a participação de grupos de esquerda que nunca conseguiram retirar do grupo de Lula o controle da máquina partidária.

Após o fim da União Soviética, setores do PCB realizam um congresso, em 1992, em que, com a participação e votos de não membros do Partido, resolvem transformá-lo no Partido Popular Socialista, o PPS. Com esse procedimento, o PPS é reconhecido pela justiça eleitoral.

Outros comunistas também do PCB, não aceitando a transformação no ilegítimo congresso (pois contrariava os estatutos partidários a participação e voto de não filiados) se organizam de imediato, buscando na justiça a manutenção do registro do PCB. São obrigados pela justiça eleitoral a preencher todos os requisitos da lei, como se tratasse de um novo partido, o que ocorre em 1995, quando finalmente o PCB cumpre as exigências do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na análise de Michel Zaidan Filho (ZAI DAN FILHO, 1998) os partidos socialistas no Brasil, após o fim da União Soviética, podem ser classificados como tendo linhas paleo-comunista, neocomunista ou pós-comunista. No Brasil, os paleo-comunistas seriam o PC do B, o PSTU e o PCB. Já os neocomunistas seriam integrantes de setores do PT e o PPS.

Como pós-comunistas, Zaidan classifica grupos que não mais se referenciam na cultura política marxista, sendo orientados por questões tais como gênero, etnia, ambientalismo e etc. Discordamos desta classificação de Zaidan Filho (1998), considerando já estar defasada em função dos quase vinte anos decorridos da realização da mesma.

O PCB, em face de seus erros, de sua quase destruição pela ditadura militar, de suas dissidências e do surgimento da chamada nova esquerda, nos dias atuais não tem quase nenhuma expressão na política institucional do Brasil, há anos não elege nenhum deputado sequer.

Por fim, consideramos que o PCB influiu na construção do território brasileiro, como excluído, contrapondo ao longo de décadas, através de inúmeras lutas em defesa das causas populares, seu contra-espacço, em confronto ao espaço dominante.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aroldo de. **Brasil**: a Terra e o homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1970.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961–1964) – 6^a ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 187 p.

BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. **O ano vermelho**: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. 418 p.

BASBAUM, Leônicio. **História sincera da República**: de 1889 a 1930. São Paulo: ALFA-ÔMEGA, 1986. 5 ed. 316 p.

_____. **História sincera da República**: de 1930 a 1960. São Paulo: Fulgor 1968a. 3. ed. 252 p.

_____. **História sincera da República**: de 1961 a 1967. São Paulo: ALFA-ÔMEGA, 1968b. 216 p.

BECKER, Bertha K., EGLER, Claudio A. G. **Brasil** uma nova potência regional na economia-mundo-6^o ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 268 p.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva**: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997. 290 p.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1965. 229 p.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais no Brasil: Alguns Pontos Controversos. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M., COUTINHO, Renata (org.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil N° 2**: Ensaios sobre a crise. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983. p. 241-255.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877 – 1944)**. São Paulo: Difel, 1984. 486 p.

_____. **O P.C.B. (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982a. 350p. (v. 1).

_____. **O P.C.B. (1943-1964)**. São Paulo: Difel, 1982b. 325p. (v. 2).

_____. **Revolução do Brasil Contemporâneo (1922 – 1938)**. São Paulo: Difel, 1975. 141p.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração 1922 – 1972**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. 413 p.

COELHO, Marco Antonio Tavares. **Herança de um sonho: as memórias de um comunista**. Rio de Janeiro; Record, 2000. 528 p.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, 3^a Ed. 362 p.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu longe demais: A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)**. São Paulo: Editora Unesp, 2007. 306 p.

DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo: (1880-1945)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro / Editora da Universidade de São Paulo, 1971. 272 p.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. -2^a ed.- Petrópolis RJ: Vozes, 1981. 814 p.

DULLES, John W. F. **O Comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclisma mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 366 p.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder:** formação do patronato político brasileiro. Vol. II/10 ed. - São Paulo: Ed. Globo/Publifolha, 2000, 392 p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2004. 660 p.

_____. **Trabalho Urbano e Conflito Social.** São Paulo: DIFEL, 1983, 283 p.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social.** Bauru: Edusc, 1998. 400 p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1989. 248 p.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 538 p.

GIOVANETTI NETTO, Evaristo. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946.** São Paulo: Editora Novos Rumos, 1986. 210 p.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da Vida Privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 489-558.

GOMES, Horieste. **A Produção Do Espaço Geográfico No Capitalismo.** -2º ed. São Paulo: Contexto, 1991. 74 p.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial.** São Paulo: Ática, 1978. 592 p.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil:** das origens aos anos vinte. São Paulo: Global Ed., 1982. 416 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Para uma Nova História.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. 174 p.

JOFFILY, José. **Harry Berger**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1987, 185 p.

KONDER, Leandro. **A Democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. 156 p.

_____. **História das Idéias Socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 96 p.

LEAL, Murilo. **À Esquerda da Esquerda: Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952 – 1966)**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 280 p.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

_____. **Marxismo**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013. 128 p.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Geografia: conceitos e temas-7^a Ed.**- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2005. p. 309-352.

MAFFEI, Eduardo. **A batalha da Praça da Sé**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 179p.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia Inacabada** a política dos comunistas no Brasil. Marília: Unesp-Marília Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999. 200p.

MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Isabel. **Corações Vermelhos** Os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003. 312p.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil:** opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 106p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000. 432 p.

_____. **Geografia Histórica do Brasil:** capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011. 160 p.

_____. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005. 154 p.

MORAES, João Quartim de. **A Esquerda Militar no Brasil:** da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Siciliano, 1991, 169 p.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Márcio. **Conversas com Historiadores Brasileiros** (entrevista com Emília Viotti da Costa). São Paulo: Editora 34, 2002. 400 p.

MORAES FILHO, Evaristo. A proto-história do marxismo no Brasil. In: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.). **História do Marxismo no Brasil.** vol. 1 – O Império das revoluções. Campinas, Ed. da Unicamp, 2003, p.13-58.

MORAIS, Fernando. **OLGA:** A vida de Olga Benário Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985, 314 p.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espacô: as dimensões territoriais da vida civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton (et al.). **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3.ed. 416 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”** o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. 297 p.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981. 420 p.

OIKAWA, Marcelo Eiji. **Porecatu**: a guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 408 p.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)**. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1984. 235 p.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros**: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995. 258 p.

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaios Históricos e Políticos**. São Paulo: Editora Alfa - Omega, 1979. 240 p.

_____. **Formação do PCB**: (Partido Comunista Brasileiro – 1922-1928). Lisboa: Prelo, 1976. 171 p.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Massacre na Lapa**: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB-São Paulo 1976. - 3. ed., rev.- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 192 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. 408 p. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970. 355 p.

REIS, Dinarco. **A Luta de Classes no Brasil e o PCB**. São Paulo: Editora Novos Rumos Ltda., 1982. 176 p. (v. 1).

ROSE, R. S.; SCOTT, Gordon D. **JOHNNY**: a vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935. Rio de Janeiro: Record, 2010, 600 p.

ROIO, Marcos Del. **A Classe Operária na Revolução Burguesa**: a política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. 338 p.

_____. O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.). **História do Marxismo no Brasil**. vol. 1 – O Império das revoluções. Campinas, Ed. Da Unicamp, 2003, p. 59-122.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. 311 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 392 p.

_____. **A Urbanização Brasileira**. - 2^a Ed.- São Paulo: Editora HUCITEC, 1994, 157 p.

_____. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. In: RATTNER, Henrique (org.). **Brasil 1990** caminhos alternativos do desenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 143-161.

_____. **O Espaço do Cidadão**. - 7^a ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 169 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. -13^a Ed.- Rio de Janeiro: Record, 2001, 473 p.

SANTOS, Raimundo. **A Primeira Renovação Pecebista**: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, 280 p.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e Urbanização Brasileira. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 381-464.

SEÇÃO de Educação da Comissão Estadual de Reorganização do PCB. Linha de Frente. São Paulo: Editora desconhecida, 1980.

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. 135 p.

_____. **Reforma e Revolução: As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 272p.

SEGATTO, José Antônio, PAULO NETTO, José; RAMOS NÉTO, José; AZEVEDO, Paulo Cesar de; SACCHETTA, Vladimir. **PCB 1922-1982: memória fotográfica**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 151 p.

SILVA, Emiliana Andréo. **O Despertar do campo: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003, 177 p.

SILVA, Hélio Schlittler, Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no Século XIX. **Revista de História da Economia Brasileira**, ano 1, jun 1953.

SILVA, Idalice Ribeiro. **“Flores do Mal” na Cidade Jardim: comunismo e anticomunismo em Uberlândia 1945-1954**. 2000. 444 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SODRÉ, Nélson Werneck. **A Coluna Prestes: análise e depoimentos**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora: 1985. 128 p.

_____. **Contribuição à História do PCB**. São Paulo: Global Editora, 1984. 119 p.

_____. **História Militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 439 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Geografia:** conceitos e temas.-7^a Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. (Org.). São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 57-72.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes (org.). **Pão, Terra e Liberdade:** memória do movimento comunista de 1935. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995. 588p.

_____. **Revolucionários de 35:** sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 413 p.

VINHAS, Moisés **O Partidão:** a luta por um partido de massas 1922 – 1974. São Paulo: Hucitec, 1982. 268 p.

WAACK, William. **Camaradas:** nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 381 p.

WELCH, Clifford; GERALDO, Sebastião. **Lutas camponesas no interior paulista:** memórias de Irineu Luiz de Moraes, São Paulo: Paz e Terra, 1992. 213 p.

ZAIDAN FILHO, Michel. **Comunistas em céu aberto: 1922-1930.** Belo Horizonte: Oficina de Livros: 1989. 139 p.

_____. A Esquerda Pós-comunista no Brasil In: Vários autores. **América Latina:** história, idéias e revolução. São Paulo: Xamã, 1998. p. 241- 246.

ANEXOS

1945 (2 de Dezembro) – PCB Legalizado				
Tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)
Municipal	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-
Federal	Pernambuco	Deputados	Gregório Lourenço Bezerra	14341
			Luiz Carlos Prestes (substituído por Morais Coutinho)	9270
			Agostinho Dias de Oliveira	5160
		Suplentes	Dr. Alcedo de Morais Coutinho	2917
			Silio Furtado Soares de Meireles	1516
			Sindulfo Correia José	1016
			Adalgisa Rodrigues Cavalcanti	849
			Dr. Rui da Costa Antunes	706
			Carlos Augusto do Rego Cavalcanti	651
			Alfredo Richmond	554
			Antonio Marques da Silva	-
			Manuel Casimiro de Lima	-
			Joaquim Cavalcanti Filho	-
			José Francisco Monteiro	-
			Vicente Barbosa da Silva	-
			Dr. Frederico Freire	-
			Brivaldo Leão de Almeida	-
			José Francisco Luis	-
			João Rodrigues Sobral	-

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 312/313.

1945 (2 de Dezembro) – PCB Legalizado				
Tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)
Municipal	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-
Federal	Bahia	Deputado	Carlos Marighella	5188
		Suplentes	Juvenal Luiz do Souto Jr.	2824
			Diógenes Arruda Câmara	2735
			Luis Carlos Prestes	1368
			Nelson da Silva Schaun	932
			Edgard Paulo da Mata	925
			João da Costa Falcão	870
			Joaquim S. do Vale Cabral	713
			Valdir de Oliveira e Sousa	624
			Eusino Gaston Levigne	-
			Vicente de Paulo de Jesus	-
			Demócrito Gomes de Carvalho	-
			Manuel Batista de Sousa	-
			Giocondo Gerbasi Alves Dias	-
			Armênico Guedes	-
			Mecnas da Silveira Mascarenhas	-
			Alfredo Moreira de Freitas	-
			João do Carmo	-
			Aurélio Justiniano Da Rocha	-
			Aristeu Nogueira Campos	-
			Ariston Andrade	-
			Estanislau José de Santana	-
			Jacinta Passos Amado	-

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 313/314.

1945 (2 de Dezembro) – PCB Legalizado				
Tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)
Municipal	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-
Federal	Rio de Janeiro	Deputados	Claudino José da Silva	11291
			Alcides Rodrigues Sabença	6403
		Suplentes	Henrique Cordeiro Oest	5379
			Jos Barreto Gomes	4508
			Celso Cabral de Melo	2694
			Luiz Carlos Prestes	2668
			Maria Geni Ferreira da Silva	1028
		Senador	Luiz Carlos Prestes	157397
		Deputados	Luiz Carlos Prestes (substituído por Batista Neto)	27664
			João Amazonas de Souza Pedroso	18379
			Maurício Grabois	15243
Federal	Distrito Federal	Suplentes	Joaquim Batista Neto	14177
			Francisco Gomes	13683
			Agildo da Gama Barata Ribeiro	1549
			Iguatemi Ramos da Silva	1453
			Manuel Venâncio Campos da Paz	1274
			Pedro Paulo Sampaio de Lacerda	836
			Manuel Alves da Rocha	563
			Eugênio Álvaro Moreira	-
			Abel Abreu Chermont	-
			Pedro de Carvalho Braga	-
			Antônio Soares de Oliveira	-
			Hilton Machado de Vasconcelos	-
			Alvina Correia do Rego	-
			Álvaro Soares Ventura	-

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 314/315.

1945 (2 de Dezembro) – PCB Legalizado				
Tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)
Municipal	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-
Federal	São Paulo	Deputados	José Maria Crispim	36657
			Osvaldo Pacheco da Silva	18420
			Jorge Amado	15315
			Mário Scott	13570
		Suplentes	Milton Caires de Brito	10595
			Luis Carlos Prestes	10476
			Caio Prado Júnior	9315
			Euclides Savieto	7297
			Gervásio Gomes de Azevedo	5662
			Antonio Patrocínio Oliveira	4790
			Roque Trevisan	4353
			Ernesto Alves	4005
			Luíza Pessanha Camargo Branco	3783
			Francisco Siedler	3301
			Lázaro Maria da Silva	3206
			João Mendonça Falcão	3013
			Samuel Barnsley Pessoa	3003
			Antonio Tavares de Almeida	2992
			Maria Carlota Vizotto	2544
			Antônio Campos	2542
			Juvenal Alves de Oliveira	2431
			João Sobrinho Primo	2286
			Catulo Branco	2217
			Abelcio Bitencourt Dias	1984
			Jair Rocha Batalha	1924
			Reginaldo Xavier de Carvalho	1752
			Eurico Paranhos	1591
			Cândido Portinari	1585
			Rafael Corrêa Sampaio Filho	1453
			Luiz Franceschini	1097
			Lutgardes Bastos	1092
			José Maria do Nascimento	1065
			Benedito Dias Batista	899
			Antônio Alves dos Santos	615
			Enrico Magalhães da Silveira	596

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 315/316.

1945 (2 de Dezembro) – PCB Legalizado				
Tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)
Municipal	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-
Federal	Rio Grande do Sul	Deputado	Luiz Carlos Prestes (substituído por Abílio Fernandes)	11849
		Suplentes	Abílio Fernandes	5947
			André Trifino Correia	3508
			Oto Alcides Ohlweiler	3079
			Dyonelio Tubino Machado	2320
			Lucas Forte dos Santos	1481
			Deburgo de Deus Vieira	1432
			Manoel Jover Telles	1206
			Júlio de Sousa Teixeira	814
			Gashypo Chagas Pereira	809
			Arlindo Ferreira de Sousa	807
			Santos Soares	798
			Percy de Abreu Lima	742
			Antonio Teixeira e Silva	586
			Deborah Sousa Ribeiro	-
			Albino Portela Fagundes	-
			César Augusto da Costa Ávila	-
			Sérgio Olmos	-
			Carlos Lima Aveline	-
			Álvaro Moreyra	-
			Richard Ellwanger	-
			Nicácio Fernandes da Costa	-

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 316.

1947 (19 de Janeiro)				
Tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)
Municipal	-	-	-	-
Estadual	Pará	Deputado	Henrique Felipe Santiago	699
		Suplentes	Guilherme de La-Roque	520
			Ritacínia Ramos Pereira	514
			Diego Narciso Coelho da Costa	-
			João Gomes Pereira	-
		Suplentes	Saturnino Arlindo Ribeiro	-
	Ceará	Deputados	José Pontes Neto	4295
			José Marinho de Vasconcelos	876
		Suplentes	Aldi Mentor Couto Melo	664
			Euclides Maia	661
			Antônio dos Santos Teixeira	478
			Pedro Teixeira de Oliveira	544
			Humberto Lucena Lopes	-
	Paraíba	Deputado	João Santa Cruz de Oliveira	1654
		Suplentes	Félix de Sousa Araújo	1516
			Alegício dos Santos Lima	607
			Geraldo Moura Baracul	-
			José Feodripe	-
		Suplentes	José Vandregiselo de Araújo Dias	-
	Espírito Santo	Deputado	Benjamin de Carvalho Campos	999
		Suplentes	Luís Simões de Jesus	523
			Pedro Correia Reis	-
			Antônio Ribeiro Granja	-
			Rodrigo de Sá Cavalcanti	-
	Federal	-	-	-

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 317,318 e 319.

1947 (19 de Janeiro)				
Tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)
Municipal	-	-	-	-
Estadual	Pernambuco	Deputados	David Capistrano da Costa	3117
			Rui da Costa Antunes	2839
			Valdo Cardoso de Aguiar	2676
			Amaro Francisco de Oliveira	2658
			Adalgisa Rodrigues Cavalcanti	2305
			José Leite Filho	1817
			Francisco Antônio Leivas Otero	1760
			Eliazar Machado	1757
			Etelvino de Oliveira	1737
		Suplentes	Demócrito Ramos da Silveira	1525
			Alfredo Richmond	1476
			Luiz Braz da Luna	1037
			Valdemar Luiz Alves	980
			Otávio Ramos do Nascimento	959
	Alagoas	Deputados	André Papini de Góis	895
			José Maria Cavalcanti	506
			Moacir Rodrigues de Andrade	-
		Suplentes	José Almeida	-
			Jaime Barbosa da Silva	-
			José Francisco de Oliveira	-
			José Lima Sobrinho	-
			Oscar Silva	-
	Sergipe	Deputado	Armando Domingues da Silva	657
		Suplentes	Carlos Garcia	509
			João Batista de Lima e Silva	
			Manuel Francisco de Oliveira	-
			Ofenísia Soares Freire	-
			Júlio Bispo dos Santos	-
	Bahia	Deputados	Giocondo Gerbasi Alves Dias	1904
			Jaime da Silva Maciel	1174
		Suplentes	Mário Alves de Souza	718
			Eunísio Gaston Lavigne	621
			José Ferreira de Sousa Filho	556
			João Ribeiro dos Passos	536
			Saul Coriolano Rosas	-
Federal	-	-	-	-

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 318/319.

1947 (19 de Janeiro)				
_tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)
Municipal	-	-	-	-
Estadual	Rio de Janeiro	Deputados	Pascoal Elídio Danielli	2465
			Lincoln Cordeiro Oest	2379
			Valquírio de Freitas	2124
			José Brigagão	1965
			Josias Ludolf Reis	1859
			Celso Paulo Fernandes Torres	1831
		Suplentes	Horácio Valadares	1436
			Edgard Leite Ferreira	1414
			Caetano Regis Batista	1364
			Benigno Rodrigues Fernandes	1223
			Mário Paulo de Matos	1183
Federal	São Paulo	Deputados	Milton Caires de Brito	17692
			Maurílio Muraro	10041
			Roque Trevisan	8530
			João Taibo Cadorniga	8329
			Lourival Costa Villar	8288
			Estocel de Moraes	7356
			Clóvis de Oliveira Neto	6502
			João Sanches Segura	6267
			Armando Mazzo	6140
			Catulo Branco	5448
			Caio Prado Júnior	5257
		Suplentes	Lazáro Maria da Silva	5054
			Zuleika Alambert	4654
			Celestino dos Santos	4637
			Mário Schemberg	3092
			Rio Branco Paranhos	3081
Federal	-	-	-	-

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 319/320.

1947 (19 de Janeiro)				
_tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)
Municipal	-	-	-	-
Estadual	Paraná	Deputado	José Rodrigues Vieira Neto	775
		Suplentes	Manuel L. da Costa Jr.	775
			Antônio Carlos Raimundo	-
			Nelson Torres Galvão	-
			Mozart de Oliveira Valim	-
		Rio Grande do Sul	Miguel Pan	-
			Oto Alcides Ohweiller	2327
			Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto	2231
			Dionélio Machado	1876
		Suplentes	Júlio de Souza Teixeira	1679
			Antônio Lustenes Peres Barros	1413
			José César de Mesquita	1134
			Manoel Jover Telles	1108
			Antônio Ferreira Martins	1068
	Minas Gerais	Deputado	Armando Ziller	2845
		Suplentes	Lindolfo Hill	1600
			Jacinto Augusto de Carvalho	1201
			Sebastião Francisco de Azevedo	1150
			Roberto Margonari	1122
		Goiás	Orlando Bonfim Júnior	944
			Abraão Isaac Neto	635
			Afrânio Francisco de Azevedo	583
			Suplentes	Paulo Alves da Costa
				557
	Mato Grosso	Deputados	Epifânio Bezerra	543
			José Gomes Pedres	510
		Suplentes	Rádio Maio	-
			Benedito Domingues da Silva	-
			Vicente Bezerra Neto	-
			Alberto Neder	-
			Cid Apolinário de Moraes	-
			João Ávila de Mesquita	-
Federal	-	-	-	-

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 320/321.

1947 (19 de Janeiro)				
_tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)
Municipal	Distrito Federal	Vereadores	Pedro de Carvalho Braga	10520
			Agildo Barata	9689
			Ótavio Brandão Rego	5257
			Manuel Lopes Coelho Filho	4075
			Bacelar Couto	3872
			Manuel Venâncio Campos de Paz	3755
			Arcelina Mochel	3704
			Aparício Torelly	3699
			Arlindo Pinho	3189
			João Massena	3187
			Ari Rodrigues	2907
			Aloísio Neiva	2742
			Antônio Soares de Oliveira	2641
			Amarílio Vasconcelos	2604
			Hermes de Caires	2374
			Iguatemi Ramos	2189
			Odila Schmidt	2129
			Joaquim José Reio	2121
		Suplentes	Joaquim Baroso	2078
			Elvira Prestes	1807
			Carlos Fernandes	1801
			Lia Correia Dutra	1784
			Sebastião Luiz dos Santos	1767
Estadual	-	-	-	-
Federal	-	-	-	-

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 322.

1950 (3 de Outubro)*				
_tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)
Municipal	Distrito Federal	Vereadores	Aristides Saldanha (eleito pelo PRT)	4477
			Milton José Lobato (eleito pelo PRT)	4388
			Elizeu de Oliveira (eleito pelo PRT)	2492
Estadual	Pernambuco	Deputado	Paulo de Figueiredo Cavalcanti (eleito pelo PSP)	3996
Federal	Distrito Federal	Deputado	Roberto Morena (eleito pelo PRT)	7654

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 323.

1954 (3 de Outubro)				
_tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)
Municipal	Distrito Federal	Vereadores	Waldemar Viana de Carvalho (eleito pelo PRT)	1684
			Francisco Durso (eleito pelo PRT)	1223
Estadual	-	-	-	-
Federal	Distrito Federal	Deputado	Antônio Bruzzi de Mendonça (eleito pelo PRT)	45137

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 323/324.

1958 (3 de Outubro)					
_tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)	
Municipal	-	-	-	-	
Estadual	São Paulo	Deputado	Francisco Luciano Lepera (eleito pelo PTB)	8865	
	Pernambuco	Suplentes	Miguel Batista (eleito pelo PTB)	2615	
			Clodomir Santos de Moraes (eleito pelo PTB)	2353	
Federal	Guanabara	Deputado	Lício Silva Hauer (eleito pelo PTB)	15664	
		Suplentes	Benedito Cerqueira (eleito pelo PTB)*	11087	
			Olímpio Fernandes Melo (eleito pelo PTB)	10707	
	Rio de Janeiro		Domingos Velasco (eleito pela Aliança Popular Nacionalista)	12644	
			Rafael Martineli (eleito pelo PTB)	9112	
	São Paulo		Abguar Bastos (eleito pelo PTB)	7448	
			Aldo Lins e Silva (eleito pelo PTB)	3422	
			Lindolfo Silva (eleito pelo PTB)		

*Era socialista e simpatizante do PCB

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 324/325.

1962 (3 de Outubro)					
Tipo	Local	Função	Eleito(s)	Votos (mais de 500)	
Municipal	São Paulo	Vereador	Matilde de Carvalho	-	
			Moacir Longo	-	
			Odon Pereira da Silva	-	
			Pedro Augusto de Azevedo Marques	-	
			Luiz Rodrigues Corvo	-	
Estadual	Minas Gerais	Deputado	Clodsmidt Riani (eleito pelo PTB)	14328	
	Guanabara		Hércules Corrêa dos Reis (eleito pelo PTB)	13273	
	Rio de Janeiro		João Massena Mello (eleito pelo PST)	8149	
	São Paulo		Francisco Alves da Costa (eleito PSB)	4359	
			Luciano Lepera	?	
			Luiz Tenório de Lima	?	
			Mário Schemberg	?	
			Oswaldo Lourenço (candidato com votos em Santos, eleição anulada)	?	
	Rio Grande do Norte	Suplentes	Lázaro Paulino Maia (eleito PTB)	-	
			Luiz Maranhão Filho (eleito pela aliança UDN-PST)	1587	
			Aníbal Fernandes Bonavides (eleito pelo PST)	3564	
Federal	Rio Grande do Norte	Deputado	Djalma Aranha Marinho (eleito pela Aliança UDN-PTS)	49352	
	Bahia		Fernando Santana (eleito pela Aliança Democrática Trabalhista Cristã)	3564	
	São Paulo		Geraldo dos Santos Rodrigues	?	
	Guanabara		Rio Branco Paranhos	?	
			Benedito Cerqueira (eleito pelo PTB-PSB)	3564	
	Suplente	Marco Antônio Tavares Coelho (eleito pelo PSD-PST)	21300		
		Lício Silva Hauer (eleito pelo PTB-PSB)	192		

Fonte: CHILCOTE, 1982, p. 325,326 e 327; BRANDÃO, 1997, p. 184. Organização do autor.